

# Os Índios e a Vida Selvagem

## -Modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória<sup>1</sup>

Virgílio Borges Pereira

*"Talvez a esta recordação se tivessem seguido outras, mas o índio não podia viver entre paredes e um dia foi à procura do seu deserto. Gostaria de saber o que terá sentido naquele instante de vertigem em que o passado e o presente se confundiram; gostaria de saber se o filho perdido renasceu e morreu naquele êxtase ou se conseguiu reconhecer, como uma criatura ou um cão, os pais e a casa".*

JORGE LUÍS BORGES — "O Cativo", in *O Fazedor*

### INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de uma investigação sobre práticas de sociabilidade efectuada numa colectividade social do *centro histórico* da cidade do Porto, concretamente no *núcleo antigo* da freguesia da Vitória.

Desenvolvido no âmbito do que tem sido qualificado como "*modo de pensamento relacionar*"<sup>2</sup> e tendo como objecto central o relacionamento quotidiano de agentes sociais que vivem um território desqualificado, o estudo aqui apresentado possui uma estrutura conceptual reticular que julgamos capaz de produzir direccionamentos de pesquisa aptos a resolverem heurísticamente os problemas teóricos e metodológicos formulados.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi elaborado durante o ano lectivo de 1992/1993 no âmbito do Seminário de Investigação "Trabalho, educação e mudança social" do curso de Sociologia da FLUP sob orientação do Professor Doutor José Madureira Pinto.

<sup>2</sup> Cfr. BOURDIEU, Pierre — *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 23-34.

Do ponto de vista teórico, procuramos inserir a conceptualização das práticas de sociabilidade no interior da sociologia do quotidiano. Fizemo-lo, no entanto, tentando, por um lado, libertá-la de alguns dos determinismos que caracterizam os seus registos iniciais e, por outro, propondo vias alternativas de análise susceptíveis de a terem como referencial. Optámos, assim, por articular a sociologia da vida quotidiana com as propostas conceptuais características da Teoria da Prática (Pierre Bourdieu) e da Teoria da Estruturação (Anthony Giddens) no âmbito de uma matriz teórica capaz de interligar preocupações fenomenológicas com inserções estruturais (sem, contudo, centralizar as atenções num ou noutro dos termos). Dinamizada e actualizada durante o estudo, a noção operatória de vivência(s) quotidiana<sup>^</sup>) constitui um primeiro resultado deste esforço de compatibilização. Por sua vez, o aperfeiçoamento da interrelação entre a Teoria da Prática e a Teoria da Estruturação decorrente desta atenção ao *vivido* permitiu interrogar directamente a *configuração* cultural responsável pelas produções sociabilitárias locais, o que, abrindo o estudo a uma análise das *identidades sociais*, possibilitou avançar com uma proposta de *localização de habitus de classe* e relevou a questão da homogeneidade/ heterogeneidade social dos agentes em presença.

Com este referencial analítico e dando especial atenção à preponderância dos espaços/ tempos públicos e semi-públicos nas sociabilidades locais, procurámos analisar a(s) modalidade(s) de *apropriação* da Vitória enquanto "bairro", reactualizando a questão da homogeneidade/ heterogeneidade da apropriação não só através da análise do(s) *investimento(s)* de que esta resulta, mas também das produções simbólico-ideológicas a si associadas.

A concretização metodológica dos eixos de investigação enunciados passou pela adopção de uma "metodologia de caso alargado"<sup>3</sup> — quanto a nós uma via possível de dinamização de um "racionalismo" que se quer também "alargado"<sup>4</sup> — capaz de promover a abolição de grandes dicotomias do social do tipo "macro"/ "micro" ou "quantitativo"/ "qualitativo" onde se encontram as tradicionais e positivistas correspondências "macro"- "quantitativo", "micro"- "qualitativo". A vantagem de uma tal postura reside explicitamente na possibilidade que manifesta de promover um contacto com o terreno dotado de maior versatilidade, longe de qualquer "monoma-

---

<sup>3</sup> Uma reflexão acerca dos atributos desta metodologia produzida no quadro de uma investigação em que desempenha um papel central pode obter-se em SANTOS, Boaventura de Sousa — "Conflitos Urbanos no Recife", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 1983, pp. 11-59.

<sup>4</sup> Cfr. a propósito PINTO, José Madureira — "Questões de Metodologia Sociológica (III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 1985, pp. 133-156.

nia" e bastante atenta aos "cães de guarda metodológicos" <sup>5</sup>. Assim, e procurando interrogar o objecto nas suas várias dimensões, accionámos técnicas como as de observação directa metódica, as de entrevista ou as de análise de conversas informais, interligadas com técnicas como o inquérito por questionário e a consulta e tratamento de estatísticas oficiais.

Adoptando o ponto de vista da necessidade de uma "construção realista" <sup>6</sup> do conhecimento sociológico, o texto que se segue desenvolve-se mediante o recurso a um duplo registo discursivo. Um de índole teórico-prático e outro com um registo situacional onde se apontaram discursos dos agentes e, eventualmente, os resultados das observações efectuadas.

Tendo presente a análise do *vivido* importava reter, num mesmo movimento de alcance teórico-metodológico, estratégias que garantissem a visibilidade da inserção estrutural dos agentes sem que com isso se perdesse "o ponto de vista dos actores sociais sobre as suas próprias práticas e as suas próprias representações" <sup>7</sup>, nunca esquecendo que "relacionamento hermenêutico e análise objectivante são apenas duas vertentes de *um* só modo de conhecimento" <sup>8</sup>. Um modo de conhecimento reticular e relacional.

## 1. UM OLHAR SOBRE O VIVIDO: TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

### 1.1. Um determinado modo de *olhar*

Como garantir condições para a afirmação de um trabalho científico dotado de heurística nas análises que produz?

Eis uma das questões que norteiam sempre uma investigação que aspire à cientificidade. Contudo, nem sempre responder-lhe significa estar-mos perante uma tarefa fácil. Antes mesmo de aprofundar conceitos e métodos, uma correcta reflexão sobre esta temática não poderá evitar o equacionamento (determinante) dos pressupostos epistemológicos da interrogação formulada. Assim, e tratando-se de um estudo sobre práticas de sociabilidade que postura epistemológica adoptar?

---

<sup>5</sup> Expressões de BOURDIEU, Pierre — *Op. cit.*, p. 26.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre — "Comprendre", in Bourdieu, Pierre (org.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, p. 916.

<sup>7</sup> COSTA, António Firmino — "A Pesquisa de Terreno em Sociologia", in PINTO, J. Madureira; SILVA, Augusto Santos, *A Metodologia nas Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, p. 142. Uma ilustração bastante aperfeiçoada dos procedimentos epistemológicos subjacentes à relação "intérprete — actores" pode ser obtida em Silva, Augusto Santos — *Tempos Cruzados*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 83-92.

<sup>8</sup> SILVA, Augusto Santos — *Op. cit.*, p. 90.

Precisamente porque se trata de um domínio aparentemente quase avesso a qualquer tentativa de interrogação sociológica — tão "difusas", "naturais" e "indeterminadas" parecem as sociabilidades — mais uma vez se poderá reafirmar o trabalho científico como uma procura, como "um esforço de descoberta, de penetração aprofundante, de forma a atingir o que está para além do aparente" <sup>9</sup>. Enquanto trabalho de procura para além do aparente, o conhecimento científico não pode, por isso, deixar de adoptar os procedimentos de um paradigma "que desconfia das aparências e das fachadas e procura a verdade nas costas dos objectos" <sup>10</sup>, desenvolvendo, para este efeito, processos de ruptura com o senso comum. Contudo, a ruptura não significa o evitar deliberado de uma oportunidade de conhecer a realidade, já que "uma vez feita a ruptura epistemológica, o acto epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica" <sup>11</sup>.

Esta concepção do trabalho científico como procura contra e com o senso comum, decorrente das transformações no paradigma bachelardiano induzidas pela reflexão hermenêutica oferece condições para a actualização de alguns dos seus princípios. A *função de comando da teoria* é, sem dúvida, um deles. Neste quadro esta terá de posicionar-se como não absoluta e capaz de estabelecer uma interrogação consciente (dos seus limites e atributos) com a realidade que procura conhecer. Só mediante uma tal postura se poderá instituir a procura de uma relação com o real não unívoca (não absolutizando quer a evidência dos factos, incorrendo em erros positivistas <sup>12</sup>, quer a proeminência de uma teoria tornada "teórica" <sup>13</sup>, o que equivale a incorrer em erros teóricos), mas sim *construtiva*, produtora de redes de relações entre conceitos provenientes da matriz teórica principal e "conceitos classificatórios adequados à observação directa e à medida dos fenómenos sociais" <sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> FERNANDES, António Teixeira — *O Conhecimento Sociológico, a Espiral Teórica*, Porto, Brasília Editora, 1983, p. 15.

<sup>10</sup> Santos, Boaventura de Sousa — *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989, p. 37.

<sup>11</sup> Santos, B. de Sousa - *Op. cit.*, p. 39.

<sup>12</sup> Para se obter um retrato das principais incidências de tais obstáculos na produção em ciências sociais Cfr. Silva, Augusto Santos — "A ruptura com o senso comum nas ciências sociais", *Metodologia nas Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1989, pp. 29-53;

<sup>13</sup> Expressão de Pierre Bourdieu, Cfr. — *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 24.

<sup>14</sup> Está, em suma, aqui em causa a possibilidade de circunscrever e problematizar o real procurando, desde o início da investigação, construir mediações de pesquisa capazes de superar o "hiato entre linguagens da teoria e da investigação empírica". Cfr. PINTO, J. Madureira — *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1985, pp. 14-18.

De acordo com a formulação de Pierre Bourdieu, este modo de "pensar o real relacionamente", alicerçado numa atitude de conhecimento "reflexiva", tem a característica epistemológica fundamental de originar uma estratégia de pesquisa integrada, organizando "criticamente as práticas de investigação" e promovendo "a articulação entre as técnicas de recolha e a análise da informação" <sup>15</sup>.

A operacionalização desta "reflexividade reflexa, fundada num 'ofício', num 'olhar sociológico'" <sup>16</sup>, abre portas à construção de uma rede de conceitos dotada de dinamismo, teoricamente diversificada e apta a problematizar os operadores que o senso comum produz (nas suas variantes mais ou menos "cultas") em torno do objecto de análise. Pelo que temos vindo a afirmar resulta que na concretização de um estudo sobre sociabilidades está envolvido algo substancialmente diferente de uma preocupação exclusiva com as dimensões "micro" das práticas sociais que, de resto, têm marcado os estudos sobre *interacções* — outro modo de identificar as sociabilidades <sup>17</sup>. Assim, será necessário formular uma outra questão: Quais os recursos teóricos disponíveis para operacionalizar um estudo sobre sociabilidades?

Uma das formas possíveis de responder a esta questão passa pela integração do estudo das práticas de sociabilidade num movimento abrangente de criação sociológica de um conceito "revolucionado" de *vida quotidiana*. É esse movimento que procuraremos ilustrar seguidamente.

---

<sup>5</sup> COSTA, António Firmino — "A Pesquisa de terreno em sociologia", *Op. cit.*, p. 129.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre, "Comprendre", in Bourdieu, Pierre (org.), *La Misère du Monde*, p. 904.

<sup>7</sup> A corrente interaccionista nunca deixou, no seu esforço de reacção ao estruturalismo funcionalista americano, de afirmar a viabilidade de estudos sobre a dimensão micro dos fenómenos sociais, levando, em muitos casos, o seu esforço ao "desvanecer" de alguns dos principais constrangimentos estruturais incorporados nos agentes transformados em *actores sociais*. Goffman representa fidedignamente uma tal posição ao apagar a *história* e a *classe social* da interacção face-a-face — facto que não dispensará a leitura atenta de algumas das suas análises. Cfr. GOFFMAN, Erving — *Les Rites d'Interaction*, Paris, Minuit, 1974; e do mesmo autor *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*, Paris, Minuit, 1973; Para uma análise atenta das implicações das produções de Goffman na sociologia da vida quotidiana Cfr. WOLF, Mauro — *Sociologias de la Vida Cotidiana*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1982, p.34; PAIS, J. Machado — "Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana", *Análise Social*, 90, 1986, 1.º, pp. 26-28, 46; NUNES, João Arriscado — "Erving Goffman e a sociologia da vida quotidiana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 1993, pp. 33-49.

### **da vida quotidiana como referencial analítico**

Colocar este estudo no interior do projecto de definição de uma sociologia da vida quotidiana passa, ao inscrevê-lo numa análise dos processos simbólico-ideológicos que atravessam a colectividade em análise, por conceber o quotidiano como um objecto não unificado por um sistema teórico, sem que com isso se ponha em causa a possibilidade de existência de uma matriz teórica (ou várias) que o afirme(m) como conceito. A sociologia assim constituída, sendo "necessariamente e acima de tudo *sociologia*"<sup>18</sup>, é atravessada por diferentes realidades objectivadas e subjectivadas do social, num esforço heurístico pautado, igualmente, pela diversidade.

Tendo em conta um tal panorama, sustenta C. Javeau que "seria ilegítimo isolar a 'vida quotidiana' por outras razões que não metodológicas", não podendo esta ser tomada "por uma categoria em essência distinta do 'social'"<sup>19</sup>, o que demonstra a necessidade da sua concepção ser levada a cabo tendo por base um horizonte amplo de expressão das "tensões, conflitos, desenvolvimentos ideológicos, crises de que a sociologia geral e as diversas sociologias parciais fazem normalmente os seus objectos"<sup>20</sup>.

Assim colocado, o quotidiano como conceito sociológico é passível de interpretações diferenciadas, pelo que importa afirmar uma teoria da quotidianidade que rompa com as representações que o senso comum em torno de si construiu. A "banalidade cinzenta" (onde muitos viram a esfera de consumo alienatório...) com que o quotidiano foi (e é) identificado resulta, deste modo, num autêntico juízo moral<sup>21</sup> a evitar, caso não queiramos incorrer em profundos envezamentos.

Se é possível identificar no quotidiano uma dimensão de *repetição* (ritualizada<sup>22</sup>), não podemos, por outro lado, esquecer a "espontaneidade" que o caracteriza, já que o "ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da quotidianidade não estão, de modo algum, em contradição com essa espontaneidade, muito pelo contrário, uma coisa implica a outra"<sup>23</sup>. O apro-

---

<sup>18</sup> PAIS, J. Machado — *Op. cit.*, p. 8.

<sup>19</sup> JAVEAU, Claude — "Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie", in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXVIII, 1980, p. 39;

<sup>20</sup> Idem, pp. 39-40;

<sup>21</sup> Idem;

<sup>22</sup> "O ritual não é uma fórmula vazia que esconde os funcionamentos reais das instituições: é, melhor dizendo, o conjunto de actos através dos quais o sujeito controla e torna visíveis as implicações simbólicas do seu comportamento quando se acha directamente exposto ante outro indivíduo" in Wolf, Mauro, *Op. cit.*, p. 52; Este é um tema que voltaremos a tratar neste capítulo sob a óptica da apropriação.

<sup>23</sup> HELLER, Agnes — *Historia y Vida Cotidiana*, Barcelona, Grijalbo Ed., 1972, p. 55.

fundar deste vector espontâneo no quotidiano permite-nos, simultaneamente, a sua descoberta como "enraizamento dinâmico (...) que especifica da melhor forma o antagonismo paradoxal de toda a existência" <sup>24</sup> e o retraía como "pleno do espírito cavaleiresco ou de aventura" <sup>25</sup>, reconhecendo-o, da mesma forma, como lugar de *inovação* que permitirá o "alcance do extraordinário do ordinário" <sup>26</sup> e contribuirá, em suma, para que cesse de figurar como o "fundo nocturno da actividade social" <sup>27</sup>. Devido ao dinamismo da formulação, este quotidiano não pode deixar de abrir portas ao "ordinário do extraordinário" <sup>28</sup> e à análise das ritualizações *festivas* que o atravessam, revelando a sua sociologia um trilho de "caminhos de encruzilhada entre a rotina e a ruptura" <sup>29</sup>.

Se o que temos vindo a retratar pode considerar-se como um primeiro conjunto de rupturas-construções envolvido no estabelecimento de um conceito de vida quotidiana dotado de heurística, a sua libertação do determinismo *micro* — que inicialmente terá caracterizado as suas formulações, nomeadamente na sua vertente etnometodológica e interaccionista americana —, representa, sem dúvida, um necessário segundo conjunto de rupturas-construções a operacionalizar. Isto porque vários têm sido os sociólogos a ver num tal movimento a possibilidade "de estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social" <sup>30</sup>, dando contributos decisivos (e diferenciados) para a resolução da dicotomia "macro/micro" <sup>31</sup>.

Reservando-nos o direito de discussão sobre as consequências analíticas de uma tal tarefa — no que respeita aos conceitos que aí deverão servir de mediadores activos — para um momento posterior, parece-nos adequado

---

<sup>24</sup> MAFFESOLI, Michel — *La Conquête du Présent*, Paris, PUF, 1979, pp.67-68;

<sup>25</sup> Idem, p.49;

<sup>26</sup> LEFEBVRE, Henri — *Du Rural à V Urbain*, Paris, Ed. Anthropos, 1970, pp. 90-91;

<sup>27</sup> CERTEAU, Michel de — *L'Invention du Quotidien. Arts de Faire*, I, Paris, Gallimard-Folio, 1990, p. xxxv;

<sup>28</sup> LEFEBVRE, H. e REGULIER, Catherine — "Essai de rythmanalyse des villes méditerranéennes", in *Peuples Méditerranéens*, 37, 1986, p. 7;

<sup>29</sup> PAIS, José Machado — "Nas rotas do quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 1993, p. 109.

<sup>30</sup> PAIS, J. Machado — "Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana", p.17;

<sup>31</sup> Cfr. a propósito de JAVEAU, C. — *Op. Cit.* \ LALIVE d'Epinay, Ch. — "La Vie Quotidienne. Essai de Construction d'un Concept Sociologique et Anthropologique" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV, 1983, pp. 13-38; KNORR-CETINA, Karin — "The Micro-Sociological Challenge of Macro-Sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology", in KNORR-CETINA, Karin e CICOUREL, A. V.(eds.) — *Advances in Social Theory and Methodology. Towards an Integration of Micro and Macro-Sociologies*, London, Keegan-Paul, 1981.

ver na introdução das dimensões *co-relativas* de *espaço* e *tempo* uma primeira formulação susceptível de conferir à vida quotidiana uma "armadura" epistemológica versátil (enquanto fundamento para a resolução da já mencionada dicotomia...).

Há, no entanto, que ter em conta um conjunto de transformações de índole conceptual na composição a atribuir às coordenadas em análise. Um primeiro conjunto de transformações (decorrente da própria conceptualização *co-relativa* de ambas as coordenadas) passa por colocar o tempo do quotidiano na *história*, libertando-o do excessivo peso assumido pelas *estórias* na sua acepção original<sup>32</sup> (também aqui encontrando mais um contributo para a resolução da dicotomia micro/macro), o que equivale a salientar a interligação inevitável dos fenómenos do dia-a-dia com as propriedades de índole estrutural que os constituem (e que tem por corolário a recusa de uma concepção do tempo feita exclusivamente de monotonia — não é demais afirmá-lo).

A contrapartida de uma elaboração deste tipo da componente temporal é a construção da componente espacial *co-relativa* como *produção social* alertando para a sua pluralidade<sup>33</sup>.

Encontra-se, deste modo, terreno para o equacionamento dos espaços sociais como "imaginários inscritos na memória colectiva", o que implica a afirmação, num movimento plural, de temporalidades diversas — nem que estas não sejam mais do que a "imagem invertida, ou o duplo, do espaço social"<sup>34</sup> — e isto porque "se não existe sociedade sem história, também não há espaço sem marcas do tempo"<sup>35</sup>.

Movimentos e diferenças na repetição, produto de *lutas de classe* (ritualmente) actualizadas em tempos espacializados ou espaços temporalizados (criando cada ritualização o seu espaço particular manifestado em gestos, palavras solenes, interditos e libertações, alvo de um enquadramento específico e intervindo no tempo quotidiano "musicalmente", impondo-lhe um pendor extraordinário sem o interromper), os *ritmos quotidianos*<sup>36</sup> convidam a perspectivar quer a descontinuidade da realidade social, quer a necessidade do aperfeiçoamento conceptual das mediações a estabelecer

---

<sup>32</sup> Não esquecendo que só por um erro de raciocínio estas podem ser concebidas como fora da história...

<sup>33</sup> ALVARENGA, A.; MALTCHÉFF, J. — "L'Espace social, nouveau paradigme?" in *Espaces et Sociétés*, 15, Ed. Anthropos, Paris, 1980, p.55.

<sup>34</sup> Idem, e Cfr. a propósito HALBAWCHS, M. — *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1950.

<sup>35</sup> FERNANDES, A. Teixeira — "Espaço Social e suas Representações", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, n.º 2, 1992, p. 61.

<sup>36</sup> LEFEBVRE, H. e Regulier, Catherine — "Essai de rythmanalyse des villes méditerranéennes", p. 7.

entre as sociabilidades, os seus protagonistas e o terreno da sua produção — uma forma de contribuir para uma melhor ilustração das descontinuidades mencionadas.

A prossecução de tais objectivos passará, quanto a nós, por cruzar algumas produções da Teoria da Prática e da Teoria da Estruturação, respectivamente os conceitos de *habitus* e de *local*, com a sociologia da vida quotidiana aqui perspectivada. Procurar-se-á assim dotar de maior dinamismo e plasticidade uma sociologia que parece encontrar-se suficientemente distante de princípios rígidos para recusar transformar-se. Pelo tipo de relacionamento conceptual e pela sua centralidade na hipótese de resolução da dicotomia macro/micro<sup>37</sup>, importa perspectivar com alguma atenção a génese de ambos os conceitos.

### **1.3. Habitus de classe localizados: as práticas sociais quotidianas conceptualizadas de um modo "revolucionado"**

#### **1.3.1. Pressupostos teóricos I: A Teoria da Prática**

Ao encarar a prática social como o "produto da relação dialéctica entre uma situação e um habitus" e ao demonstrar a necessidade de o seu estudo a restituir "como tal", ou seja, no próprio movimento da sua efectuação<sup>38</sup>, P. Bourdieu proporcionava à sociologia um dos seus momentos fortes de propulsão teórico-metodológica. A afirmação de um conhecimento *praxeológico*<sup>39</sup>, abria a prática social à relação com os agentes sociais que a (re)produzem: "a teoria da prática enquanto prática lembra, contra o materialismo positivista, que os objectos do conhecimento são *construídos* e não passivamente registados, e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio desta construção é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constituem na prática e que é sempre orientada para funções práticas"<sup>40</sup>.

As análises produzidas tendo a teoria da prática por referencial reagiam de um modo explícito à incapacidade que os diferentes estruturalismos, do marxista ao linguístico passando pelo antropológico, manifestavam ao retratarem um agente social submerso por completo na reprodução mecânica de uma estrutura social mistificada. Reacção que se estendeu igual-

---

<sup>37</sup> Cujá correspondência metodológica passará pela resolução da dicotomia quantitativo/ qualitativo.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre — *Esquisse d'une Théorie de la Pratique, Précédée de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genève, Ed. Droz, 1972, p. 178.

<sup>39</sup> BOURDIEU, P. — *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, p. 17-58.

<sup>40</sup> BOURDIEU, P. — *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit, 1980, p. 87.

mente (e veementemente) à Teoria da Acção — quer à sua inspiração weberiana, enquanto modelo de acção racional, quer à sua aceção parsoniana propriamente dita onde exclusivamente se perspectivam "actores sociais actuando de acordo com o respectivo papel institucionalizado" <sup>41</sup>, quer mesmo às variantes interaccionistas e etnometodológicas que no seu determinismo micro e enformadas por um risco de subjectivismo apagam da *situação* as *marcas* de uma produção social que só aparentemente a transcende, já que nela está presente do início ao fim <sup>42</sup>.

Como está explícito na definição de prática social, qualquer esforço em direcção ao seu conhecimento não dispensa uma focalização central no conceito de *habitus*, assim como à sua operacionalização relacional em situação, uma vez que este, enquanto "sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções" <sup>43</sup>, articula em si uma *competência prática* responsável pela (reprodução incorporada das estruturas sociais. Estamos, assim, perante uma formulação que ao remeter para a questão da "interiorização da exterioridade", tal como para a "exteriorização da interioridade", obriga à operacionalização da noção de *habitus de classe* — isto porque "se está excluído que todos os membros da mesma classe (ou mesmo dois entre eles) tenham feito *as mesmas experiências e na mesma ordem*, é certo que todo o membro da mesma classe tem hipóteses maiores do que qualquer outro membro de uma outra classe de se ver defrontado com situações mais frequentes para os membros desta classe" <sup>44</sup>, o que abre, igualmente, o *habitus* individual a uma variação estrutural "onde se exprime a singularidade da posição no interior da classe e da trajectória"<sup>45</sup> (contrariando qualquer veleidade de ver na proposta alguma forma de determinismo mecanicista...).

Necessariamente, o *habitus* de classe é produto de um trabalho pedagógico a que corresponde a imposição de um *arbitrário cultural* (de uma

---

<sup>41</sup> PINTO, J. Madureira — *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos campos*, p. 61.

<sup>42</sup> Quanto a nós, é precisamente por não pôr em questão este princípio de tomar a situação social "em si" para depois com ela descobrir o "tique-taque" das estruturas sociais que torna a hipótese de reconstrução microssociológica lançada por Karin-Knorr Cetina não totalmente efectiva. Quanto ao facto de esta autora perspectivar P. Bourdieu como macrosociólogo parece-nos algo excessivo, uma vez que a proposta teórica do autor francês potencia a destruição de uma distinção como a macro/micro que subjaz à proposta de Cetina (o macro reequacionado a partir de baixo...). Cfr. CETINA, K-Knorr — *Op. dt.* \ Uma possível resposta à posição de Cetina encontra-se num dos recentes livros do próprio P. Bourdieu Cfr. "Comprender", *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993, pp. 903-925.

<sup>43</sup> BOURDIEU, Pierre — *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, p.178.

<sup>44</sup> Bourdieu, P. — *Le Sens Pratique*, p. 100.

<sup>45</sup> Idem, p. 101.

*violência simbólica*) — "definido pelas relações de força entre as classes sociais, isto é, em última análise, pelas classes dominantes" <sup>46</sup> — que remete para a socialização primária ligada ao trabalho pedagógico familiar e também para o trabalho pedagógico exercido na escola — sendo a violência simbólica tanto maior quanto maior for a distância entre o habitus produzido pela socialização primária e as disposições veiculadas na escola.

É precisamente a composição dos diferentes trabalhos pedagógicos — directamente produtora de diferentes *capitais* incorporados <sup>47</sup> — que proporciona o accionamento de competências pelos agentes no processo de produção das suas práticas e nos coloca perante a distinção entre "*maîtrise*" *prática da prática* e "*maîtrise*" *simbólica* da mesma, correspondendo a primeira ao domínio da prática sem recurso à compreensão dos princípios que a originam, e a segunda ao domínio da prática associado a produções potencialmente discursivas que chegam "a configurar quasi-teorias sobre o social" <sup>48</sup>.

Assim, o habitus de classe, enquanto eixo de problematização, permite levar a sociologia a terrenos tidos como de *negação do social* <sup>49</sup> demonstrando aí a (re)produção social de práticas tão aparentemente individuais como o *ethos* e o *gosto*. Procurada nas formulações de M. Mauss sobre as técnicas corporais, a noção de habitus concretiza, igualmente, uma atenção à *hélix corporal*: "dimensão fundamental do habitus que é inseparável de uma relação à linguagem e ao tempo, a relação com o corpo não se reduz a uma 'imagem do corpo', representação subjectiva (a psicologia fala quase indiferentemente de *body image* ou *concept*) que seria constituída para o essencial a partir da representação do corpo produzida e reenviada pelos outros" <sup>50</sup>; o corpo "crê no que desempenha (...) ele não representa o que desempenha, não memoriza o passado, ele *age* (...) sobre ele, (...) revive-o" <sup>51</sup>. Tudo se passa como se o habitus "conseguisse chegar a unificar os efeitos da necessidade social sentida desde a infância, através das condições materiais de existência, as experiências relacionais primordiais e a prática de acções, de objectos, de espaços e de tempos estruturados, e os efeitos da necessidade biológica", como se "produzisse uma leitura biológica (e especialmente sexual) das propriedades sociais e uma leitura social das propriedades biológicas e a uma reutilização biológica das propriedades sociais" <sup>52</sup>.

---

<sup>46</sup> PINTO, J. M. — *Op. cit.*, p. 62.

<sup>47</sup> BOURDIEU, P. — *O Poder Simbólico*, pp. 133-136; "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, Novembro 1979, pp. 3-6.

<sup>48</sup> PINTO, J. Madureira — *Op. cit.*, p. 66.

<sup>49</sup> BOURDIEU, P. — *O Poder Simbólico*, pp. 7-16.

<sup>50</sup> BOURDIEU, P. — *Le Sens Pratique*, p. 122.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 134.

Vislumbra-se, pelo que temos vindo a apresentar, a vocação heurística e relacional do conceito de *habitus*, que enriquece e completa a noção de classe (num movimento que define a posição da Teoria da Prática como *estruturalista "crítica" ou "genética"*), justificando-se assim a sua utilização como eixo de desenvolvimento do trabalho.

A sua vocação relacional encontra o seu momento mais importante na possibilidade de *localizar* as práticas que nos servem de objecto, concretizando um esforço de compatibilização conceptual. Esse é, no entanto, um procedimento só possível depois de avaliarmos a génese do conceito de "quadro de interacção" subjacente ao de *local* de A. Giddens.

### 1.3.2. Pressupostos Teóricos II: A Teoria da Estruturação

Um olhar atento ao conceito de *local* desenvolvido por A. Giddens descobre a sua origem num cruzamento das análises da geografia do espaço-tempo, tal como a preconiza Hågerstrand, com algumas das preocupações da sociologia interaccionista, tal como Goffman e Garfinkel a perspectivaram, reconvertidas e trabalhadas de modo a se tornarem susceptíveis de compatibilização com a Teoria da Estruturação.

Com o conceito de local está em causa não a possibilidade de espacializar as práticas sociais — tal como o faz a geografia do "lugar"... — nem mesmo de as temporalizar, antes a possibilidade de, simultaneamente, as espaço-temporalizar localizando-as *regionalmente* (num movimento que permite compatibilizar e enriquecer a noção de local com a de ritmo, anteriormente mencionada). Um local referencia um espaço-tempo utilizado como *quadro de interacção*, "este último sendo indispensável para precisar o carácter contextual da interacção, a sua *contextuai idade*"<sup>53</sup>, dependendo a sua constituição de fenómenos "como o corpo, os seus meios de deslocação e de comunicação e as suas relações com as propriedades físicas do mundo envolvente"<sup>54</sup>.

A regionalização do interior do local (as suas regiões são elementos cruciais para a constituição de contextos de interacção) resulta da utilização crónica que os agentes fazem das propriedades do quadro de interacção na constituição dos seus encontros e "estações" — estas últimas resultantes do abrandamento ou imobilização das trajectórias físicas dos agentes sociais ("lugares onde parar"...).

São, por outro lado, as características do interior do local — do quadro de interacção — que servem para tornar significante o conteúdo da inte-

---

<sup>53</sup> GIDDENS, A. — *La Constitution de la Société*, Paris, PUF, 1987, p. 172.

<sup>54</sup> Idem.

racção, "ligando o contexto às componentes mais íntimas e mais detalhadas da interacção, às propriedades bastante mais largas da institucionalização da vida social"<sup>55</sup>. Estamos assim perante uma regionalização que compreende na localização no espaço o processo de zoneamento no espaço-tempo das práticas sociais rotinizadas (devendo estas ser compreendidas na interrelação anteriormente proposta entre "ordinário e extraordinário") e que por assumir um carácter diferenciado nos permite falar em modos de regionalização.

Uma classificação dos modos de regionalização pode ter em conta vários critérios. Segundo Giddens, se tivermos em conta a "forma" da regionalização estaremos a privilegiar as fronteiras que delimitam a região — fronteiras que assumem na maior parte dos locais uma marca física ou simbólica<sup>56</sup>. Já a "extensão" pressupõe que todas as regiões se estendem de modo mais ou menos amplo no espaço e de um modo mais ou menos profundo no tempo, aí se encontrando uma estruturação específica das condutas sociais. O "carácter" da região faz, por sua vez, referência aos "modos de inserção da organização espaço-temporal dos locais em sistemas sociais maiores"<sup>57</sup>. Quanto à "duração" parece remeter-nos para uma das dimensões-chave do local assim definido, precisamente para a *disponibilidade de presença*, complemento indispensável da *co-presença* que o "estar em conjunto" exige.

A disponibilidade de presença e a co-presença a si associada remete para a problematização da corporalidade dos agentes e para um segundo eixo de classificação dos modos de regionalização das práticas sociais onde está em causa a exploração dos limites em que o modelo interaccionista e etnometodológico de abordagem da corporalidade se encerrou. Assim se compreende que diferenciar as "regiões à frente" das "regiões atrás"<sup>58</sup> não coincida com a "opacidade" de certos aspectos de si e a sua 'transparência'

---

<sup>55</sup> Idem, p. 173 — Giddens ensaia aqui um esforço de compatibilização entre as dimensões micro e macro que o aproxima bastante de Bourdieu.

<sup>56</sup> Por outro lado, alerta Giddens que "basta a postura e o posicionamento do corpo, o tom de voz, e outros indicadores do género para marcar geralmente a regionalização dos encontros", o que de outro modo, "as paredes que separam divisões podem igualmente fazer", Giddens, Anthony — *Op. cit.*, p. 175-176.

<sup>57</sup> Como a "casa" representa em muitas sociedades o núcleo das relações familiares..., Idem, p. 176.

<sup>58</sup> Por regiões à frente podemos entender os contextos de interacção dotados de *visibilidade social*; as regiões atrás são contextos que asseguram às pessoas uma completa solidão, que lhes permite escapar à presença dos outros e que está na base da "manutenção do sistema de segurança de base"; por outro lado, estas mesmas regiões atrás representam um recurso importante "a utilizar" de modo reflexivo para criar e manter uma distância psicológica entre as interpretações próprias do agente social a propósito "dos processos sociais e aquelas que veiculam normas oficiais", Giddens, Anthony — *Op. cit.*, pp. 184, 180.

(a sua divulgação, revelação)"<sup>59</sup>, o que obriga a salientar zonas de intercepção entre as aparentemente distintas actividades "públicas" e as "privadas" — o que, quanto a nós, só pode passar por uma análise do modo como os agentes apropriam e constituem tais actividades.

As divisões entre a opacidade e a transparência, as regiões atrás e à frente, "não valem só para contextos de co-presença, elas aplicam-se também a largas extensões de espaço-tempo" <sup>60</sup> — a este propósito Giddens exemplifica com a regionalização nas zonas urbanas das sociedades contemporâneas e o modo como os centros das cidades de regiões à frente se tornaram em regiões atrás, tidas como de "decadência urbana que as 'classes respeitáveis' têm grande cuidado em evitar" ("os ghettos podem tornar-se 'invisíveis' uma vez regionalizados e envolvidos em bairros que se caracterizam por um nível extremamente fraco de actividade imobiliária e por uma taxa muito pouco elevada de mobilidade quotidiana no interior do bairro, em direcção a este ou de este para outros")<sup>61</sup>.

Em suma, e segundo Giddens, propondo as ideias de local e de regionalização, procura-se formular um conjunto de conceitos que ajudam a "categorizar a 'contextualidade' como intrínseca ao local que une a integração social e a integração sistémica" <sup>62</sup>.

### **1.3.3. Da(s) vivência(s) quotidiana(s) ao(s) habitus de classe localizado(s) — alguns esforços de mediação conceptual**

Uma vez minimamente explicitados os conceitos em causa, torna-se possível propor os principais objectivos subjacentes ao esforço de compatibilização envolvido na sua conceptualização articulada.

Na base desta proposta, produzida com as sociabilidades por horizonte analítico, está a possibilidade de estudar o mundo urbano perspectivado numa óptica descontínua (que como tivemos ocasião de alertar, pressupõem a continuidade implícita na sua história<sup>63</sup>), e especificamente uma parcela deste representada pelo *núcleo antigo* da freguesia da Vitória no *centro histórico* da cidade do Porto.

O modo de explicação/compreensão de tais clivagens ancora na possibilidade de concretizar uma primeira mediação entre o conceito de *habitus de classe* e de *local*. A(s) *vivência(s) quotidiana(s)* característica(s) de

---

<sup>59</sup> GIDDENS, Anthony — *Op. cit.*, p. 180.

<sup>60</sup> Idem, p. 184.

<sup>61</sup> Idem, p. 185.

<sup>62</sup> Idem, p. 187.

<sup>63</sup> Tal como assinala H. Lefebvre, "a reflexão coloca o acento sobre as articulações para que os recortes sigam as articulações e não para desarticular o real. Evitar a confusão numa continuidade ilusória, assim como as separações ou descontinuidades absolutas, tal é a regra metodológica" Cfr. LEFEBVRE, H. — *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos, 1972, p. 59.

determinado espaço-tempo representa(m), enquanto conceito e fio condutor de uma sociologia da vida quotidiana que se pretende "revolucionada", o referido primeiro esforço de mediação.

Se os *habitus* de classe remetem para a *competência* prática e simbólica dos agentes sociais, responsável pela (re)produção incorporada das estruturas sociais e se os locais, e a disponibilidade de presença que lhes subjaz, referenciam a articulação do espaço-tempo como quadro de interacção propulsor de contextualidades regionalizadas, a conceptualização conjunta de ambos os conceitos, sistematizada na análise das apropriações características de um espaço-tempo, proporciona uma visão do quotidiano apta a interligar a (re)produção de sociabilidades com as disposições que as originam e que de um modo mais ou menos criativo as (re)actualizam, tendo por referencial os quadros de interacção onde decorrem que, como assinala A. Firmino da Costa, e "tal como os *habitus* (...) podem conceber-se como 'estruturados' (pela estrutura global das relações sociais) e 'estruturantes' (das práticas sociais que neles se originam)"<sup>64</sup>.

Resultando da concretização da "héxis" corporal em contextos de co-presença — ambos marcados socialmente —, a(s) vivência(s) quotidiana^) representa(m), como o seu próprio nome indica, uma aproximação sociológica ao *vivido*. Vivido este que encontra, segundo Pierre Sansot, na ritualização a base para as *apropriações* que o caracterizam, ao ponto de a própria apropriação desembocar em ritualização. Assim, a apropriação pode ser concebida como resultado da "dominação pelo *sujeito* (o Homem) do *objecto* (a realidade, a cidade) através das suas *acções*"<sup>65</sup>, sendo, no entanto, conveniente não deixar de perspectivar os eixos de dominação social que a atravessam e que contribuem para a definição de muitos dos seus traços.

Feita de adaptação recíproca, de aprendizagem, de aprovisionamento e mesmo, por vezes, de revelação, para retomar as palavras de C. Martinaud, a apropriação ritualizada aparece-nos de um modo rígido quando "de facto comunica uma certa leveza à (...) existência", permitindo-lhe "dilatarse sem se romper"<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Os quadros de interacção "Tal como os *habitus*, são *reproduzidos*, reconvertidos e transformados pelas práticas sociais que quotidianamente neles e através deles ocorrem e, nesse processo, veiculam, cristalizam ou dinamizam, sedimentam ou transformam as estruturas sociais. Tal como os *habitus*, pode incluir-se na sua conceptualização serem sistemas de códigos e de regras que se actualizam na pluralidade das práticas sociais". COSTA, A. Firmino — "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, Porto, Afrontamento, 1984, p.27.

<sup>65</sup> MARTINAUD, Claude — "Rapport sur le texte de Pierre Sansot: 'Ritualisation de l'espace urbain et de la vie quotidienne à travers le concept d'appropriation'" in *La Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 1980, p.511.

<sup>66</sup> Idem, p. 506.

Embora nem sempre seja passível de ritualização, a apropriação, ao permitir uma aproximação à análise da(s) vivência(s) quotidiana(s), proporciona a definição de algumas propostas concretas de índole conceptual. Na linha dos raciocínios anteriormente delineados a propósito da relevância dos ritmos na sociologia da vida quotidiana, articula-se analiticamente a apropriação que os agentes sociais fazem dos *tempos de sociabilidade*, dos *espaços de sociabilidade* e o modo como aqueles se transformam ou não em *produtores de sociabilidade*<sup>67</sup>, o que pressupõe operacionalizar o estudo das *apropriações económicas, sócio-culturais e psico-sociais* que estes últimos fazem daqueles. Assim, e se a apropriação económica remete para a capacidade que os agentes têm de dominar a produção dos equipamentos que constituem o seu quadro de interacção (da habitação às infraestruturas colectivas...), a apropriação sócio-cultural, aquela aqui dotada de mais centralidade, envolve a (re)produção de práticas de sociabilidade específicas dos agentes sociais que vivem um espaço-tempo determinado, enquanto a apropriação psico-social supõe a estruturação de redes de ordem afectiva<sup>68</sup>.



<sup>67</sup> Seguimos de perto um raciocínio que desenvolvemos já noutra ocasião Cfr. PEREIRA, Virgílio Borges — "Os dias cinzentos — práticas de sociabilidade nos domingos da Baixa portuense", *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp. 393-395, e que Paula Guerra, partindo de algumas propostas de F. Luís Machado, tem ocasião de sistematizar em "Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade" — *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 2, Porto, 1992, pp. 145-175;

<sup>68</sup> Socorremo-nos nesta conceptualização das propostas de W. Rodrigues "Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade" in *Sociedade e Território*, 8, 1989, que por sua vez têm fundamento nas produções de P. Reynaud "L'appropriation impossible?" in *Informations Sociales*, 1982, pp. 6-17. Não deixamos, no entanto, de seguir tais propostas sem lhes introduzir algumas transformações, como, aliás, é notório ao integrarmos estas apropriações num todo conceptual que as transcende e que decorre da proposta de cruzamento do habitus com o local.

Por outro lado, a articulação analítica dos conceitos de habitus de classe e local, no âmbito da teorização da(s) vivência(s) quotidiana(s), pode representar um esforço acrescido no sentido de uma aproximação à análise de *identidades sociais*, assim como à *localização dos habitus de classe*.

Há, no entanto, que estabelecer algumas precisões. Desde logo, há que tornar as identidades isentas de preocupações *essencialistas*, remetendo-as antes para uma concepção " eminentemente relacional" <sup>69</sup>, tornando "a restrição ao nível do indivíduo (...) despropositada"<sup>70</sup>. A este respeito o discurso sobre a localização de habitus de classe não pode deixar de acompanhar o movimento teórico sobre produção de identidades sociais captadas, como refere Madureira Pinto, tanto no plano das diacronias como no das sincronias<sup>71</sup>. Se do ponto de vista diacrónico, tal produção nos remete para os trajectos incorporados nos agentes e para os seus projectos em cada momento do trajecto — o que perspectiva uma análise do habitus —, do ponto de vista sincrónico, potencia-se uma análise de dois processos de constituição de referenciais identitários: o primeiro, o processo de *identificação*, diz respeito à integração tendencial, por pertença ou por referência, dos agentes em grupos sociais dotados de especificidade, o segundo, o processo de *identização*, representa o esforço de separação/autonomização de certos grupos em relação a outros, excluindo e excluindo-se, distinguindo e distinguindo-se<sup>72</sup> — processo em que a análise da apropriação do local não pode deixar de desempenhar um papel relevante.

Se, na interligação conceptual pretendida, perspectivarmos a possibilidade de aí ver a (re)produção de habitus de classe localizados (potencialmente diversificados), estaremos em condições de apurar os processos de geração das disposições que caracterizam o *investimento relacional* no território vivido — proposta, sem dúvida, análoga à de Michel Pinçon, ao captar a "especialização do habitus"<sup>73</sup>, ou à de A. F. Costa quando vê na articulação estabelecida entre a configuração do quadro de interacção alfa-

---

<sup>69</sup> PJNXO, J. Madureira — "Considerações sobre a produção de identidades sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 1991.

<sup>70</sup> FERREIRA, Vitor Matias; GUERRA, Isabel — "Identidades sociais e estratégias locais", *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp. 299-319.

<sup>71</sup> PINTO, J. Madureira — *Op. cit.*.

<sup>72</sup> Idem, TAP, Pierre — *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat, 1986, pp. 11-15.

<sup>73</sup> PINÇON, Michel — *Besoins et habitus - Critique de la notion de besoin et théorie de la pratique*, Paris, CNRS, 1978. Adivinha-se, assim, que a continuidade entre os habitus de classe localizados e a conceptualização dos modos de vida é crescente, recobrindo-se a área de preocupação de ambas as propostas teóricas — numa óptica claramente isenta dos determinismos tecnológicos que caracterizaram as primeiras formulações do conceito, caso de L. Wirth e do seu "Urbanism as a way of life".

mista e os habitus de classe em presença, o modo de produção de identidade cultural popular em meio urbano<sup>74</sup>.

Neste sentido, a localização de habitus de classe não dispensa uma atenção específica aos processos de atribuição e recepção de sentido que atravessam as colectividades sociais e ao modo como os agentes sociais percebem as *suas* e as práticas dos *outros* (da mesma forma que não dispensa uma análise da forma como estes outros vêm aquelas práticas) — um trabalho cujo alcance analítico passará por distinguir a *identidade real* da *identidade virtual*<sup>15</sup>.

#### **1.4. Algumas interrogações decorrentes da análise de uma colectividade do *centro histórico* da cidade do Porto: uma abertura de pesquisa**

Face a este referencial, resulta que uma análise das práticas de sociabilidade no núcleo antigo da freguesia da Vitória deve debater-se com algumas interrogações-base, capazes de não tomarem por garantidos muitos dos pressupostos e representações que o senso comum em torno de si construiu — isto porque ao serem aferidas como "síntese" reveladora da vida de um local, nem mesmo as práticas de sociabilidade escapam às categorizações homogeneizantes do senso comum.

Parece não ser objecto de polémica afirmar que uma primeira interrogação-base passará por referenciar de um modo crítico o movimento de transformação do *centro histórico* em geral, e da Vitória, em particular, em objecto "típico". Movimento que se concretiza na atribuição a estes locais da imagem "típica" e "tripeira", reactualizando, através desta, uma concepção "integrada" de um modo de vida marcado pela entreajuda, as vizinhanças fortes e todas as demais características dos objectos "populares-típicos". Paradoxalmente, uma outra interrogação-base sobre as representações produzidas a propósito da Vitória debate-se com uma imagem de "pobreza" e "desvio", suspostamente incapaz de gerar qualquer tipo de relação positiva com o território vivido<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> COSTA, A. Firmino, *Op. cit.*.

<sup>75</sup> GOFFMAN, Erving — *Stigmate. Les Usages Sociawc des Handicapés*, Paris, Minuit, 1975.

<sup>76</sup> Como alerta Marielle Christine Gros, a propósito de um estudo a decorrer num local contíguo àquele que procuraremos analisar e numa perspectiva compatível com a nossa, "Formular a hipótese da eventual existência de várias estratégias identitárias equivale a assu mir uma certa distanciação em face dos olhares que nos apresentam o bairro como uma realidade socialmente homogénea". Cfr. GROS, Marielle Christine — "Estratégias identitárias num território desqualificado", *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, pp. 471-494.

Equacionar tais imagens enquanto obstáculos à construção do conhecimento científico não supõe que com isto se desconheçam os efeitos práticos da estruturação de vectores vivenciais que possam ter estas características (de pobreza, de desvio, de interconhecimento).

Com vista à resolução heurística destas dificuldades, procuraremos articular diferentes lógicas analíticas. Assim, e problematizando sempre os atributos homogeneizantes da população local, criaremos, num primeiro momento, condições para uma identificação dos agentes sociais do ponto de vista dos seus comportamentos sócio-demográficos. Procuraremos ainda, nos momentos subsequentes, problematizar esta mesma homogeneização no modo de apropriação do local produzido pelos agentes, articulando esta análise com a identificação de vectores simbólico-ideológicos estruturantes das suas vivências — recorrendo para o efeito a uma dupla estratégia metodológica, cruzando registos situacionais (resultantes da realização de entrevistas semi-directivas aos agentes locais ou de observações directas das suas práticas quotidianas) com informação respeitante aos investimentos sociabilitários dos habitantes no seu bairro.

## **2. (RE)PRODUTORES E PROTAGONISTAS DAS VIVÊNCIAS QUOTIDIANAS LOCAIS**

### **2.1. O núcleo antigo da Vitória: contextualização**

Embora os sinais de ocupação desta zona do burgo portuense datem de tempos ainda mais recuados, o povoamento organizado do morro da Vitória tem a sua primeira marca oficial com a criação no século XVI, mais exactamente em 1583, da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Resultante da divisão da Paróquia da Sé em quatro (mantendo-se a Sé com uma nova configuração) criaram-se juntamente com a Vitória duas novas paróquias (S. Nicolau e S. João de Belmonte — durando esta só até 1604) num movimento de reformas administrativas levado a cabo pelo primeiro governo filipino<sup>77</sup>.

A freguesia da Vitória "partia do morro com o mesmo nome para norte, em direcção à Porta do Olival, para oeste rumo ao Postigo das Virtudes e para nordeste buscando o Padrão de Santo Eloi (Largo dos Loios). Compreendia as Ruas da Lagem (hoje parte superior da Rua dos Caldeireiros), Rua de Trás, Rua das Taipas, Rua de S. Miguel (que então se

---

<sup>77</sup> Cfr. SILVA, Francisco Ribeiro — *A Criação das Paróquias de S. Nicolau e de N.ª S.ª da Vitória (1583), aspectos sócio-económicos e religiosos da época*, Porto, Edições Paroquianas da Vitória, 1984.

prolongava pela actual Rua de S. Bento da Vitória), Travessa ou Viela do Ferraz" <sup>78</sup>, num espaço definido intramuralhas fernandinas que deixava de fora "núcleos de frustre povoamento, como Santo Ildefonso e Cordoaria, além de Miragaia" <sup>79</sup>, e que representa hoje a área da freguesia globalmente abrangida pelo *centro histórico* da cidade (não obstante este estar em vias de ser alargado para a área oitocentista da cidade que, de resto, tem na freguesia da Vitória um conjunto muito importante).

É precisamente no século XVI que se vão verificar os primeiros grandes momentos de adensamento da malha urbanística da freguesia, dando-lhe a configuração que actualmente lhe reconhecemos. Assiste-se progressivamente à redefinição da actual zona interior, com a recomposição de algumas artérias mais antigas, como a Rua das Taipas ou a Rua de Trás, assim como à abertura de novas ruas, caso da Rua das Flores e à construção das Igrejas da Misericórdia e de S. Bento da Vitória (que se instala no local da antiga Sinagoga), enquanto o desenvolvimento da zona exterior acompanha a expansão da cidade com a construção de novas casas e a instalação da Casa da Relação no Olival — esta última só no séc. XVIII substituída pela actual <sup>80</sup>.

Dos nomes das ruas à configuração das casas, passando pelos traços da arquitectura civil até à monumentalidade da arquitectura religiosa, a Vitória desenvolve-se, material e simbolicamente, marcada pela actividade das burguesias mercantis e pequenos officios urbanos. Assim, se o espaço interior se desenvolve comercialmente, coadjuvado pelas funções políticas, religiosas e habitacionais que concentra, o espaço extramuros, para além de albergar a Cordoaria (marca indelével das actividades fluviais — mercantis que caracterizam a cidade) — mais tarde substituída pelo jardim <sup>81</sup> — vai assumindo progressivamente as funções políticas e comerciais resultantes da consolidação da Baixa burguesa como centro da cidade.

A construção de novos eixos viários — a Rua de Cedofeita e a Rua do Almada — imprimirá uma nova configuração administrativa à Vitória, conferindo-lhe, progressivamente, o estatuto de freguesia com a maior área monumental da cidade do Porto — com os seus conventos (S. Bento da Vitória, Carmo), as suas inúmeras igrejas, a Torre dos Clérigos, a Cadeia da Relação, a Universidade, as suas casas antigas tipicamente portuenses, para só dar os exemplos mais notórios —, estatuto que ainda hoje conserva.

---

<sup>78</sup> Idem, p. 12.

<sup>79</sup> MARQUES, H. *et ai.* — *Porto, percursos nos espaços e memórias*, Porto, Afrontamento, 1990, p. 13;

<sup>80</sup> SANTOS, Maria José Moutinho; Coelho, Margarida Santos — *O Palácio da Relação e Cadeia do Porto*, Porto, Edições ASA, 1993, pp. 11-13.

<sup>81</sup> Idem, pp. 17-21.

Contudo, uma tal realidade sócio-espacial não pode ser captada de modo homogêneo, por mais que o considerar da unidade administrativa freguesia assim o motive. Acabamos de ver, ainda que sumariamente, como a produção do espaço aqui envolvido obedeceu a lógicas sociais e temporais diferenciadas. Torna-se, portanto, obrigatório tomar em conta o modo como actualmente a freguesia é produzida e apropriada.

Num esforço de simplificação analítica podemos retratar a freguesia como globalmente constituída por dois grandes *núcleos regionais* (para retomar os termos de Giddens): um primeiro coincide com o que designamos por *núcleo antigo* — intramuralhas fernandinas — usufruindo de certo fechamento territorial (produzido pela malha urbana antiga da cidade) e colocado no prolongamento de zonas como a das Virtudes (Miragaia) e de Belmonte (S. Nicolau), igualmente pertencentes ao *centro histórico*, um segundo núcleo fica já extramuros e abarca uma parte substancial da *Baixa*, dotada de uma visibilidade social elevada por nela se reconhecer grande parte dos símbolos da cidade e por aí se concentrar uma oferta elevada de serviços (numa área que vai da Rua do Almada às imediações do Hospital de Sto. António caracterizada pela quase ausência de funções de residência).

Atente-se que não obstante estarmos perante uma freguesia com duas grandes configurações específicas de espaço-tempo, a sua problematização não pode produzir a imagem de uma realidade homogênea no interior de cada uma das configurações mencionadas. Estando a produção e a apropriação sociais da segunda posta de parte, não podemos tomar por adquirida a fórmula que designa a primeira — aquela que nos servirá de horizonte analítico — como realidade passível de leitura unívoca no que à mesma produção e apropriação sociais diz respeito (não é demais repeti-lo).

Com efeito, se a produção de "rotulações" em torno desta Vitória não vai deixando de encontrar contrapartidas locais — uma vez considerada a prostituição, a venda de drogas, as manifestações de pobreza —, já a tentativa de fazer das referidas rotulações (quantas vezes agitadas no interior de quadros "populares-típicos") eixos totalmente explicativos da realidade social local resulta num profundo enfiamento analítico. Ora, por mais homogênea que possa parecer, não será de excluir a hipótese de se encontrar na Vitória uma diversidade de práticas sociais suficiente para a definir como *realidade atravessada por clivagens sociais vincadas* e, como tal, como realidade atravessada por conflitos.

Tais conflitos (assim o documenta a primeira aproximação conseguida através do trabalho de campo) reflectem oposições entre os habitantes e as instituições com poder sobre a vida local (como os alimentados pelas relações de clientelismo entre os habitantes e os líderes ou técnicos dos poderes públicos, ou mesmo entre os proprietários e os inquilinos das casas). Não se pense, no entanto, que estes ficarão por aqui. É nossa hipó-

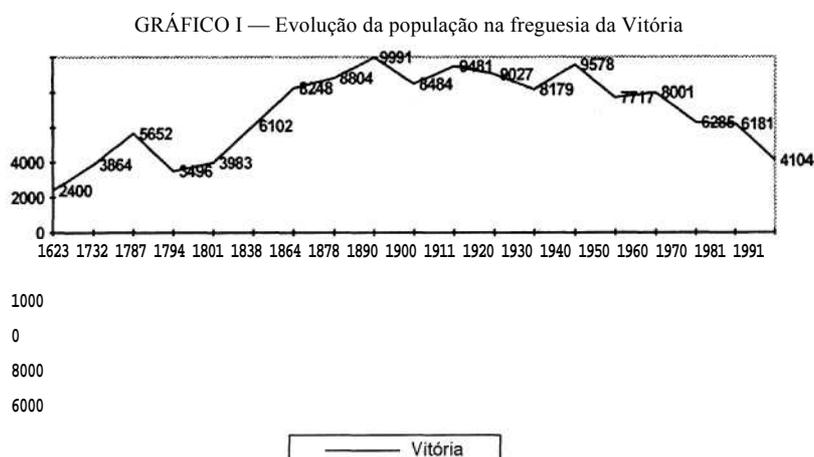
tese central demonstrar que o aprofundamento da sua análise não poderá deixar de verificar que estes reflectem igualmente a diversidade dos agentes que fazem a Vitória, a diversidade das práticas em que se envolvem e a diversidade dos juízos que sobre estas produzem e que normalmente não surgem nas representações comuns que sobre ela se elaboram.

Importará, por isso, apurar quais os possíveis contornos desta diversidade.

## 2.2. Feminização, envelhecimento ("entrada") e "saída": população e comportamentos demográficos (l.<sup>a</sup> imagem)

Num primeiro nível, a imagem que podemos construir de um local passa por referenciar as suas principais características demográficas.

Um olhar atento sobre os efectivos populacionais da Vitória descobre, quando perspectivado diacronicamente, uma tremenda oscilação da evolução dos valores assumidos por aqueles efectivos.



**Fontes:** MARQUES, H.; *et ai.* — *Porto: percursos nos espaços e memórias*, Porto, Afrontamento, 1991; "Arredondamento parochial", in JORGE, Ricardo — *Origens & desenvolvimento da população do Porto*, Porto, Typographia Occidental, 1897; Instituto Nacional de Estatística — *X, XI, XII e XIII (dados preliminares) Recenseamento Geral da População*, 1960, 1970, 1981, 1991.

A não ter em conta possíveis erros de contabilização, a primeira grande oscilação data do século XVIII (1794), período em que a freguesia perde (em relação a 1787) 61,7% da sua população — fenómeno a que não será alheio a proeminência das pestes que grassavam ciclicamente por toda a cidade<sup>82</sup>.

<sup>82</sup> E que já no século XV motivavam o "entaipamento" de parte do morro da Vitória, razão pela qual ainda hoje uma das suas ruas se chama *das Taipas*.

O ritmo de crescimento só será nitidamente retomado quase no fim da primeira metade do século XIX, sendo a segunda metade deste a época de maior crescimento populacional contínuo da freguesia: em 1890, a Vitória conhece o seu máximo populacional até à data de hoje — 9991 habitantes. Não se pense, no entanto, que este aumento correspondia unicamente a uma concentração no seu núcleo antigo. Se bem que tudo indique estar este sobrepovoamento aí situado, parte do mesmo concentrava efectivos na parte nova da freguesia.

A Vitória da primeira metade do século XX mantém elevados volumes populacionais. Não conhece, contudo, ritmos de crescimento muito acentuados, antes momentos de clara perda populacional: como o período 1911-1920, com uma taxa de crescimento de -5%, ou o período de 1920--1930, em que os efectivos continuam a diminuir (-10,4%). Razões para estes valores serão, nos dois casos, o modo como a sobreocupação reproduz condições óptimas para a propagação de doenças (as tuberculoses e gripes várias da época), ainda que, segundo nos diz quem viveu a época, também se tenha de acrescentar aqui os efeitos da participação na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial (sentida de modo muito intenso na freguesia, devido "aos daqui que lá andaram!").

Nos anos 30, a Vitória conhece o seu "pico" populacional para este século (9578 habitantes), adivinhando-se, por detrás de um tal valor, fortes movimentos de "entrada" na freguesia<sup>83</sup> — processo que alguns dos habitantes locais comprovaram, exemplificando com o seu próprio percurso.

Mas, não obstante um tal facto, a década seguinte evidencia uma quebra notável (de 24,1%) da taxa de crescimento populacional, a que não devem ser alheios fortes movimentos de "saída" da freguesia.

O retomar do crescimento na década de 50 (3,5%) não chega, no entanto, para recuperar efectivos anteriores. Saliente-se que os valores decrescentes do volume populacional da Vitória não tiveram contrapartidas numa desocupação homogénea do espaço habitacional, tudo apontando para que tenham sido maiores as perdas no *núcleo burguês* do que no *antigo*<sup>84</sup>. Assim se compreende que mesmo numa década de acentuada perda demográfica, como a de 60 (-27%), a Vitória tenha sofrido significativos problemas de sobreocupação (como o retrata a generalidade dos habitantes que na altura nela viviam).

As variações populacionais negativas da Vitória só começaram a ser perceptíveis para os habitantes do seu núcleo antigo durante a década de 70, e, sobretudo, na de 80.

---

<sup>83</sup> A que corresponderá o elevado número de nascidos fora da freguesia que tivemos ocasião de registar no Recenseamento Eleitoral.

<sup>84</sup> Não excluindo igualmente a hipótese de erro de contagem no Censo.

Com efeito, e do ponto de vista sincrónico, os dados do Censo de 1981 apontam para a existência de 6181 habitantes, dos quais 2642 (42,7%) são homens e 3539 (57,3%) mulheres<sup>85</sup>, apontando os dados preliminares do Censo de 1991 transformações da realidade demográfica: para além de uma acentuada quebra populacional (—2701 habitantes, correspondentes a uma taxa de crescimento de -36,7%), os dados relativos à População Presente por sexos indicam a existência de 2107 homens (45,1%) e 2567 mulheres (54,9%).

Por outro lado, um dos traços específicos da estrutura populacional de um local revela-se na análise da sua composição etária. Quando se analisa uma tal estrutura "o aspecto que melhor a define é a sua juventude"<sup>86</sup>. Retendo a característica mencionada descobrimos que só 27% dos habitantes da Vitória são "jovens" (com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos), o que revela uma proporção inferior à que caracteriza o mesmo grupo à escala concelhia — 30,6%. Atente-se, ainda, no facto de a composição sexual deste grupo não ser homogénea. Se face ao volume global da população é possível falar numa certa similitude — 13,4% de homens e 13,6% de mulheres (realidade comparável à do concelho, se bem que com efectivos inferiores: 15,3% de homens e 15,3% de mulheres) — já em função dos efectivos por sexos descobrem-se nítidas diferenciações, com os menos numerosos homens da Vitória a possuírem indivíduos jovens superiores ao grupo feminino (31,3% e 23,7%, respectivamente).

O grupo dos "adultos" (20-64 anos) é o mais volumoso (56,5%), com valores próximos dos do concelho (57,4%). A composição sexual deste grupo é, no entanto, substancialmente diferente do anterior, apontando para um claro domínio do sexo feminino (32,1%) — valor superior ao do concelho (31,3%) — devidamente acompanhado por um valor masculino inferior ao da escala concelhia (24,4% e 26,1%, respectivamente).

Mas é sobretudo no elevado valor dos "velhos" (16,5%) — bastante acima do valor concelhio (12%) - que se materializa a feminização apontada no grupo anterior. No total da população só 4,9% dos homens têm mais de 65 anos, enquanto 11,6% das mulheres possuem tal característica (no concelho do Porto o domínio feminino neste grupo etário é explícito, embora não tão pronunciado: 4,1% de homens e 7,9% de mulheres). A constatação de uma tal diferenciação é bastante evidente quando analisamos a composição etária de cada sexo: na realidade, 20,2% das mulheres da Vitória têm mais de 65 anos, enquanto só 11,5% dos homens correspondem a esse perfil.

---

<sup>85</sup> A taxa de crescimento entre 1970 e 1981 é de -1,7%.

<sup>86</sup> CARDOSO, Ana; PIMENTA, Manuel — "A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização", *Sociedade e Território*, 10, 1989, pp. 13-24.

O cenário de feminização e envelhecimento progressivo da Vitória em 1981 parece esconder-se nos dados preliminares de 1991. A quebra demográfica verificada na última década parece ter por base um "espectacular" (para utilizar a expressão de um dos nossos informantes) movimento de "saída" da freguesia, protagonizado principalmente por "jovens adultos" à procura da habitação que não encontram na freguesia, ou ainda por aqueles que aproveitam algumas melhorias nas condições financeiras "para dar uma educação aos filhos longe da zona com uma casa nova" por horizonte (como várias vezes nos mencionaram).

Em suma, e na linha do que temos estado a analisar, a Vitória parece definir-se como uma freguesia atravessada por vincados movimentos de transferência demográfica, ora funcionando como local de "entrada" na cidade (como durante o século XIX, ou durante das décadas de 30 e 50 deste século), ou como ponto de partida para (novas) "saídas" da freguesia e/ou da cidade<sup>87</sup>.

O equacionamento da incidência prática destes movimentos de transferência demográfica obriga-nos, assim, a interrogar a tradicional imagem "portuense-típica" dos habitantes da Vitória, já que neles estão envolvidas as suas origens geográficas.

### **2.3. "Vindos com a cheia" e "tripeiros de gema": algumas questões relativas à origem (sócio-) geográfica dos habitantes da Vitória (2.<sup>a</sup> imagem)**

Tudo indica que o movimento de entrada na cidade através da Vitória esteja hoje bastante debilitado<sup>88</sup>, no entanto, tal facto não impede que nela se concentrem efectivos populacionais cuja origem geográfica não só lhe é exterior como, sobretudo, é exterior à própria cidade.

A análise do Recenseamento Eleitoral da freguesia é a este propósito elucidativa<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> Processo que conhece desde os anos 60 e que coloca o seu actual volume populacional ao nível do que possuía no século XVIII, num movimento de decréscimo populacional a que a cidade não escapa no seu todo — com uma taxa de crescimento populacional de -10% —, depois de durante o século XX o seu crescimento ter sido alimentado por variados "êxodos rurais".

<sup>88</sup> Apenas dois dos respondentes ao inquérito que efectuamos aqui viviam há menos de 1 ano e nenhum há menos de 5 — facto a que não serão alheios a ausência de casas para arrendar (num cenário onde o crescente número de casas velhas e devolutas tem como destino a espera por muito prováveis rentabilizações imobiliárias) e os preços elevados (para os padrões locais) daquelas que chegam ao mercado. Alguns fenómenos de arrendamento das casas a preços excessivamente elevados para a média local, mas mais baratos do que no resto da cidade, atestam que nalguns casos a Vitória continua a funcionar como "porta de entrada" na cidade.

<sup>89</sup> Ainda que exista mais população recenseada do que aquela que é revelada no último Censo.

QUADRO I — Concelho de origem dos migrantes recenseados eleitoralmente na freguesia da Vitória

Concelho	HM	%	H	M	% População migrante
Gaia	134	2.6	59	75	4.96
Marco	100	1.93	30	70	3.7
Penafiel	98	1.9	40	58	3.63
Celorico Basto	98	1.9	63	35	3.63
Cinfaes	84	1.63	38	46	3.11
Amarante	80	1.55	29	51	2.96
Gondomar	79	1.53	34	45	2.93
Braga	75	1.45	28	47	2.78
Resende	73	1.41	32	41	2.7
Baião	69	1.34	32	37	2.56
Paredes	65	1.26	25	40	2.41
Matosinhos	64	1.24	23	41	2.37
Cabeceiras Basto	54	1.05	20	34	2
Lamego	49	0.95	22	27	1.81
Barcelos	48	0.93	15	33	1.78
Arouca	44	0.85	12	32	1.63
Feira	42	0.81	11	31	1.56
Vila Verde	40	0.78	13	27	1.48
Felgueiras	40	0.78	12	28	1.48
Vila Real	38	0.74	20	18	1.41
Chaves	37	0.72	14	23	1.37
Alijo	37	0.72	17	20	1.37
Fafe	36	0.70	21	15	1.33
Famalicão	36	0.70	16	20	1.33
Lisboa	34	0.66	14	20	1.26
Ponte de Lima	32	0.62	18	14	1.19

## Os índios e a Vida Selvagem

QUADRO I (Continuação)

Concelho	HM	‰	H	M	% População migrante
Castelo de Paiva	30	0.58	10	20	1.11
Viana do Castelo	30	0.58	14	16	1.11
Bragança	29	0.56	9	20	1.07
Guimarães	29	0.56	11	18	1.07
Maia	29	0.56	13	16	1.07
Valpaços	29	0.56	8	21	1.07
Régua	28	0.54	11	17	1.07
Sta. Marta Penaguião	28	0.54	11	17	1.04
Vila do Conde	24	0.47	6	18	1.04
Lousada	24	0.47	18	6	1.04
Mirandela	23	0.45	7	16	0.85
Vila Pouca de Aguiar	22	0.43	10	12	0.81
Valongo	22	0.43	9	13	0.81
Ribeira de Pena	21	0.41	10	11	0.78
Carraceda de Ansiães	20	0.39	9	11	0.74
Mogadouro	20	0.39	7	13	0.74
Esposende	18	0.35	2	16	0.65
Vila Nova de Foz Coa	18	0.35	10	8	0.65
S. João da Pesqueira	18	0.35	8	8	0.65
Vieira do Minho	17	0.33	7	10	0.63
Santo Tirso	17	0.33	6	11	0.63
Arcos de Vai de vez	17	0.33	10	7	0.63
Amares	16	0.31	2	14	0.59
Macedo de Cavaleiros	16	0.31	8	8	0.59
Armamar	16	0.31	6	10	0.59
Oliveira de Azeméis	16	0.31	4	12	0.59
Montalegre	15	0.29	5	10	0.56

QUADRO I (Continuação)

Concelho	HM	%	H	M	% População migrante
Póvoa de Lanhoso	15	0.29	9	6	0.56
Miranda do Douro	14	0.27	7	7	0.52
Mondim	14	0.27	5	9	0.52
Castro Daire	14	0.27	4	10	0.52
Alfândega da Fé	13	0.25	7	6	0.48
Póvoa de Varzim	13	0.25	3	10	0.48
Tabuaço	12	0.23	4	8	0.44
Paços de Ferreira	12	0.23	6	6	0.44
Sabrosa	11	0.21	4	7	0.41
Mesão Frio	11	0.21	5	6	0.41
Vila Flor	11	0.21	7	4	0.41
Ovar	11	0.21	6	5	0.41
Torre Moncorvo	10	0.19	2	8	0.37
Espinho	10	0.19	1	9	0.37
Murça	9	0.17	1	8	0.33
Aveiro	8	0.16	4	4	0.3
Penadono	8	0.16	2	6	0.3
Tarouca	8	0.16	1	7	0.3
Boticas	7	0.14	2	5	0.26
Caminha	7	0.14	4	3	0.26
Ponte da Barca	7	0.14	3	4	0.26
Monção	7	0.14	2	5	0.26
Meda	7	0.14	3	4	0.26
Valença	6	0.12	2	4	0.22
Aguiar da Beira	6	0.12	0	6	0.22
S. Pedro do Sul	6	0.12	2	4	0.22
Vila Nova de Cerveira	5	0.1	1	4	0.19

## Os índios e a Vida Selvagem

QUADRO I (Continuação)

Concelho	HM	%	H	M	% População migrante
Anadia	5	0.1	2	3	0.19
Albergaria-a-Velha	5	0.1	3	2	0.19
Freixo de Espada à Cinta	5	0.1	3	2	0.19
Leiria	5	0.1	1	4	0.19
Nelas	5	0.1	3	2	0.19
Melgaço	4	0.08	1	3	0.15
Figueira de Castelo Rodrigo	4	0.08	1	3	0.15
Almeida	4	0.08	0	4	0.15
Coimbra	4	0.08	0	4	0.15
Figueira da Foz	4	0.08	1	3	0.15
Celorico da Beira	3	0.06	2	1	0.11
Gouveia	3	0.06	1	2	0.11
S. João da Madeira	3	0.06	1	2	0.11
Santa Comba Dão	3	0.06	0	3	0.11
Mangualde	3	0.06	0	3	0.11
Naturais de diversos concelhos com 2 ou 1 elementos	46	0.89	21	25	1.7
Naturais dos Açores e Madeira	14	0.27	5	9	0.52
Naturais dos PALOP's	132	2.56	57	75	4.89
Outras nacionalidades	8	0.15	1	7	0.3
Total de migrantes	2700	52.3	1090	1610	100
Naturais do Porto	2402	46.52	1170	1232	—
Total de população recenseada (sem registo de casos com informação incompleta e com o seu registo)	5102 5163	100	2260 2283	2842 2880	—

Num total de 5163 recenseados <sup>90</sup> verificou-se que o movimento de entrada de migrantes na freguesia deixou marcas profundas: uma primeira análise dos elementos reunidos revela que os indivíduos nascidos fora da freguesia e da cidade do Porto são em maior número — 46,5% de indivíduos naturais do concelho do Porto, e 53,5% nascidos fora.

Mas, se à escala distrital os valores mencionados parecem desvanecer a sua significação social — uma vez que 63,4% dos indivíduos recenseados é natural do distrito do Porto <sup>91</sup> — já o redobrar da atenção ao nível concelhio para além de tornar explícita a heterogeneidade implícita a uma categoria administrativa como o distrito, evidencia plenamente a densidade do fenómeno migratório.

Face a este panorama a necessidade de aprofundamentos analíticos é premente. Assim, e em primeiro lugar, atente-se no pormenor de só 10,5% da população ser natural da Vitória, sendo a grande maioria dos indivíduos naturais do concelho do Porto nascida nas *freguesias limítrofes* <sup>92</sup>: 31% dos efectivos populacionais (1601 indivíduos) constitutivos do núcleo "portuense"/ "tripeiro" que enforma o imaginário do (possível?!) "verdadeiro vitoriano". As razões para estes efectivos prendem-se, segundo o que nos foi possível apurar, com duas ordens de factores: por um lado, com o facto de o nascimento ao ocorrer em hospitais ou maternidades implicar, até há bem pouco tempo, o registo da naturalidade naqueles locais e não nos de residência dos pais (daí os enormes contingentes de nascidos em Miragaia e Cedofeita, e poder também passar por aqui a compreensão das razões do menor número de efectivos nascidos na Vitória, uma vez que o estatuto privado da única maternidade existente na freguesia pode ter funcionado como elemento dissuasor à sua procura); por outro lado, com as migrações intra-citadinas, como as que levaram à fixação local de muitos originários de Cedofeita e de S. Nicolau.

Mesmo com um ritmo de crescimento populacional não muito positivo ou até negativo, o movimento de entrada na cidade através da Vitória

---

<sup>90</sup> O valor mencionado não equivale ao número oficial de Recenseados visto que durante a contagem verificou-se a existência de um elevado número de indivíduos contabilizados (nascidos antes de 1910) que provavelmente já não estariam vivos e que motivou quer o seu não registo, sempre que se confirmava o falecimento, quer o seu registo, sempre que se confirmava a vida, quer ainda, em caso de impossibilidade processual de confirmação da morte, o seu registo mas a sua não contabilização — onde se incluíram 61 casos (23 homens e 38 mulheres), e daí a não coincidência da soma do número de migrantes com o número de naturais do Porto.

<sup>91</sup> Não deixando de manifestar alguma relevância, se bem que numa escala menor, os valores de Braga, Viseu e Vila Real, com efectivos acima dos 5%.

<sup>92</sup> Este grupo é constituído pelas freguesias da Sé, S. Nicolau e Miragaia (pertencentes ao centro histórico da cidade) e por Cedofeita.

tem na década de 50 e em parte da década de 60 um momento marcante. Segundo uma expressão corrente na época, era tanta a gente a chegar todas as semanas que rapidamente as cheias do Douro serviram de simbologia identificativa: era frequente, quando se questionava a existência de uma cara nova, responder-se com um "Não sei. Veio com a cheia..." — na realidade, uma expressão não totalmente destituída de verdade a atentar no número de migrantes com origem em concelhos banhados pelo Douro, na ordem dos 36,6%.

Várias são as características dos migrantes da Vitória.

Em primeiro lugar, há um predomínio claro de indivíduos com origem em concelhos pertencentes ao distrito do Porto, mas afastados do "pólo urbano industrial". Nos concelhos com efectivos iguais ou superiores a 2% encontram-se cinco deste concelhos, nomeadamente, Paredes (11.º) 2,41%, Baião (10.º) 2,56%, Amarante (6.º) 2,96%, Penafiel (3.º) 3,63%, Marco de Canavezes (2.º) 3,7%, revelando como parte do significativo processo de repulsão demográfica que tem caracterizado estas regiões tem passado pelo êxodo em direcção à actual Área Metropolitana do Porto, não sendo, de resto, o Porto (cidade) quem mais com este processo cresceu <sup>93</sup>.

Um contingente apreciável é constituído pelos indivíduos oriundos dos concelhos limítrofes do Porto. Gaia é, efectivamente, o concelho que mais contribui com migrantes (4,96%), tudo apontando, no entanto, para que também este movimento não seja recente, o que abre portas ao equacionamento da possível origem camponesa e operária agrícola destes indivíduos (tendo em conta o carácter conflitual da relação rural-urbano no subúrbio portuense), de modo, portanto, quase equivalente ao que se adivinha nos concelhos anteriores — um processo a que Gondomar (7.º) com 2,93%, e Matosinhos (12.º) com 1,37% não deveriam ter escapado, dado só recentemente terem conhecido processos activos de transformação da sua estrutura produtiva <sup>94</sup>. Parece-nos, por isso, que mesmo a este nível, e de acordo com a antiguidade da entrada na freguesia, só muito dificilmente podemos falar de profunda origem urbana dos actuais habitantes da Vitória. Não estamos perante um carácter ruralizado como aquele que se adivinha na grande maioria dos restantes migrantes, mas de modo algum terão estes por referencial situações urbanizadas, já que à data de partida (anos 30, 40 e 50)

---

<sup>93</sup> Um retrato dos principais factores que estão na origem deste processo pode ser obtido em PINTO, J. M. — *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, p. 102.

<sup>94</sup> Se em Matosinhos este é um processo mais antigo, em Gondomar só há poucas décadas os efeitos acumulados de uma industrialização difusa coadjuvada por uma terciarização relativamente incipiente começaram a produzir efeitos, tendo o crescimento populacional do concelho sido fruto de um incremento da função de residência.

nem mesmo os concelhos limítrofes do Porto as conheciam de um modo efectivo.

Assim, e para além dos migrantes anteriormente mencionados, encontramos na Vitória uma percentagem considerável de indivíduos oriundos do Norte Litoral (23,15%) — Celorico de Basto (3.º) com 3,63%, Braga (8.º) com 2,78%, Barcelos (15.º) com 1,78%, Vila Verde ou Felgueiras (18.º) com 1,48% —, ou do Centro (21,04%) — Cinfaes com 3,11%, Resende (9.º) com 2,7% ou Lamego (14.º) com 1,81%. Quanto aos efectivos do Norte Interior, embora sejam igualmente importantes (17,11%), possuem ao nível concelhio valores menos consideráveis, não obstante serem significativos — Vila Real (20.º) com 1,41%, Chaves e Alijo (22.º) com 1,37%, Bragança e Valpaços (29.º) com 1,07%, Régua e Santa Marta de Penaguião (34.º) com 1,04%.

A análise das origens geográficas dos habitantes da Vitória não pode, contudo, deixar de se debater com a importância dos movimentos de retorno das ex-colónias portuguesas em África: 4,48% da população migrante tem origem nos PALOP's, não se adivinhando nesta origem grandes contingentes de imigrantes negros (que, não obstante tal facto, contam com alguns efectivos na freguesia).

Por outro lado, este movimento migratório possui ainda a característica (seguindo o que já havíamos afirmado a propósito da população da freguesia nos grupos adultos e idosos) de ser maioritariamente constituído por indivíduos do sexo feminino (59,59%). Nos concelhos de origem com efectivos superiores a 1% da população migrante apenas 4 têm predominância masculina: Celorico de Basto, Vila Real, Fafe e Ponte de Lima. Confirma-se deste modo no tecido urbano a saída dos campos de volumes consideráveis de mulheres em direcção às cidades do noroeste português, nomeadamente, em direcção à área do grande Porto, revelando (em toda a sua materialidade) a importância dos diferentes "exércitos industriais de reserva"<sup>95</sup>.

Em suma, podemos concluir que o fluxo migratório concentrado na Vitória possui várias características específicas: para além de se poder falar em concentração geográfica dos locais de origem, quer estes sejam nos concelhos do distrito mais afastados da cidade (potencialmente ruralizados), quer sejam nos concelhos mais próximos do Porto (igualmente caracterizados no momento de partida por situações não muito marcadas pelo urbano), quer ainda em diferentes concelhos do Norte e do Centro do país (com domínio do Norte Litoral e do Centro Interior), podemos ainda referenciar a

---

<sup>95</sup> Cfr. PINTO, J. M. — *Op. cit.*, pp. 109-112.

importância dos laços de parentesco e de vizinhança como meio de contacto entre os locais de origem e as "miragens urbanas" <sup>96</sup>.

A importância destes movimentos migratórios obriga à consideração dos processos de reconversão/ reconfiguração *localmente* (re)produzidos dos habitus de classe de origem destes agentes. Tomaremos em conta a sua importância quando tratarmos especificamente da *apropriação sócio-cultural* do espaço-tempo local. Para já julgamos importante completar este olhar sobre os protagonistas das sociabilidades locais visionando uma terceira imagem do núcleo antigo da Vitória: a que o define como não homogêneo do ponto de vista da inserção estrutural dos seus agentes.

## **2.4. Heterogeneidade social local: classes sociais e diferenciações correlativas (3.<sup>a</sup> imagem)**

### **2.4.1. Algumas reflexões teóricas prévias**

A *cultura*, no sentido antropológico, só pode ser definida (de modo heurístico) se rompermos com as preocupações *essencialistas/ universalistas* (reveladoras de nítidos *efeitos de imposição de sentido*) em que se viu submergida. Tal propósito de definição é, contudo, viável se esta for concebida mediante a articulação de práticas sociais específicas com posições sociais determinadas.

Neste sentido, temos vindo a assinalar a necessidade da análise das vivências quotidianas da Vitória ter de passar por uma problematização do modo de (re)produção das culturas localmente relevantes — partindo do princípio de que só enquadradas como prática cultural estas vivências ganham sentido sociológico <sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> "— vim à procura de trabalho, atrás do meu irmão." — Dizia-nos um natural de Vila Real. Ou "— Tinha um primo meu que me arranhou casa aqui e trabalho perto e vim para cá há 30 anos." — Afirmava um originário do Marco de Canavezes.

<sup>97</sup> Dominique Grootaers partindo de uma noção minimal, mas operatória, de cultura ("a cultura, é a maneira de viver o quotidiano com todos os seus constrangimentos, dando-lhe um sentido") elabora um modelo simplificado de pesquisa sobre práticas culturais mediante a articulação de três níveis analíticos: um primeiro definido pela inserção económica, um segundo pelos comportamentos e regras de conduta (domínio material, organização do espaço, organização do tempo, relacionamentos), e um terceiro de normas e valores. Cfr. GROOTAERS, Dominique — "La culture une construction cohérente" in GROOTAERS, Dominique — *La Culture Mosaïque. Approche Sociologique des Cultures Populaires*, Bruxelles, Vie Ouvrière Éditions, 1984, pp.8-22.

Todavia, assim colocada, esta questão não é passível de resolução teórico-metodológica se, ao ser definido como *topologia social*<sup>98</sup>, o esforço de conhecimento inicial desta prática cultural não obrigar a perspectivar, não só esta como "enjeu social" ", mas sobretudo, os agentes e grupos de agentes que a constituem como ocupando "posições relativas " num *campo* onde as forças objectivamente impostas são "irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interacções directas entre os agentes" <sup>100</sup>.

Deste modo, as classes sociais aqui (teórica e metodologicamente) envolvidas situam-se, como se depreende, "não no terreno das acções individuais e finalizadas e da interacção" <sup>101</sup>, mas num "espaço de relações" <sup>102</sup>. Funcionam assim "como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas" <sup>103</sup>.

Compreende-se, portanto, que o conhecimento das classes sociais (ou da posição ocupada num espaço de relações) passe pela análise das "propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes" <sup>104</sup>. Resultando do sistema de relações estabelecido entre propriedades *objectivadas e incorporadas*, a *classe objectiva* remete não só para os trabalhos pedagógicos inerentes à (re)produção dos habitus, mas também para os princípios de construção do espaço social formados pelas "diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos" <sup>105</sup>.

De acordo com Ferreira de Almeida, a construção de um conceito de classe dotado de aplicabilidade teórico-metodológica passa por o especificar em vários níveis: se "a nível estrutural há que identificar a rede de dimensões em que se analisam as condições de existência" e "se as relações de produção, a divisão social do trabalho, definem lugares de classe por onde

---

<sup>98</sup> Mesmo numa escala aparentemente tão micro julgamos que se mantém válido o princípio de interrogar o núcleo antigo da Vitória como "(••■) espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado". BOURDIEU, Pierre — *O Poder Simbólico*, p. 133.

<sup>99</sup> GROOTAËRS, Dominique — "La culture une réalité multiforme", *Op. cit.*, p. 25.

<sup>100</sup> BOURDIEU, Pierre - *Op. cit.*, p.134.

<sup>101</sup> ALMEIDA, J. Ferreira de - *Classes Sociais nos Campos, Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS, 1986, p.76.

<sup>102</sup> BOURDIEU, Pierre — *Op. cit.*, p. 137.

<sup>103</sup> ALMEIDA, J. Ferreira— *Op. cit.*, p. 76.

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre — *Op. cit.*, p. 136.

<sup>105</sup> BOURDIEU, Pierre — *La Distinction. Critique Social du Jugement*, Paris, Minuit, 1979, p.134. Uma vez que a noção de *propriedade incorporada* inerente ao habitus foi tratada aquando do desenvolvimento das incidências nesta pesquisa deste último conceito, abstermo-nos aqui de a abordar novamente remetendo-nos antes para uma reflexão sobre a noção de *propriedade objectiva*.

se distribuem os agentes sociais, são já constelações de factores que a esse nível estão presentes e que qualificam os lugares, que limitam o espaço de práticas distintas e eventualmente contraditórias" <sup>106</sup>.

Segundo Bourdieu, podemos, assim, encontrar a posição de um agente mediante a análise do *volume global* de capital que possui, devidamente complementada pelo exame da sua *composição* - aferida "segundo o peso relativo das suas diferentes espécies no conjunto das suas posses". A posição do agente pode, deste modo, "ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico — nas suas diferentes espécies —, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico" <sup>107</sup>.

Está aqui em causa a inserção do agente na divisão social do trabalho e com ela o acesso — *capitalizado* em maior ou menor grau — a *bens económicos*, traduzido no acesso a um *poder* — capacidade para influenciar as decisões que quotidianamente envolvem o agente — e a um *saber* determinado. Segundo Dominique Grootaers, "para se compreender os mecanismos de dominação" implícitos "na organização activa e durável" da relação desigualitária presente no acesso a estas propriedades é ainda necessário encarar "o problema sob uma forma menos material". As *classificações* visíveis no campo económico, social e cultural encontram justificação graças a uma classificação não visível ligada à ordem dos valores e do sentido: ao atribuir uma *marca* de classe a cada gesto do quotidiano, o capital simbólico transforma-se, mediante inculcações que parecem justificar-se por elas próprias, na fonte de legitimação dos outros capitais, e em particular do capital cultural <sup>108</sup>.

Assim, e em suma, "se os lugares de classe, caracterizados por certas combinações de volume e estrutura das diferentes espécies de capital — certas propriedades objectivadas —, definem condições de existência distintas uma das outras e semelhantes no interior de cada lugar, eles tendem a inculcar nos agentes que os ocupam sistemas de disposições do mesmo modo distintos relativamente aos de outras classes e internamente dotados de relativa homogeneidade" <sup>109</sup> — concretizando a incorporação e cristalização de *habitus* cuja estrutura resulta, igualmente, "das experiências de trajectória, que incluem os itinerários de mobilidade (e de imobilidade) e as relações ideológicas a esses itinerários" <sup>110</sup>.

---

<sup>106</sup> ALMEIDA, J. F. — *Op. cit.*, p. 83.

<sup>107</sup> Bourdieu, Pierre — *Op. cit.*, pp. 134 -145.

<sup>108</sup> GROOTAERS, Dominique — *Op. cit.*, p. 26.

<sup>109</sup> ALMEIDA, J. Ferreira — *Op. cit.*, p. 87.

<sup>110</sup> Idem, p.88.

Perante a necessidade de explicação das posições sociais {*conflituosamente* relacionadas), o conceito de classe - *isento de determinismos revolucionários* — permite não só identificar uma pluralidade de dimensões na conjuntura, como também restituir as histórias específicas das relações entre tais dimensões, tanto ao nível dos *lugares* como dos *agentes*.

A explicação aqui em causa concretiza-se, deste modo, mediante o accionamento de uma dupla estratégia que passa por identificar não só uma unidade de análise (o indivíduo, o grupo doméstico), mas também as classes e fracções em presença.

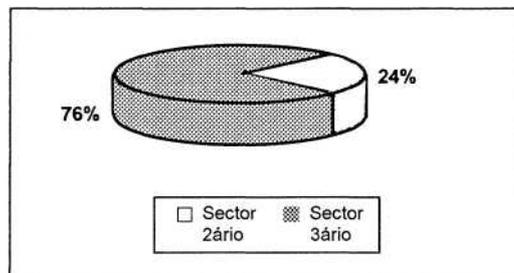
#### 2.4.2. Classes e famílias de classe na Vitória

##### 2.4.2.1. Uma primeira aproximação: a estrutura da população activa

Temos vindo a assinalar a importância da ruptura com atributos que tendem a ver em locais como a Vitória o produto de sucessivas cristalizações de traços homogéneos. Já tivemos ocasião de assinalar como do ponto de vista demográfico e, sobretudo, do ponto de vista da origem (sócio-) geográfica tais atributos carecem de autenticidade. Importa por isso equacionar, e de acordo com o mencionado no ponto anterior (tomando em atenção as produções sociológicas sobre locais semelhantes aquele que nos ocupa <sup>111</sup>), a inserção social dos habitantes da Vitória.

Todavia, se retivermos apenas os números dos activos da Vitória poderá parecer destituído de sentido falar aqui de heterogeneidade social, face à ampla dominação do *terciário* (76,1%) que relega para um significativo segundo plano as ocupações no *secundário* (23,7%).

GRÁFICO II — População Activa da Vitória



Fonte: Censo 81

<sup>111</sup> Cfh, entre outros, os trabalhos de COSTA, A. Firmino — *O Trágico e o Contraste*, Lisboa, D. Quixote, 1984; e — "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social desigualitário". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 1984.

Sabe-se, contudo, que de modo algum as posições (no interior de cada sector) são homogêneas, o que torna a hipótese de heterogeneidade de posições e "situações na profissão" viável (colocando, desde logo, em causa a "transparência" das produções das estatísticas oficiais <sup>112</sup>) e obriga a um esforço de aprofundamento analítico mais efectivo.

Perante as insuficiências das estatísticas oficiais produzidas à escala da freguesia, o inquérito por nós efectuado à população local (que designaremos daqui para a frente por Inq. VTL) produziu resultados cujas consequências analíticas se afiguram importantes <sup>113</sup>.

Embora adquiram plena expressão no lugar de classe ocupado pelos indivíduos e sobretudo pela família (grupo doméstico) na estrutura social local (e não esqueçamos o potencial de inserção global assim conseguida), as clivagens sociais que identificamos são perceptíveis, à partida, mediante a mera utilização dos critérios do aparelho estatístico estatal.

Assim, num total de 78 grupos domésticos inquiridos (sendo cada representante inquirido mediante o registo da sua idade e sexo na quota de pertença) foi possível reunir informação respeitante a 247 indivíduos. Destes 247 concluiu-se, através da análise da sua "condição perante o trabalho", que 126 (51,01%) eram "activos com profissão", 40, (16, 19%) eram "reformados/pensionistas", 29 (11,74%) "estudantes" e 24 (9,72%) "domésticas", avultando, contudo, um valor de 18 (12,5%) desempregados no conjunto dos indivíduos em idade activa

A análise da população activa por sector de actividade revela, por outro lado, como a heterogeneidade que referenciávamos no terciário é passível de alguma demonstração empírica. Ao decompor a referida categoria em *comércio* e *serviços* foi possível descobrir (para além da necessidade de não esquecer os 23 — 18,25% — activos na *indústria*) que o comércio concentrava em si ainda 43 (34,13%) dos activos, não obstante serem os serviços a dominar com 60 (47,62%) activos.

---

<sup>112</sup> Uma crítica que Cicourel assinalou e cujos limites explorou de um modo exemplar, limites esses que quanto a nós não devem negar a retenção analítica das estatísticas oficiais, antes devem alertar para uso que delas fazemos. Cfr. CICOUREL, Aaron — *Method and Measurement in Sociology*, New York, Free Press of Glencoe, 1964.

<sup>113</sup> O inquérito realizou-se tendo por base uma *amostra por quotas* da população da freguesia constituída em função dos dados do Censo de 81. Na construção das quotas retiveram-se como critérios de amostragem a conjugação do sexo e da idade dos indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. O intervalo relevante para a constituição de cada quota foi de 5 anos até aos indivíduos com 84 anos, a partir daí reteve-se uma categoria única (>85 anos). A amostra foi de 78 indivíduos (1,4% da população em 1981), sendo possível reter informação sócio-demográfica em "bola de neve" de 247 indivíduos — aqueles que trataremos neste ponto.

QUADRO II — Estrutura da população activa com profissão da Vitória, segundo a idade e o sexo em 1993 (valores absolutos)

Grupo etário	15 - 24		25 - 54		55 - 64		65 +		Totais
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Situação profissão/ Sector actividade									Totais
Patrões — Indústria	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Trabalhadores conta própria — Indústria	0	0	2	0	0	0	1	0	3
Trabalhadores conta de outrém — Indústria	2	0	14	1	0	0	0	0	17
Outros Trabalhadores — Indústria	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Patrões — Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores conta própria — Comércio	0	0	2	3	3	0	1	1	10
Trabalhadores conta de outrém — Comércio	3	7	11	10	1	1	0	0	33
Outros trabalhadores — Comércio Patrões — Serviços	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Trabalhadores conta própria — Serviços	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Trabalhadores conta de outrém — Serviços	6	6	24	18	1	2	1	0	58
Outros trabalhadores — Serviços	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Totais	11	13	54	35	5	3	4	1	126

Fonte: Inq. VTL

Atente-se, contudo, que esta realidade é passível de heterogeneização progressiva, uma vez considerados o sexo e a idade dos activos. Assim, se os activos da indústria possuem maioritariamente sexo masculino (86,96%), já o mesmo não se pode dizer do comércio — onde o domínio feminino é claro (51,16% de mulheres) — e dos serviços — onde o quantitativo de mulheres ainda é considerável (45%).

Saliente-se ainda que 90,3% das mulheres activas possuem idades inferiores ou iguais a 54 anos (fenómeno a que não será alheio o facto de 17,5% dos indivíduos "reformados/ pensionistas" possuírem menos de 65 anos e serem do sexo feminino), enquanto 80,84% dos homens possuem igual característica — globalmente, quase 90% (89,68%) dos activos têm idade compreendida entre os 15 e os 54 anos. A compreensão de um tal fenómeno não pode deixar de passar pela referenciação dos efeitos conjugados de trabalhos árduos com condições de habitabilidade e saúde precárias propiciadoras de antecipações da idade de *reforma* pelo localmente célebre *motivo de invalidez* (argumento frequentemente "esquecido" posteriormente "quando as agruras da vida obrigam a fazer uns biscates por aí!"). Face a este panorama, compreende-se, igualmente, que o grupo dos indivíduos activos com mais de 65 anos (3,97%) seja maioritariamente composto por "trabalhadores por conta própria" (uma vez consciencializada a necessidade de manter os níveis de rendimento e de actividade).

A situação na profissão "trabalhador por conta de outrem" (86,51%) sendo dominante envolve, no entanto, estratégias diferenciadas tanto ao nível dos sectores de actividade como, sobretudo, ao nível dos lugares de classe dos agentes e dos seus grupos domésticos, compreendendo-se na análise das propriedades incorporadas nos agentes.

É óbvio que uma análise desta natureza não dispensa um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos de dimensão considerável e de imprescindível explicitação. É a uma tal tarefa, cuja necessidade já referenciávamos no final do ponto anterior, que nos dedicaremos de seguida, procurando especificar os agrupamentos de diferenças até agora aflorados.

#### 2.4.2.2. Uma segunda aproximação: da teoria à prática, a materialidade das diferenças

Vários têm sido os debates a propósito dos contornos das classe sociais<sup>114</sup>, e percebe-se, a partir de um olhar atento sobre estes, como não existem *fórmulas feitas* no que respeita ao accionamento de uma *grelha* de análise definitiva das mesmas. Daí que nos tenhamos pautado por vectores analíticos susceptíveis de produzirem compatibilidade com a realidade portuguesa e com a postura teórica que comanda o trabalho.

---

<sup>114</sup> Não será despropositado lembrar a propósito as célebres discussões levadas a cabo tendo os trabalhos de Poulantzas e O. Wright por horizonte. Para um retrato das contribuições de cada um dos autores para a sociologia das classes Cfr. MOZZICAFREDO, Juan — "Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 1981, pp. 5-46.

A tipologia utilizada parte das propostas de Bourdieu e Bertaux maximizadas no interior das produções recentes de J. F. de Almeida, A. F. Costa e F. L. Machado<sup>115</sup>.

Procurou-se assim caracterizar o local em termos de *classe* e de *fracção de classe* dos agentes e dos grupos domésticos de onde estes são originários: ao adoptar esta distinção procurou-se explicitamente provar como, quando perspectivada em função do grupo doméstico, a realidade da classe social ganha outra visibilidade, permitindo a compreensão de práticas que individualmente passam despercebidas.

As variáveis *classe* e *fracção de classe* foram compostas com base na *profissão* e *situação na profissão* dos agentes, complementadas com informações relativas ao *ramo de actividade*, à *posição hierárquica* (e *dimensão da empresa*), assim como à *escolaridade* dos mesmos<sup>116</sup>.

TABELA 1 — Tipologia de classes e de fracções de classe

Burguesia	Burguesia Empresarial e Proprietária	BEP
	Burguesia Dirigente e Profissional	BDP
Pequena Burguesia	Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento	PBTE
	Pequena Burguesia de Execução	PBE
	Pequena Burguesia Proprietária	PBPR
	Campeinato	C
	Pequena Burguesia Assalariada e Proprietária	PBAP
	Pequena Burguesia Parcial	PBP
Operariado	Operariado Industrial	OI
	Operariado Agrícola	OA
	Operariado Parcial	OP
	Operariado Industrial e Agrícola	OIA

<sup>115</sup> Nomeadamente os dois trabalhos mais recentes dos autores. Cfr. ALMEIDA, J. Ferreira; COSTA, A. Firmino; MACHADO, F. LUÍS — "Famílias, estudantes e universidade. Painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 1988, pp. 11-44; ALMEIDA, J. F. *et ai.* — "Trajectórias de classe e redes de sociabilidade entre estudantes", *Análise Social*, 105-106, Vol. XXV, 1990, pp. 193-221. A tipologia adoptada manteve, no entanto, a terminologia utilizada no primeiro artigo.

<sup>116</sup> Evitou-se propositadamente a procura explícita de informações relativas aos rendimentos dadas as dificuldades que uma tal questão põe localmente às condições (de interacção e) de realização produtiva do inquérito. Pensamos, no entanto, que a ausência deste elemento informativo não obsta à obtenção de uma imagem, ainda que ténue, do volume de rendimento do agente uma vez conhecida a sua actividade principal e a sua situação na profissão.

Os lugares de classe de cada agente foram construídos mediante a utilização de uma matriz que, recorrendo à *situação na profissão*, a cruzava com & *profissão*, exercida ou não com *funções de chefia*.

TABELA 2 — Matriz de construção dos lugares de classe dos grupos domésticos

Mulheres ^****\^	BEP	BDP	PBTE	PBE	PBPR	C	OI	OA
BEP	BEP	BDP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP
BDP	BEP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP
PBTE	BEP	BDP	PBTE	PBTE	PBAP	CP	PBTE	PBTE
PBE	BEP	BDP	PBTE	PBE	PBAP	CP	OP	OP
PBPR	BEP	BDP	PBTE	PBAP	PBPR	CP	PBP	PBP
C	BEP	BDP	CP	CP	CP	C	CP	CP
OI	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OI	OIA
OA	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OIA	OA

Por outro lado, na construção dos lugares de classe dos grupos domésticos (e seguindo um raciocínio inspirado no dos construtores da matriz explicitada na tabela 2) nos casos em que o lugar de classe do homem e da mulher que definem a titularidade (enquanto responsáveis) da família é diferente daquele que representa cada um individualmente, "o critério retido foi, grosso modo, o da contribuição provavelmente mais decisiva, em recursos de vária ordem (material e simbólica), para o grupo doméstico"<sup>117</sup>. A não predominância nítida de uma fracção de classe dos membros do grupo sobre a do outro levou a optar pela consideração de situações de classe *compostas e parciais* (PBAP, CP, PBP, OP, OIA), dando continuidade ao que parecem ser traços analíticos versáteis da realidade social portuguesa — veja-se a propósito o caso do Campesinato Parcial<sup>118</sup>.

Atente-se, ainda, que nos grupos domésticos identificados como de PBP e de OP se seguiu um critério que relevou o lugar de classe dos indivíduos do sexo masculino: grupos domésticos da PBP serão aqueles em que o elemento masculino pertence à PBE e o feminino ao OI; e os grupos do OP serão aqueles em que PBE é o elemento feminino e OI o masculino (está

<sup>117</sup> Ver ALMEIDA, J. Ferreira *et al.* — "Famílias, estudantes e universidade. Painéis de observação sócio-gráfica", *Op. cit.*, p. 16.

<sup>118</sup> Amplamente estudado nas obras citadas de J. M. Pinto e J. F. de Almeida.

aqui em causa a importância *simbólica* do lugar de classe do elemento masculino<sup>119</sup>).

Uma vez explicitados alguns dos principais critérios por que se pautou a nossa análise, vejamos, então, a configuração classista da Vitória.

QUADRO III — Lugares de classe dos agentes sociais da Vitória

Fracções de classe		Totais Parciais Sexo		Totais Globais por Fracção		Totais Globais por Classe	
		M	F	Fa	%	Fa	%
BDP	a	1	1				
	b	0	0	2	0,81		
BEP	a	1	1				
B	b	2	0	4	1,62	<b>6</b>	<b>2,43</b>
PBTE	a	7	8				
	b	6	3	24	9,72		
PBE	a	58	73				
	b	14	10	<b>155</b>	<b>62,75</b>		
PBPR	a	11	9				
	b	0	0	20	8,1		
PBP*	a	1	0				
PB	b	0	0	1	0,4	<b>201</b>	<b>80,97</b>
O1	a	18	18				
	b	2	2	40	16,19		
OP*	a	0	1				
O	b	0	0	1	0,4	<b>41</b>	<b>16,59</b>
Totais		208	39	247	100	<b>247</b>	<b>100</b>

a) Agentes cuja condição perante o trabalho inclui activos, desempregados, reformados e domésticas.

b) Estudantes e crianças em idade não escolar.

\* Ambos os lugares correspondem à adaptação possível da tipologia utilizada a dois agentes pluriactivos com difícil identificação da profissão principal.

A leitura do Quadro III demonstra a existência de lugares de classe diferenciados na Vitória. Encontramos aqui representadas 3 classes: a Burguesia (B) — 2,43% —, a Pequena-Burguesia (PB) — 80,77% — e o

<sup>119</sup> Convém lembrar, no entanto, que aqui apenas a terminologia é idêntica às PBP e OP por nós utilizadas, posteriormente, nos lugares individuais, não sendo neste nível o sexo critério fundamental a reter.

Operariado (O) — 16,59%. Mesmo neste nível de análise — mais vasto — dois fenómenos são já plenamente visíveis: o primeiro diz respeito à presença local de elementos pertencentes à Burguesia, o que dada a reputação da área poderia não ser esperado, mas que a permanência (histórica, inclusivamente) na zona de *profissionais liberais* (que aliavam o *escritório* à habitação) torna compreensível — se muitos houve que migraram para o exterior da cidade, mantendo ainda o escritório, alguns, já muito poucos, permaneceram <sup>120</sup>; já o segundo possui a característica de pôr em causa a tradicional associação entre *classe popular* e *classe operária* que se tem construído como imagem característica de regiões urbanas como esta, uma vez verificado o enorme peso da Pequena-Burguesia (80,97%) e a menor importância da Operariado (16,59%) — um efeito surpresa que poderá resultar pouco significativo se tivermos em conta o aumento (histórico) a que a PB tem estado sujeita de há algumas décadas a esta parte na formação social portuguesa <sup>121</sup>, mas que não podemos deixar de consciencializar, do ponto de vista da configuração dos *habitus* de classe locais, como dotado de consequências práticas acrescidas e que exigirá uma análise mais aprofundada.

Uma análise que passa necessariamente pelo facto de este volume de PB encobrir realidades muito disparees no seu próprio interior. Assim, um destaque mais se impõe: o da diferenciação interna dos efectivos da PB local. Uma diferenciação que não impede que a PBE concentre o maior número de efectivos (62,98%), relegando a PBPR (9,62%) e a PBTE (7, 21%) para um plano secundário, tornando-a nitidamente a fracção de classe dominante no panorama local, já que o O1 (17,31%) — a segunda fracção mais importante — parece perder o peso que, segundo os nossos informantes, outrora terá tido.

Em suma, e retendo como critério o lugar de classe ocupado pelos indivíduos, estamos perante uma Vitória caracterizada como socialmente heterogénea, mas globalmente composta por um contingente importante de elementos da PBE, acompanhada por um O1 não muito numeroso e por uma PBPR (cujo peso local terá sido sempre bastante efectivo) e uma PBTE com números mais diminuídos.

Esta é, no entanto, uma realidade que se atenua (transformando-se) quando em vez do lugar de classe dos indivíduos consideramos o lugar de classe do grupo doméstico.

---

<sup>120</sup> Como alguns advogados nos tiveram ocasião de dizer: "— Fomos ficando. Já está vamos velhos demais para mudar!".

<sup>121</sup> Cfr. a propósito de FERRÃO, João — "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", *Análise Social*, 87-88-89, pp.565-604.

QUADRO IV — Lugares de Classe dos Grupos Domésticos

Lugares de Classe		N.º de Famílias		N.º de Efectivos			
				H	M	HM	%
B	BDP	1	1,3	1	1	2	0,81
	BEP	1	1,3	3	1	4	1,62
PB	PBTE	9	11,54	18	15	33	13,36
	PBPR	5	6,41	4	5	9	3,64
	PBAP	11	14,1	7	7	14	5,67
	PBP	5	6,41	14	16	30	12,14
	PBE	<b>32</b>	<b>41,03</b>	51	57	<b>108</b>	<b>43,72</b>
01	01	11	14,1	16	18	34	13,77
	OP	3	3,9	7	6	13	5,26
Total		78	100	121	126	247	100

Fonte: Inq. VTL

Mediante a análise do Quadro IV verificamos, num primeiro momento, não haver qualquer alteração de visibilidade social na Burguesia. Já o mesmo não se pode dizer do Operariado que vê a "pureza" dos seus efectivos individuais descobrir uma parte já afectada em famílias de Operariado Parcial: globalmente, 18% das famílias da Vitória têm condição operária, sendo 14,1% delas totalmente compostas por operários industriais e 3,9% por agentes afectados parcialmente por tal condição.

Percebe-se, contudo, que é na Pequena-Burguesia que a realidade se complexifica, alterando-se substancialmente o perfil definido pelos lugares individuais. Sem dúvida alguma que onde a alteração é mais forte é ao nível da PBE, cujos efectivos individuais representavam 62,75% e cujos grupos domésticos, ainda dominantes, representam agora 41,03% do total. Verifica-se, assim, ao nível do grupo doméstico um movimento de transferência de membros da PBE (individualmente falando) para famílias pertencentes, na maioria dos casos, à PBAP (14,1%) — o que representa ao nível do grupo doméstico o desenvolvimento de estratégias de assalariamento interrelacionado com estratégias de propriedade dos meios de produção (que passam sobretudo pelo comércio tradicional) — e à PBP (6,41%), demonstrando como a articulação entre assalariamento no comércio ou nos serviços e na indústria (com pendor feminino) tem algum relevo. Compreende-se, por outro lado, o esvaziamento relativo da PBPR (6,41%), uma vez retidos os efectivos da PBAP. Face a este panorama não deixa ainda de ser relevante a importância das famílias da PBTE (11,54%), colocando assim definitivamente em causa a imagem de uma eventual homogeneidade social local.

Estamos, em suma, perante um local que se define de um modo não homogêneo, não obstante as "rotulações" que cumprem a tarefa de quotidianamente o homogeneizarem.

Essa não homogeneidade comprova-se nas diferentes presenças classistas localmente identificáveis e tem a sua concretização principal não só no domínio local da PB, mas sobretudo no modo como a heterogeneização interna desta classe se verifica. Com efeito, encontramos na Vitória um contingente relativamente importante de famílias pertencentes às fracções mais qualificadas da PB; uma PB PR com uma forma *pura* (que tradicionalmente apresentava nesta zona da cidade) cada vez mais posta em causa pelo assalariamento de alguns dos seus membros no comércio e nos serviços; e uma PBE familiarmente predominante que retira definitivamente ao Operariado uma presença mais efectiva que outrora terá também sido sua 122.

Mediante estes elementos uma interrogação mais se pode fazer acerca dos protagonistas das vivências locais (agora o plural pode ser plenamente assumido) e diz ela respeito à identificação local de indivíduos e famílias vivendo processos de instabilidade subproletária. Num caso semelhante, A. Firmino da Costa salientava a importância de se falar a este propósito de *proletariado não fixado* para retratar a não integração destes indivíduos "no vasto movimento de conjunto do capital (produção/ reprodução, trabalho/ consumo, salários/ compras)" <sup>123</sup>, processo que, na Vitória, pode, no entanto, não ser tão visível quer pelo peso menos elevado das famílias operárias, quer pela predominância de famílias da PBE.

Na realidade, e embora não seja possível quantificar o fenómeno, tudo aponta para que a *não fixação* passe na Vitória muito mais pelas famílias da PB do que pelas do Operariado, o que obrigará a considerar preferencialmente a hipótese de existência de uma "Subpequena-Burguesia" (ou seja, de uma *Lumpenpequena-Burguesia*) e menos de um *Lumpenproletariado*.

No cerne destas questões está, igualmente, o grau de qualificação das competências dos agentes sociais, o que obrigará à análise da composição do seu capital cultural.

#### 2.4.2.3. Da (re)produção de um fraco capital cultural

Ao conferir ao capital cultural de um agente um reconhecimento institucional, o título escolar permite o estabelecimento de taxas de convertibi-

---

<sup>122</sup> Não obstante o facto de, segundo os habitantes locais, o operariado nunca ter sido aqui dominante.

<sup>123</sup> Cfr. COSTA, A. Firmino — "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Op. cit.*, p. 19.

lidade entre o capital cultural e o capital económico "garantindo o valor em dinheiro de um capital escolar determinado" <sup>124</sup>.

Não será, portanto, surpreendente que o predomínio local de um *fraco capital cultural* decorra do predomínio da PBE (onde se adivinham fortes contrastes de qualificação) e do Operariado Industrial, lembrando os princípios de constituição de círculos viciosos de reprodução de capital social e escolar.

Em todas as fracções de classe, à excepção das pertencentes à Burguesia e à fracção Técnica e de Enquadramento da PB, são dominantes os agentes com escolaridade igual ou inferior ao actual 9.º ano de escolaridade. No caso do Operariado, a classe mais destituída de capital escolar, a percentagem de agentes com escolaridade igual ou inferior ao *ensino primário* é de 77,5% (um nível acompanhado somente por uma fracção da PB: a PBPR — 77,8% — onde se adivinha(va) o reconhecimento da importância do saber ler, escrever e contar imprescindíveis para o prosseguimento útil do "negócio"), não estando, no entanto, a PBAP muito afastada de tal panorama, já que 80% dos agentes que pertencem a estas famílias possuem um nível de escolaridade igual ou inferior ao *ensino preparatório*. Atente-se ainda no facto da PBE estar dominada por agentes com capital escolar inferior ao 9.º ano — 55,8% —, possuindo, contudo, um volume considerável de agentes com escolaridade superior ao *preparatório* — 44,2% —, apenas sendo ultrapassada em tal valor, dentro da PB local, pela PBTE — 65,5% dos seus agentes possuem nível igual ou superior ao 9.º ano.

Por outro lado, a fraqueza do capital escolar possui a característica de ser maioritariamente feminina: 58,3% dos agentes com um nível de escolaridade igual ou inferior ao *primário* são mulheres, o que nem geracionalmente, nem do ponto de vista classista, é compensado no total de indivíduos com nível de escolaridade igual ou superior ao 9.º ano (representam apenas 42,7% destes).

Embora uma parte dos agentes pouco escolarizados possa conhecer processos de migração para a cidade — sendo as dificuldades sentidas na escola explicadas em sede familiar camponesa —, as razões para o insucesso de muitos dos efectivos é explicada em sede urbana por fenómenos de resistência à escolarização residentes não só na família mas também na própria escola.

O enquadramento e entendimento de uma tal questão pode e deve ter uma *interpretação cultural e estratégica* <sup>125</sup>, cujo ponto de partida passa por consciencializar a "incapacidade, demonstrada pela escola e pela prática

---

<sup>124</sup> BOURDIEU, Pierre — "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, 1979, p. 6;

<sup>125</sup> Veja-se sobre este assunto BENAVENTE, Ana *et ai.* — *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Teorema, 1991, pp. 111-114.

QUADRO V — Nível de escolaridade da população da Vitória com idade s a 1 5 anos por Família de Classe (valores percentuais)

Famflia de classe Nível de escolaridade	BEP		BDP		PBTE		PBE		PBPR		PBAP		PBP		OI		OP		Total HM %
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Não sabe ler nem escrever	0	0	0	0	0	0	2,6	2,1	0	0	0	6,3	0	0	6,7	6,7	0	0	5 2,4
Sabe ler e escrever	0	0	0	0	0	0	0	4,3	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	3 1,5
Primário completo	0	100	0	0	17,7	41,8	25,6	36,1	75	60	50	18,8	50	40	80	33,3	40	20	75 36,6
Primário incompleto	0	0	0	0	0	0	5,1	12,8	0	20	10	25	16,7	20	6,7	40	0	40	25 12,2
Preparatório completo	0	0	0	0	5,9	0	10,3	8,5	0	0	0	18,8	16,7	0	0	6,7	0	20	15 7,3
Preparatório incompleto	0	0	0	0	0	8,3	2,6	0	0	0	10	12,5	16,7	0	0	0	0	0	6 2,9
Secundário completo	0	0	0	0	17,6	16,7	20,5	10,6	25	0	0	0	0	0	6,7	6,7	20	0	22 11
Secundário incompleto	100	0	0	0	23,5	0	18	10,6	0	0	30	6,3	0	0	0	0	40	20	24 12
Secundário compltr. completo	0	0	0	0	11,8	16,7	5,1	4,2	0	0	0	6,3	0	0	0	0	0	0	9 4,4
Secundário compltr. incompleto	0	0	0	100	11,8	16,7	0	4,2	0	20	0	6,3	0	0	0	6,7	0	0	12 5,9
Ensino médio completo	0	0	0	0	0	0	0	2,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 0,5
Ensino médio incompleto	0	0	0	0	0	0	0	2,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 0,5
Ensino superior completo	0	0	0	0	5,9	0	0	2,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 1
Ensino superior incompleto	0	0	100	0	5,9	0	2	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	5 2,4
Total HM	0	1	1	1	17	12	39	47	4	5	10	16	6	5	15	15	5	5	205 100

Fonte: Inq. VTL

a) Existem 10 casos de informação não tratada devido a insuficiência de dados

Os Índios e a Vida Selvagem

## Virgílio Borges Pereira QUADRO VI — Nível

de escolaridade do Pai (valores percentuais)

Classe do agente Nível de escolaridade do Pai	BDP	BEP	PBTE	PBPR	PBP	PBE	OI	OP	Totais
Não sabe ler nem escrever	0	0	0	0	100	6.06	15.38	0	7.58
Sabe ler e escrever	0	0	0	0	0	6.06	15.38	0	6.06
Primário completo	100	100	42.86	88.89	0	72.73	61.54	100	69.7
Primário incompleto	0	0	0	11.11	0	3.03	7.69	0	4.55
Preparatório completo	0	0	28.57	0	0	6.06	0	0	1.52
Preparatório incompleto	0	0	0	0	0	3.03	0	0	1.52
Secundário completo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário compltr. completo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário compltr. incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino médio completo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino médio incompleto	0	0	14.29	0	0	0	0	0	1.52
Ensino superior completo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior incompleto	0	0	14.29	0	0	3.03	0	0	3.03
	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Inq VTL

pedagógica" (que se querem transformadoras de posições desfavorecidas em posições mais favorecidas e não meramente reprodutoras de posições já muito enfraquecidas), de construção de "vias de comunicação e formas de entendimento entre as culturas" envolvidas e a "cultura escolar", o que no "plano dos interesses" se traduz na incapacidade de associar os "processos de aprendizagem à clara demonstração da sua utilidade para a vida das pessoas, para a resposta às suas necessidades, problemas e aspirações" <sup>126</sup>.

É, portanto, numa interrelação de factores que têm a escola por referencial, e que manifestam especial acuidade no *outro lado da escola* — na família, na rua (veremos como esta tinha e tem uma *marca* especial na socialização dos habitantes da Vitória) — que devemos encontrar a sede das razões para a compreensão dos problemas de insucesso e de abandono precoce da escola que caracterizam meios como o que aqui estudamos <sup>127</sup>,

<sup>126</sup> Idem, p. 114.

<sup>127</sup> Várias foram as ocasiões em que alguns dos nossos informantes aproveitavam as conversas que mantínhamos para alertar para o facto de, segundo informações que possuíam, ser a Vitória a freguesia do Distrito do Porto com maior nível de insucesso escolar.

fenómenos que, tanto do ponto de vista do capital cultural e social, como do ponto de vista dos "códigos" (*elaborados* ou *restritos* <sup>128</sup>) de expressão linguística, não são isentos de determinantes consequências sociais.

Não será, deste modo, e não é demais reafirmá-lo, surpreendente o predomínio local da PBE, cujos níveis de qualificação no posto de trabalho são globalmente baixos: na realidade, tudo se passa como se se efectuasse uma reprodução, no mercado de trabalho, da posição desfavorecida (ainda que superior à da classe operária) do agente no que respeita ao capital escolar (uma homologia de posições reproduzida nas tarefas de uma *rapariguinha do shopping*, de um empregado de escritório, de um motorista, de um empregado de mesa, de uma auxiliar educativa — tudo profissões frequentes na Vitória); não esquecendo, por outro lado, que ao contrário das franjas profissionais da classe operária — cujo grau de aprendizagem no posto de trabalho e possível promoção hierárquica é elevado, e explica de resto a existência dos PBTE's locais <sup>129</sup> —, as hipóteses de valorização de competências da PBE no posto de trabalho são muito reduzidas.

Não espanta por isso que, partindo com dificuldades acrescidas na escolarização primária, seja pouco numeroso o contingente de agentes que completam o *ensino secundário complementar*, ou que chega ao *ensino médio/superior*. Por não serem muito numerosos, e sobretudo quando oriundos das PB's ou Operariados locais, os *universitários* rapidamente ganham a notoriedade do futuro "Sr. Doutor", não obstante o facto de permanecerem os Zézinhos, Paulinhas ou Jujús dos tempos em que, pequenos, todos jogavam à bola ou brincavam às cóboiadas no Jardim da Cordoaria...

Não admira, portanto, que mediante os ciclos viciosos assim gerados (e que o Quadro VI documenta) as possibilidades de promoção social através da escola dos habitantes da Vitória sejam frequentemente frustradas, e que à degradação habitacional se acrescente uma forte degradação de qualificações (que acaba por reproduzir a primeira).

#### 2.4.3. Da apropriação (económica) *dominada* de um local degradado

Assumir a transformação do núcleo antigo da freguesia em *região atrás* da cidade equivale a enquadrar a sua composição social num *processo de segregação urbana* que coloca a análise perante a questão da apropriação

---

<sup>128</sup> Uma sistematização destes conceitos elaborados por B. Bernstein pode ser obtida em DOMINGOS, Ana Maria *et al.* — *A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

<sup>129</sup> Onde ainda podemos encontrar marcas de culturas profissionais operárias, como a dos tipógrafos.

económica *dominada* desta velha zona da cidade e, especificamente, perante os constrangimentos impostos pela degradação habitacional nas vivências quotidianas dos agentes.

Um dos primeiros vectores de definição da degradação habitacional da Vitória é perceptível a partir da constatação da idade dos próprios edifícios.

QUADRO VII — Data de construção dos edifícios da Vitória

Antes de 1919	561	76,2%
1919-1945	114	15,5%
1946-1970	53	7,2%
1971-1981	8	1,1%
	763	100%

Fonte: Listagem de unidades por quarteirão com base no Censo de 1981 (GPU-CMP)

Na realidade, a grande maioria dos edifícios têm data de construção anterior a 1919, o que aliado à não existência de estratégias e políticas de recuperação generalizada da habitação <sup>130</sup>, à falta de capacidade e de vontade dos senhorios para o empreenderem (assim como à manifesta incapacidade de accionamento por parte dos inquilinos de mecanismos que contrariem tal estado de coisas — incapacidade essa visível na persistência da degradação dos espaços comuns dos edifícios...) torna compreensível o grau de degradação de grande parte das casas.

E se o problema da degradação não se põe muito ao nível da rede de água e de electricidade (95,06% e 94,96% dos alojamentos possuem, respectivamente, acesso a tais redes), já o mesmo se não pode dizer do acesso à rede de esgotos (89,56% possuem acesso) e da posse de infraestruturas de higiene básica: num contexto em que a maioria dos alojamentos possui 1-2 divisões (44,37%), só 62,72% possui "casa de banho" e 86,17% "retrete".

Assim, e não obstante o número médio de pessoas por família (2,79) ser inferior ao do concelho (3,36), os fenómenos de sobreocupação são ainda passíveis de aqui ser encontrados. As razões para um tal facto não serão tanto as elevadas taxas de natalidade ou grandes fluxos migratórios de outrora, mas antes a importância de fenómenos como o *subaluguer* ou as *camaratas*. Por outro lado, a presença de um número ainda considerável de

<sup>130</sup> Segundo informações da Junta de Freguesia, o CRUARB recuperou aqui apenas 3 casas e definiu muito poucas *áreas críticas de intervenção*.

QUADRO VIII — Tipo de família por família de classe (valores percentuais)

Tipo de família Família de classe	Família Alargada	Família Nuclear	Solteiros	Total %
BDP	0	100	0	100
BEP	0	100	0	100
PBTE	8.33	83.33	8.33	100
PBPR	0	60	40	100
PBAP	30	70	0	100
PBP	60	40	0	100
PBE	31.03	62.07	6.9	100
01	36.36	54.55	9.09	100
OP	33.33	66.67	0	100
	27.27	64.94	7.79	100

Fonte: Inq. VTL

*famílias alargadas* — 27,27% — parece desvendar a já mencionada impossibilidade de o mercado de arrendamento local libertar habitação a preços comportáveis, tanto mais quanto este tipo familiar parece ser mais frequente nas famílias de classe mais destituídas de capital económico.

Segundo E. Veiga de Oliveira, "a casa é sempre o produto de uma grande multiplicidade de elementos interrelacionados, reflectindo condições naturais e históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, conceitos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos, em especial sentimentos de grupo, das pessoas que as constróem e habitam" <sup>131</sup>. Ora, as casas da Vitória não escapam a uma tal condição e mesmo diferenciadas é possível identificar nelas alguns traços comuns. Com o seu número variável de andares — na sua maioria três, quatro e mesmo cinco — "são todas uniformemente esguias, estreitas e altas, desenvolvendo-se (...) em solução vertical (...)"> encontrando-se, por vezes, dispersas no meio delas, outras casas, largas e baixas, em amplas linhas horizontais, compostas fundamentalmente de rés-do-chão e andar nobre" <sup>132</sup>. Dominando sobre o segundo, o primeiro tipo constituía "um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo referidos à mesma família, estreitamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente (...) que tinha as suas lojas, armazéns ou ofícios no rés-do-chão, junto

<sup>131</sup> OLIVEIRA, E. Veiga de — "A casa urbana", *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1992, p. 310.

<sup>132</sup> Idem, pp. 311-312.

à rua, abertas ao público, sem qualquer aparato, e habitava os andares superiores", colocando a cozinha no topo "para evitar os fáceis incêndios em casas construídas em tabique"<sup>133</sup>.

As pressões demográficas, e a constante chegada de novas gentes à cidade, motivaram a imposição progressiva de uma solução horizontal de habitação onde esta era nitidamente vertical. Daí que existam hoje habitações completas onde antes se encontravam apenas salas, cozinhas ou lojas — revelando bem a exiguidade, feita de gesso e de madeira, das casas da Vitória.

Assim, e em suma, do equacionamento dos constrangimentos impostos aos habitantes da Vitória pela vivência quotidiana da degradação habitacional resulta uma nítida definição do seu habitat como *popular* (uma vez que do ponto de vista sistémico<sup>134</sup> está aqui em causa a apropriação dominada desta zona urbana). Falar, deste modo, da Vitória como *bairro popular* (visível nas lacunas de equipamentos e não só na degradação habitacional) é uma tarefa só possível mediante o estabelecimento de algumas precisões teóricas na designação da sua componente classista e cultural.

## 2.5. Cultura Popular?! *Crítérios de aplicação teórico-prática*

Ainda que a apropriação económica dominada seja um dos traços característicos e quase generalizados da vida local, o esforço de conhecimento dos protagonistas das sociabilidades locais coloca-nos perante a abolição da imagem homogénea atribuída aos habitantes da Vitória e perante a afirmação plena de um tecido social heterogéneo.

Os principais elementos relativos a esta heterogeneidade reportam-se, como tivemos ocasião de verificar, tanto à composição populacional, como às origens geográficas, como ainda às classes e fracções de classe dos agentes sociais locais. O primeiro vector de heterogeneidade mostra-nos uma Vitória com um cenário populacional envelhecido e feminizado, marcado, nas últimas décadas, por uma forte "repulsão demográfica"; o segundo vector coloca em causa a generalizada origem portuense dos habitantes locais e salienta o facto de mais de metade da população ter origens geográficas exteriores ao concelho do Porto e, devido ao envelhecimento populacional e às marcas rurais dos concelhos natais no momento de partida para a cidade, prováveis origens camponesas (visíveis ainda em muitas pronúncias, contrariamente ao que seria de esperar num local famoso pelo sotaque *tripeiro*),

---

<sup>133</sup> Idem, p.344.

<sup>134</sup> Adoptando o ponto de vista de CASTELLS, M. — *La Question Urbaine*, Paris, Maspero, 1972.

o terceiro e último vector coloca-nos perante as diferentes classes e fracções de classe dos habitantes locais, onde se salienta o predomínio de famílias pertencentes à PBE, a que se acrescentam não só (e algo inesperadamente para quem retivesse apenas o critério de apropriação económica dominada) famílias da PBTE, mas também outras fracções da PB (familiarmente) compostas pela associação de trabalho por conta própria com assalariamento<sup>135</sup> e algum Operariado relativamente qualificado.

Assim, e face a um tal cenário, sustentar um discurso teórico susceptível de identificar aqui a estruturação de disposições características da *classe popular* tem de passar pela produção de alguns esclarecimentos teóricos. Teremos assim que definir uma tal designação como plural e admitir a sua diferenciação interna. Um carácter plural que, reflectindo diferentes inserções estruturais e (potencialmente) diferentes produções simbólico-ideológicas, encena quotidianamente a negociação mais ou menos conflitual de várias distinções. Uma primeira reporta-se à relação estabilidade-instabilidade da vida, ou seja, uma distinção entre o modo de vida do *lumpenproletariado* ou da *lumpenpequena-burguesia* e as restantes classes ou ainda uma distinção entre o ser e o não ser excluído<sup>136</sup>. Uma segunda distinção opõe recursos e poderes materiais e simbólicos susceptíveis de serem mobilizados pelos agentes, o mesmo será dizer, as fracções mais destituídas da PB e Operariado à PBTE, no quadro de uma relação dual em que estes últimos ocupam uma posição dominante e, simultaneamente, exterior e interior à configuração das culturas locais (vê-lo-emos porquê seguidamente). Uma terceira distinção atravessa as restantes transversalmente e diz respeito à manipulação simbólica de que a origem urbana ou camponesa é alvo<sup>137</sup>.

Resulta de tudo isto que nem mesmo a composição interna das culturas populares escapa a uma definição como "enjeu" social, o que evita qualquer tipo de raciocínio que as imponha como "sobrevivências", como culturas "minoritárias", ou culturas "fechadas"<sup>138</sup> — e proporciona a rup-

---

<sup>135</sup> O que coloca definitivamente em causa o predomínio histórico local das famílias da PBPR, como a dos tasqueiros, dos merceiros, dos sapateiros, ou dos próprios caldeireiros — cujo nome ao identificar uma das ruas locais demonstra a marca da organização "mesteiral" desta zona da cidade - hoje a trabalharem longe e transformados, segundo os últimos caldeireiros, em meros "cilindreiros".

<sup>136</sup> Materializa-se aqui a afirmação da distância ao mundo sub-proletário característica do mundo operário ou das PB's mais desqualificadas. Cfr. BOURDIEU, Pierre — *La Distinction*, pp. 409-422.

<sup>137</sup> Como notam Grignon e Passeron "a distância ao campesinato é com efeito um dos princípios essenciais de variação das práticas e dos gostos populares". Cfr. GRIGNON, Claude; PASSERON, Jean Claude — *Le Savant et le Populaire, misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*, Paris, Gallimard/ Le Seuil, 1989, p. 105.

<sup>138</sup> BESNARD, Pierre — "La culture populaire, discours et théories" in POUJOL, G.; LABOURIE, R., *Cultures populaires*, Toulouse, Privat, 1979, pp. 53-63.

tura com alguma da "ambiguidade" original do termo <sup>139</sup>. Por outro lado, o próprio critério de dominação económica e social que define e enforma as práticas culturais populares não pode deixar de ser reinterpretado tendo por horizonte a acção calculada determinada pela ausência de poder: o uso tático, de que fala M de Certeau, enquanto "arte do fraco" <sup>140</sup>. Uma tal postura teórica proporciona à análise das vivências quotidianas locais uma referência directa das apropriações sócio-culturais (e psico-afectivas) nelas envolvidas e perspectiva uma análise dos diferentes modos de "estilização" a que tais vivências estarão sujeitas — elementos teóricos a operacionalizar seguidamente.

### 3. DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS/TEMPOS PÚBLICOS LOCAIS

#### *Situação I: "Os 'índios' da Cordoaria"*

*"Os 'índios da Cordoaria', ou da Vitória, nasceram há 50 anos nas sessões contínuas de cinema no Batalha, ao fim-de-semana. Custavam 15 tostões e a miudagem daqui fazia tudo para ir lá. íamos ver os filmes do Errol Flynn, ou do John Wayne e os mais antigos... Gostávamos daquilo, ao ponto das brincadeiras do Jardim da Cordoaria passarem a ser cóboiadas e guerras entre 'seitas' de cada rua. Eu era o chefe da seita da minha rua, da Barbosa de Castro, e ainda me lembro de ir ao Mercado do Anjo procurar troços de couve para atirar aos das outras seitas. Ainda me lembro de um dia me virem chamar a casa para ir lutar com o chefe da seita da Rua da Vitória... Não parávamos!*

*Como andávamos sempre no jardim a gritar uh! uhl uhl, as pessoas puseram-nos o nome de 'índios'. Nós gostávamos. Só mais tarde ejá porque parecia mal é que se mudou o nome para 'ministros', mas não pegou muito.*

*Pode-se dizer muita coisa... É certo que havia muitos problemas, fome, miséria, ignorância, mas acho que tudo aquilo, aquelas brincadeiras na rua, aquelas lutas, nos foram dando coragem para enfrentar a vida, foram lutas que moldaram a nossa maneira de ser. "*

*Pinheiro\*, Empregado comercial reformado,  
índio de 1.<sup>a</sup> geração.*

---

<sup>139</sup> Belleville, Pierre — "Attitudes culturelles actuelles des travailleurs manuels", Pujol, G.; Labourie, R., *Op. cit.*, pp.93-104.

<sup>140</sup> CERTEAU, Michel de — *L'Invention du Quotidien, Arts de Faire*, I, Paris, Gallimard, 1990, pp. 60-63.

\* Para proteger a identidade dos agentes os nomes utilizados são falsos.

*"Acho que nós aqui temos uma educação de rua... Ainda hoje é assim, anda aí um miúdo que é da turma da minha filha que é o exemplo disso. Às vezes a minha filha chega a casa e diz-me para eu dizer ao pai do 'rato' que ele não aparece na escola e que a professora vai mandá-lo embora. Mas quando vemos quem é esse rapaz, que tem dez-onze anos, vê-se o que é a capacidade de sobrevivência. Ele é capaz de não precisar de vir comer a casa, de não precisar de ganhar dinheiro porque ele arranja dinheiro, come na mesma; tem, como os gatos, sete fôlegos; ele dentro de uma selva consegue sobreviver. Era o que acontecia connosco quando éramos novos. Ele tem o instinto de sobrevivência que nós tínhamos, que tinham os Índios' da Vitória, e que outra criança na situação dele não tem. Nós fomos habituados. Fizemos as nossas coisas, mas a educação de casa, embora as condições não fossem famosas, fez-nos saber avaliar do bem e do mal. Sabíamos avaliar da necessidade e do que não é necessidade. Convivi com rapazes que hoje estão formados, com outros que hoje são desgraçados, convivi com ladrões, com azeiteiros — chulos! — com todos. Mas só nós podemos destringar do bem e do mal. Evidentemente que com isso ganhámos experiência e hoje aqui ninguém conhece qual é o ambiente da Rua dos Caldeiros. Aproveitei bem cedo a vivência da rua, da malcriadez, da malandrice, e com a evolução da vida e do conhecimento fui como o miúdo que consegue sobreviver e não ter problemas em ser daqui. Aprendi a desenrascar-me com a vida da rua e hoje sou um homem da classe média \*

*J. Fernando, Vendedor de matérias de construção,  
Membro de colectividade local, "índio" de 3.<sup>a</sup> geração.*

*"Esta é uma zona muito difícil. Infelizmente aqui só há 'índios'... Veja este miúdo aqui, era filho de uma prostituta que o abandonou àquela senhora ali. Disse-lhe para o guardar enquanto ia às compras e nunca mais voltou. As compras foram em Espanha e.. Mas o problema nem é esse, o problema é que a senhora está a educá-lo da mesma maneira que educou os seus filhos e o miúdo vai acabar numa coisa muito má. Vem poucas vezes à escola, vem quando lhe apetece e por mais que as pessoas o queiram ajudar dificilmente conseguem evitar o peso da educação que ele tem em casa "*

*António, Porteiro de jardim infantil, reformado  
(ex-motorista), "índio" de 1.<sup>a</sup> geração.*

*"As histórias do Aniki-bóbó vivia-as todas montes de vezes quando era pequeno. Éramos putos de rua, conhecíamos a cidade por cima e por baixo, quer atrás dos eléctricos, à 'guna', quer nos esgotos., Fizemos de tudo, desde saltar da ponte para o rio até campeonatos de sameirinha nas escadas da Universidade... Não parávamos. Éramos os 'índios' da Cordoaria".*

*Carlos, Membro da Junta de freguesia,  
Sindicalista, "índio" de 3.<sup>a</sup> geração.*

### **3.1. As sociabilidades na óptica dos *tempos livres***

O núcleo antigo da Vitória define-se ainda maioritariamente pela função de residência que concentra. Esta, por sua vez, se captada na óptica da reprodução da força de trabalho pressupõe não só uma apropriação económica, como também uma apropriação sócio-cultural e psico-afectiva que podemos conhecer através das suas modalidades de (re)criação quotidiana nos espaços/ tempos (públicos e semi-públicos) que constituem as "estações" preferenciais das sociabilidades locais.

Com vista à sua captação optámos por recorrer a diferentes registos metodológicos. Resumidamente podemos afirmar que as procuramos captar quer na óptica da utilização quotidiana do espaço/ tempo e das trajectórias físicas dos agentes sociais, quer ainda na materialização dessas trajectórias físicas em modalidades de ocupação do *tempo livre* — entendendo este último de acordo com Norbert Elias, segundo o qual "todas as actividades de lazer" (que podemos e devemos contrapor ao trabalho, ainda que de um modo não completamente estanque) "são actividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer" <sup>141</sup>. Associámos, por isso, à conceptualização do tempo livre e do lazer uma preocupação explícita com as manifestações sociabilitárias que ambos envolvem no âmbito de uma tentativa de mediação entre a realidade do trabalho e do não trabalho.

---

<sup>141</sup> Segundo Norbert Elias e Eric Dunning, não só não se poderá afirmar o carácter acessório do lazer em relação ao trabalho uma vez que "existe uma boa dose de evidência sugerindo que as estruturas e funções das actividades de lazer não podem ser compreendidas se não se considerarem como um fenómeno social por direito próprio, interdependente de actividades de não lazer, mas, do ponto de vista funcional, de valor não inferior, não subordinadas a elas", como é obrigatório distinguir aquilo que é característica do "tempo livre" e o que é pertença do "lazer", já que continua obscuro o lugar do lazer no tempo livre das pessoas e a relação entre os numerosos tipos de actividade de tempo livre Cfr. ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric — *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992, p. 143,145.

A análise dos *investimentos sociabilitários* na Vitória — materialização do encontro entre o habitus de classe e os diferentes quadros de interacção do local preferidos e preteridos pelos agentes —, representa essa tentativa de mediação, assim como uma (outra) construção conceptual susceptível de recuperar o terreno das interacções para uma lógica analítica que também veja nele as marcas da sua produção sócio-histórica.

Confrontámo-nos, assim, com a necessidade de analisar as modalidades de apropriação dos espaços/tempos públicos do núcleo antigo da Vitória.

### **3.2. Transparência e opacidade dos espaços/tempos públicos locais: proposta de categorização**

O aprofundamento dos motivos que estão na base da (re)produção dos elementos identitários das vivências quotidianas da Vitória confronta-se necessariamente com a importância estruturante das apropriações dos espaços/ tempos públicos, não só na primeira socialização, mas também no decorrer do dia-a-dia da vida dos seus habitantes.

Produto histórico das insuficiências do espaço doméstico (tanto em dimensão como em condições de salubridade)<sup>142</sup>, a proeminência do espaço público e das suas sociabilidades no núcleo antigo da Vitória reveste-se actualmente de uma tripla "forma": há, em primeiro lugar, que referenciar as marcas "desviantes"<sup>143</sup> da sua apropriação pelos "dealers" e pelas prostitutas (hoje muito mais visíveis do que antes do 25 de Abril), o que para os habitantes locais possui o "carácter" de profunda degradação social e humana do local (atente-se que este tipo de apropriação origina vectores de perigo/ segurança na definição das vivências locais que variam fortemente com a luz do dia, "já que quanto mais escuro mais perigoso!"); em segundo lugar, podemos referenciar as diferentes apropriações resultantes das trajec-

---

<sup>142</sup> Antoine Prost define a proeminência do espaço público nestas regiões urbanas como uma obrigatoriedade face às condições do espaço doméstico. Cfr. Prost, Antoine — "As fronteiras e espaços do privado" in ARIES, Ph.; Duby, G. (orgs.), *História da vida privada*, vol. V, Porto, Afrontamento, 1991.

<sup>143</sup> O entendimento da noção de "desvio" aqui envolvida é muito próximo da perspectiva "sub-cultural" de A. Cohen, e dos desenvolvimentos resultantes dos trabalhos de Cloward e Ohlin. Cfr. HERPIN, Nicolas — *Op. cit.*, pp. 115-134. Um eixo analítico que julgamos poder ser versatilizado de forma propulsora de novos conhecimentos, nomeadamente nas que respeitam à relação entre classes sociais e "condutas marginais" ao nível das juventudes. Cfr. DUBET, François — "Conduites marginales des jeunes et classes sociales", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987, pp. 265-286.

tórias e "estações" de interação preferenciais dos (social e etariamente diferenciados) habitantes locais, e ainda as apropriações distanciadas daqueles que têm na Vitória o seu local de trabalho.

Assim, se entendermos que associadas às formas de sociabilidade estão diferentes conjuntos de operadores simbólico-ideológicos, não será surpreendente verificar que a valorização atribuída àquelas possua um carácter vincadamente heterogéneo, conflagrador de diferentes vectores identitários, ainda que tenham por base um processo de "transformação" local, a crer nos habitantes que entrevistámos, algo unívoco ao longo dos últimos vinte anos: "saída dos elementos mais valiosos da freguesia para o exterior"; incremento dos valores individualistas/ consumistas; aumento da circulação/ venda de drogas na zona, etc. etc, todos eles destruidores de *um* modo de vida local fortemente integrado e caracterizado por forte entreajudada.

### **Situação II: Há 20 anos atrás... E hoje...**

*"Nós há 20 anos atrás entretínhamo-nos a fazer as brincadeiras da nossa juventude que não causavam prejuízos a ninguém. Éramos moços perfeitamente integrados, todos trabalhávamos... Éramos muito amigos uns dos outros... Sabia o nome completo de todos os meus amigos e dos pais deles, isto porque para entrar no cinema quando não tinha idade precisava da cédula para mostrar que tinha mais de doze anos e tinha de saber os nomes... Éramos uma família autêntica. Às vezes para irmos ao baile emprestavamos uns sapatos uns aos outros, um uma camisa a outro, outro uma gravata. Hoje não me parece que haja esse modo de vida na juventude aqui da freguesia. Isto perdeu-se em termos de juventude. Tá totalmente degrada, os jovens procuram a droga, não saem daqui e pronto acomodam-se... Muitos não serão daqui, outros são".*

*Carlos, Sindicalista.*

*"Nós éramos uma família. Conversávamos muito com as clientes. A vida delas, a nossa vida, os problemas que elas tinham em casa, às vezes, com maridos com quem tinham zangas porque não davam o ordenado, porque iam gastá-lo para... outros lados... Aqui isto é uma zona pobre... Não é bem pobre... Não sei como é que hei-de dizer... Se houver futebol em Lisboa não se importam de ir gastar e de amanhã não ter, claro que depois atrasam-se nas con-*

*tas... Mas o grande problema já nem é esse, o problema agora é o da droga. Não vem de há muitos anos mas tem aumentado e pronto agora não podemos sequer andar na rua. Partiram-nos o vidro da fragonete e fomos à esquadra; a Polícia disse que esta é uma zona difícil de controlar...*

*Aqui há 10-20 anos atrás não havia destes problemas. Havia bêbados, mas eu podia sair à noite, a qualquer hora, sem problemas nenhuns. A gente nem sabia o que eram drogados e sabe que quem faz as ruas são as pessoas...* "

*Josefina, Ex-proprietária de mercearia.*

*"Antigamente, a freguesia era muito boa e era boa porque havia respeito. E agora vê-se menos respeito. Droga aqui na Rua dos Caldeireiros, os marginais que param ali no largo que assaltam pessoas e dantes não se via nada disso. Podia-se sair de noite e não éramos assaltados. Isto está mal.*

*Era melhor que as casas de prostituição estivessem abertas, não era acabar com elas. Assim, não se via tanta mulher aqui na rua encostada... Se existissem as casas quem quisesse subia as escadinhas e ia ter com elas "*

*Raimundo, Economista, proprietário de empresa funerária.*

*"Diz-se mal da Vitória por causa da má fama, das pessoas que por aqui moram e tal, mas eu acho que hoje em dia já não está tão restrito à Vitória e assim "*

*Aurora, Costureira desempregada.*

*"A vida aqui era muito difícil. Havia muita pobreza. Agora não há tanta dificuldade como havia na altura. E prostituição, é droga, é gatunos. Eu com esta idade ando sempre com uma navalha e já cheguei a vir para casa à noite e quase que tinha problemas. O que me salvou foi que quando chegaram à minha beira houve um que disse: '— Cuidado que é o pai do Carlos !' — e foram-se embora. São gajos daqui. É uma miséria, desgraçam para aí famílias e mais famílias...*

*Aqui havia problemas, havia pobreza, mas havia muito mais respeito. A própria prostituição só podia vir para a rua à 1 hora da noite. A 1 hora da noite as pessoas que trabalham já não andam na rua".*

*João, Encarregado-geral de fábrica de instrumentos musicais, reformado.*

*"A reputação má não muda. A Vitória como zona histórica para o turista é muito bonita, mas o portuense não vai à Vitória porque está inculcado que nas zonas ribeirinhas as pessoas falam mal, que se insultam uma às outras na rua, que vão para a varanda estender a roupa e dizer à vizinha para se lixar e que o teu homem é assim... Isto ainda está nesse pensamento".*

*Fernando, Vendedor de material de construção.*

### **3.3. Sob o império do olhar: as marcas *desviantes* do espaço público da Vitória**

Por mais estranho que pareça a quem desconheça a Vitória, o "negócio da droga" faz-se, numa boa parte, à vista de toda a gente no núcleo mais intenso das sociabilidades locais: o Campo dos Mártires da Pátria, interface entre a "Vitória degradada" e a "Vitória nobre" (para utilizar a expressão de um dos nossos informantes).

Encostados à parede, por detrás dos muitos carros estacionados, ou sentados nas escadas em frente ao "café dos índios", os indivíduos que actualmente vendem o "pó branco" são sobretudo jovens, e se alguns têm mais de 25 anos, a grande maioria tem pouco mais de 16-17 anos.

Chegam pouco antes da hora do almoço e ali passam o resto do dia. Falam uns com os outros, discutem transacções, tratam dos seus negócios, discutem os "problemas de um trabalho muito bom, mas perigoso" (expressão de um "dealer" local) como é o deles. Sempre que perscrutam a passagem de um potencial "cliente" abordam-no e perguntam: "— Quantos queres?!", e se a resposta for negativa não há problema, espera-se pelo próximo.

Vivem do olhar em volta e sob o império da visão. Dela depende o "negócio", tanto para arranjar clientes como "para topar os polícias". Sabem que só dificilmente os apanham ali durante o dia, mas convém estar prevenido. Também por isso transportam sempre consigo pequenas doses, quase invisíveis a transferirem-se entre apertos de mão, para não serem apanhados

como grandes "passadores". Se aparece um cliente mais abonado, ele que espere enquanto se vai ao esconderijo...

É sobretudo a partir do meio da tarde dos dias de semana (o fim-de-semana é mais calmo, ainda que não seja pouco movimentado) que a azáfama vai crescendo ali em volta e não só motivada pelo negócio, é claro. Estamos no centro das sociabilidades locais, o que implica estar perante grande movimentação, ou não estivessem aqui algumas casas comerciais, tascos e a farmácia. Porque estão em pleno centro do "seu bairro" conhecem os seus vizinhos e estão lado a lado com eles, ora falando com uns, ora desviando o olhar de outros com quem se incompatibilizaram por terem tomado o rumo de "desgraçados".

No outro grande pólo significativo da instabilidade característica das vivências locais, logo ali ao lado na Rua dos Caldeireiros, encontramos as prostitutas, as que ainda vão mantendo a "profissão" já que muitas reconvertem-se em "passadoras". Estão encostadas às soleiras das portas, ora de pé, ora sentadas, e nunca vão para além da parte plana da rua. Falam pouco ou quase nada. Apenas olham. Já não procuram polícias, apenas clientes e possíveis máquinas fotográficas que lhes adivinhem "a vida" no rosto. Dos habitantes locais e dos transeuntes que se dirigem às muitas lojas desta zona da rua ninguém lhes dirige a palavra. Sabem que elas estão ali, até podem achar mal e detestar a sua presença e afirmarem-no em voz alta (em contacto com um estranho), mas ninguém lhes fala. Os mundos são diametralmente opostos e a sua presença ali já vem de há muito tempo. Ao contrário dos jovens passadores de droga, e segundo os habitantes locais, não são dali, "são de fora" e por isso "não há problemas", todos se habituaram (mais ou menos conflituosamente) a sua presença<sup>144</sup>.

A noite transforma tanto o Campo dos Mártires da Pátria como os Caldeireiros em zonas aparentemente desertas, mas toda a gente que vive na Vitória sabe como por detrás das portas "se passa muita coisa" e é sempre preciso ter cuidado. De vez em quando, os carros da Polícia interrompem aquela aparente calma nocturna e levam mais um preso, mas mesmo assim "não há problema, ao outro dia estão cá fora!" e a rusga, os tiros e os choros não fizeram muita diferença...

Com a noite quase todas as ruas do núcleo antigo assumem o carácter problemático da falta de luz em zonas de reputação perigosa e, segundo os habitantes locais, convém nunca confiar demasiado na segurança da circulação, nem mesmo para eles próprios, por mais que saibam que, por dependência do conhecimento que possuem de eventuais esconderijos de "mercadoria", ninguém lhes tocará...

---

<sup>144</sup> Este é um tipo de discurso que há muito está interiorizado pela maioria dos agentes, não obstante existirem casos de prostitutas nascidas na Vitória e que aqui trabalham.

### 3.4. Os ritmos das sociabilidades públicas locais

Não obstante este cenário, o aprofundamento dos exercícios de observação directa das práticas de sociabilidade pública da Vitória descobre muito mais nestas do que as imagens desviantes que, correntemente, totalizam as representações que a si concernam.

Quer sejam mais ou menos "verdadeiras" do que há 20 anos — o modo como alguns vitorianos "de gema" ou "vindos com a cheia" os qualificam —, os relacionamentos quotidianos que aqui se definem não podem deixar de revelar a estruturação de fortes redes de interconhecimento, facto que pode ser perspectivado no próprio desenvolvimento dos ritmos quotidianos (de "saída", "entrada", "permanência") em que os agentes se encontram envolvidos e de que são protagonistas.

Ainda que muito rápido, o movimento de saída matinal do núcleo antigo da Vitória daqueles que se deslocam para trabalhar (e estudar) fora não deixa de reflectir, nos seus inúmeros "— Bons dias!", a estruturação das referidas redes de interconhecimento. Embora o anonimato de muitos habitantes se faça já sentir, o número daqueles que diariamente aqui "se reconhecem" é notório. Um reconhecimento que se reforça durante a manhã, à medida que as mulheres, donas de casa, vão abrindo janelas, estendendo alguma roupa, falando de varanda para varanda e saindo para fazer algumas compras diárias na loja mais próxima. Quase no fim da manhã vêem-se alguns idosos a passear sempre que o Sol o permite e aquece as ruas sombrias...

Este é, de resto, um panorama que só se altera pela correria dos miúdos na ida para a escola, e pela "entrada" dos que aqui têm o seu local de trabalho ou estudo.

Com a hora de almoço o movimento aumenta. O regresso a casa de muitos habitantes para a refeição é evidente e atestado pela proximidade do emprego ou da escola (cfr. Quadro IX); outros, como aqueles que trabalham na Vitória, aproveitam a presença de muitas casas de pasto para satisfazerem as suas fomes; outros ainda aproveitam para ocupar o espaço relvado disponível para o descanso de uma manhã de trabalho nas obras que em redor se efectuam.

QUADRO IX — Tempo de deslocação gasto na ida para o trabalho/ escola

Tempo	Frequência absolutas	Percentagens
Menos de 10 minutos	20	51.3
Entre 10 e 30 minutos	18	46.2
Entre 30 e 60 minutos	1	2.6
Mais de 60 minutos	0	0

Fonte: Inq. VTL

O movimento continua a aumentar. Os cafés enchem-se, as crianças correm para casa depois de uma manhã de escola, as pessoas voltam mais ou menos calmamente ao emprego (enquanto continuam as conversas da manhã ou de outros dias, ou simplesmente caminham sozinhas).

Lentamente, como "é lento o período que vai da hora do almoço ao nascer da tarde" (para utilizar a expressão de um habitante local), define-se o perfil daqueles que permanecem na Vitória. Enquanto muitas ruas ficam desertas, alguns "velhos" saem de casa em direcção a um café local ou da baixa; raramente se vê algum dirigir-se para um centro de dia; a maioria fica em casa — por vezes, espreitam das janelas altas para a rua, lá em baixo.

Em algumas ruas interiores é possível identificar conversas femininas tidas na soleira da porta (já poucas) e sentem-se as crianças a improvisar carros de rolamentos ou a construir "tobogans" com bacias de plástico e a escorregar pelo paralelepípedo gasto das ruas mais íngremes do morro. Na zona das Taipas os jovens — quantos deles denunciando a situação de desempregados — vão-se juntando à porta dos cafés, alguns conversam.

Nas ruas onde os tascos são efervescentes locais de encontro, homens envelhecidos pelo tempo e pelo vinho conversam alto e bebem.

À medida que o entardecer faz incidir a sua luz amarelada no interior das ruas, as pessoas começam a regressar a casa. As "retóricas pedestres"<sup>145</sup> ganham aqui a forma de sociabilidade dominante: calmamente, os homens, rapidamente, as mulheres, trocam palavras carregando pequenos sacos, regressando a casa. Alguns homens ainda param no sítio do costume...

Com a noite as ruas vão ficando desertas.

Se esta poderá ser a configuração das sociabilidades públicas durante a semana, ao fim-de-semana ela altera-se nitidamente. Se o emprego comercial de muitos habitantes explica que durante a manhã de sábado o paradigma de sociabilidades dos que saem seja muito semelhante ao semanal, outros fenómenos contribuem para transformar a realidade que encontramos durante a semana: nomeadamente, tudo o que passa pelas deslocações femininas às mercearias locais, aos supermercados do centro ou à Feira da Rua Escura, sendo raramente acompanhadas por ajuda masculina em tais tarefas.

A tarde de sábado conhece a movimentação, calma, dos jovens dos clubes locais que se deslocam para os jogos de futebol. Eles e os adultos que os rodeiam vão conversando, empenhados, sobre estratégias, jogadas, brincadeiras... Ao lado deles, os "outros" jovens da Vitória continuam a

---

<sup>145</sup> Conceito desenvolvido por Michel de Certeau e aplicado por F. Luís Machado no seu estudo sobre Queluz Ocidental. Cfr. a propósito Certeau, Michel — *Op. cit.*, pp. 139-164. MACHADO, F. LUÍS — "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", *Sociedade e Território*, 3, 1985, pp. 90-99.

"dealar"... E, lá em baixo, junto à "Bateria da Vitória", o fim de tarde trás alguma gente à missa.

Com a noite de sábado a movimentação aumenta na zona de Barbosa de Castro por causa dos 'pubs' que aí se situam. Uma movimentação que diminui para o seu ritmo menos intenso durante todo o domingo: a manhã conhece apenas alguma animação com os ajuntamentos masculinos do Campo dos Mártires da Pátria; a tarde só tem movimento, masculino envelhecido, na Rua dos Caldeireiros, e junto ao Convento de S. Bento da Vitória em domingo de concerto da Orquestra do Porto, ou em domingo de algum evento local, pelo que apenas se adivinha por detrás do deserto das ruas da Vitória o som de muitas televisões, em estereofonia...

### **Situação III: O Jardim da Cordoaria**

*"(...) Havia ali a Cadeia, não é?! E prontos chegou a haver fugas. O jardim era cercado com arame farpado. Em frente à cadeia havia um café, o Café Chaves, onde a gente parava, às vezes, ao domingo, para jogar dominó. Nós estávamos lá e quando os presos tentavam fugir, fugiam logo para o jardim. Chegavam ali e esbarravam contra os arbustos e o arame farpado. Eram sempre ali presos. Os arames saíram quando o café foi abaixo e quando mudaram a cadeia... Hoje qualquer um pode ser assaltado no jardim a qualquer hora do dia, na altura não era possível".*

*João, Artesão reformado.*

*"Nós éramos obrigados a vir para a rua. Em casa não podíamos brincar porque as casas eram pequenas. Tínhamos de aprender na rua a fazer tudo, inclusive a brincar. Normalmente, o nosso paradeiro era o jardim, já existia na altura o Parque Infantil e íamos para lá brincar".*

*Carlos, Empregado dos telefones.*

*"Nós saíamos da escola, tínhamos aulas de manhã ou de tarde, não era como agora — o tempo escolar é agora muito maior, prende muito as pessoas — (...) e vínhamos à guna no eléctrico logo para o jardim jogar à bola... Os polícias não deixavam e mal os víamos fugíamos, às vezes fazíamos uma reza para dar sorte e não ficarmos sem a bola, era um ritual saudável. Brincávamos ali no Jardim da*

*Cordoaria... O jardim tinha três fases: de manhã eram os reformados, de tarde eram as sopeiras e à noite os homossexuais. 'Távamos lá sempre. Frequentemente fazíamos uma brincadeira com os homossexuais: um de nós ia para o jardim à noite fazer umas cenas e tentar engatar um, quando o fazia levava-o para as traseiras do Palácio da Justiça e quando ele estava preparado para... aparecia a cambada toda e dava-se-lhe umas pancadas, tirávamos-lhe os sapatos e ia embora sem calças. É claro que isto são histórias de meninos de rua e nós tínhamos um bocado de maldade. E, hoje é muito diferente e poucos miúdos vivem o jardim como nós vivíamos, embora ainda lá brinquem muito".*

*Fernando, Vendedor de material de construção.*

*Hoje são os idosos que pontuam como principais protagonistas das sociabilidades do jardim. Jogam às cartas, encostam-se nos bancos, adormecem na relva. Uns estão sós, outros têm aqui um local de encontro diário — "Desde que não chova!"*

*Segundo os idosos da Vitória, "os velhos que jogam às cartas no jardim são mais de Cedofeita, os daqui não vão para lá!" Quem é da Vitória e vai para o jardim são as crianças que, acompanhadas pelas educadoras, aproveitam os escorregas do Parque Infantil. Os mais crescidos vêm em grupo e trazem bicicletas ou bolas de futebol aproveitando as zonas mais largas. Brincam por entre os transeuntes e empregados camarários, levantando poeira nos dias de maior calor. Da Vitória são também os jovens que aproveitam o jardim para discretos negócios de passagem de droga, ou eventuais discretos assaltos...*

*Durante a hora de almoço muitos estudantes e empregados da Baixa aproveitam para fazer aqui uma refeição fria, arriscando-se a serem alvo de mais uma acção evangelizadora de alguma Testemunha de Jeová ou Hare-Krishna. Acções evangelizadoras que ao domingo são, juntamente com imponentes namoros, a marca mais característica do jardim.*

*A noite desde há muito que assume aqui um carácter problemático — que tem servido a alguns líderes locais para tentar fazer em parte do Parque Infantil um ringue desportivo, garantindo, "contra os argumentos verdes dos ecologistas", que se este "fosse para a frente acabavam de vez com a droga, os assaltos e os outros problemas do jardim" porque lhe davam uma utilização corrente. Hoje tal utilização*

*já existe mas resume-se apenas às noites de segunda-feira, altura em que os futebolistas do Vitória (clube de futebol local) treinam para os jogos de sábado. No entanto, com o Verão a utilização nocturna das segundas-feiras acaba e o jardim fica entregue às suas árvores e à sua "fauna".*

*Longe vão os tempos em que os meninos e meninas burgueses aqui se entreolhavam fugazmente, acompanhados pelo olhar atento de pais pouco permissivos e muito ciosos do futuro dos filhos.*

*Notas de observação directa.*

### **3.5. Os investimentos "sociabilitários" públicos locais (e urbanos)**

Sendo os agentes sociais locais diferenciados e sendo os ritmos quotidianos das sociabilidades públicas diversos, não será hipótese vã afirmar que os *investimentos "sociabilitários"* efectuados pelos mesmos agentes nos espaços/ tempos públicos locais são igualmente diferenciados.

Falar de investimento sociabilitário nos espaços/ tempos públicos (e semi-públicos) não pode deixar de ter em conta em locais como a Vitória a já mencionada exiguidade e falta de condições habitacionais. Todavia, no núcleo antigo da Vitória, os vectores desviantes que atravessam o espaço/ tempo público tendem a complexificar a relação (histórica) com este mantida, introduzindo factores de estigmatização na vivência intensa das sociabilidades públicas. Se "antigamente toda a gente se ajudava e as pessoas todas sabiam da vida uma das outras, porque era a maneira que tinham de resolver os seus problemas" (António, Motorista reformado), hoje "ninguém quer saber de ninguém (...) e se aquele morrer só já ninguém se importa... Ou melhor, a grande maioria não se importa porque não querem saber, porque aqueles que vão mantendo a mesma maneira de ser ajudam-se e muito (...)" (Carlos, sindicalista)<sup>146</sup>. Só que estes últimos, aqueles que davam e ainda dão imagem e realidade a uma Vitória "bairrista" e de sociabilidades públicas intensas são em número cada vez menor: a intensidade das sociabilidades públicas passa muito mais pelos momentos (ainda que prolonga-

---

<sup>146</sup> Conta um dos nossos informantes que "(••-) há uns meses atrás o Padre da Vitória foi surpreendido por um pedido estranho. Aqui do *Vitória* foram pedir-lhe para celebrar missa de corpo presente de um paroquiano na sede do clube como homenagem daqui dos sócios à última vontade do Presidente da Assembleia Geral que falecera. O Padre nem queria acreditar, aceitou e quando chegou à sede viu lá ums centenas largas de pessoas que fizeram uma missa como eleja não tinha há muito... A Vitória ainda é isto! É degradada, mas dos que vão ficando, dos que não saem daqui para ir viver para fora, ainda resta boa gente..."

dos) de passagem entre a casa e o trabalho do que pela procura explícita do largo, do recanto, do jardim, vão de escadas ou soleira de porta para estar ali na conversa com os amigos — hoje "(•••) estes são hábitos antigos, e só alguns o fazem" (Aurora, costureira).

Este grau de investimento relacional nos espaços/ tempos públicos locais é actualizado na análise dos dados captados através do inquérito por nós efectuado. *Das práticas de sociabilidade pública local* consideradas <sup>147</sup>, apenas uma tem valores francamente positivos — "falar com amigos na rua" — o que passa pela mencionada importância das "retóricas pedestres" <sup>148</sup>; das restantes só "passear nas vizinhanças" (entendida como manifestação da vontade de sair e "dar uma volta" pelas redondezas para encontrar os amigos <sup>149</sup>) ultrapassa valores de 30%, enquanto o "namorar nas vizinhanças" possui 12,82% de práticas frequentes e 10,26% de práticas raras — demonstrando também como o "namoro fora" se afigura localmente importante, o que ao que podemos verificar não é fenómeno recente <sup>150</sup>.

QUADRO X — Falar com amigos(as) na rua, segundo o sexo do agente  
(valores percentuais)

S e x o	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Masculino	90,3	9,7	0 19,2	100
Feminino	44,7	36,2		100
Total	62,8	25,6	11,5	100

Fonte: Inq. VTL

<sup>147</sup> As práticas que integramos nesta categoria foram as seguintes: "falar com amigos(as) na rua", o "passear pelas vizinhanças", o "namorar nas vizinhanças", o "jogar às cartas no jardim" e ainda o "praticar desporto" (entendendo-se por esta prática a realização de actividades desportivas tendo o espaço público como quadro de prática). Cfr. Anexo I e II.

<sup>148</sup> A análise das práticas por dias demonstra que estas assumem um carácter diário.

<sup>149</sup> Assim a expúnhamos na situação de inquérito.

<sup>150</sup> "(...) Eu nunca acreditei que santos da casa fizessem milagres... Por causa disto tudo aqui quase toda a gente arranjava namorada fora. E é claro, não deixávamos que os rapazes de fora viessem buscar as irmãs da gente. Quantas pancadarias não houve aqui por causa disso!" (Fernando, Vendedor).

"(...) Nós aqui arranjávamos quase todos namoradas em Miragaia. Passávamos lá o tempo todo, fazíamos lá mesmo bailes ao domingo. Juntávamos dinheiro para pilhas, levávamos um pick-up e um altifalante e pronto... Só havia problemas era com os rapazes de lá..." (Carlos, Sindicalista).

QUADRO XI — Passear nas vizinhanças, segundo o sexo do agente  
(valores percentuais)

Sexo ^"~"^\^^	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Masculino	54,8	16,1	29	100
Feminino	23,4	31,9	44,7	100
Total	35,9	25,6	38,5	100

Fonte: Inq. VTL

QUADRO XII — Falar com amigos(as) na rua, segundo o grupo etário do agente  
(valores percentuais)

Grupo etário^^""-- ^^	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
15 aos 24 anos	77,3	20	6,7	100
25 aos 54 anos	66,7	18,2	15,2	100
55 aos 64 anos	53,9	30,8	15,4	100
Mais de 65 anos	52,9	41,2	5,9	100
Totais	62,8	25,6	11,5	100

Fonte: Inq. VTL

QUADRO XIII — Passear nas vizinhanças, segundo o grupo etário do agente  
(valores percentuais)

^""^^Freq uência Grupo etário ^^^^	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
15 aos 24 anos	66,7	26,7	6,7	100
25 aos 54 anos	30,3	33,3	36,4	100
55 aos 64 anos	23,1	23,1	53,9	100
Mais de 65 anos	29,4	11,8	58,8	100
Totais	35,9	25,6	38,5	100

Fonte: Inq. VTL

Os índios e a Vida Selvagem

QUADRO XIV — Falar com amigos(as) na rua, segundo a fracção de classe do agente (valores percentuais)

Fraccão de classe	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP	100	0	0	100
BEP	100	0	0	100
PBTE	87,5	12,5	0	100
PBPR	60	30	10	100
PBP	100	0	0	100
PBE	57,1	26,2	16,7	100
O1	64,3	28,6	7,1	100
OP	0	100	0	100
Totais	62,8	25,6	11,5	100

Fonte: Inq. VTL

QUADRO XV — Passear nas vizinhanças, segundo a fracção de classe do agente (valores percentuais)

Fraccão de classe	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP	0	100	0	100
BEP	0	100	0	100
PBTE	50	25	25	100
PBPR	10	20	70	100
PBP	0	0	100	100
PBE	38,1	23,8	38,1	100
O1	50	28,6	21,4	100
OP	0	100	0	100
Totais	35,9	25,6	38,5	100

Fonte: Inq. VTL

Acrescente-se, no entanto, que tanto o "falar com amigos(as) na rua" como, noutra nível, o "passear nas vizinhanças" revelam um investimento sociabilitário amplamente diferenciado do ponto de vista sexual: a rua possui uma nítida valorização masculina, alvo de confirmação na indiferença e

recusa femininas ao seu envolvimento. Denota-se, por outro lado que a "rua masculina" é frequentemente tida por quadro de interação para a globalidade dos grupos etários: tanto os "jovens" como os "adultos-jovens" e os "adultos-idosos" têm esta prática como frequente, ainda que nos dois últimos o peso do "raramente" (feminino) cresça. São, portanto, os "jovens" e os "adultos-jovens" aqueles que mais vivem a rua e, curiosamente, o grupo dos adultos na sua globalidade aquele que mais a recusa — adivinhando-se aqui o peso das recusas femininas. Já o "passear nas vizinhanças" é uma prática nitidamente "jovem" e amplamente recusada pelos grupos mais velhos.

Contudo, onde a análise das sociabilidades locais revela um carácter surpreendente é ao nível do investimento classista. Atendendo, para começar, ao investimento sociabilitário na rua como quadro de interação verifica-se que este é um tipo de prática frequente na generalidade das fracções de classe. Onde, no entanto, esta frequência revela o mencionado carácter de surpresa é na PBE, em que o seu valor contrasta com o valor superior assumido na PB TE, no 01 e na própria PBPR — num panorama de vivências locais onde a fracção de execução da PB é dominante.

De resto, este é um tipo de raciocínio susceptível de aplicação às restantes práticas de sociabilidade pública, onde a PBTE e o 01 desempenham quase sempre o papel de protagonistas principais. E se a possibilidade de ver o protagonismo destes agentes compensado por um protagonismo acrescido da PBE nas *práticas públicas de sociabilidade urbana*<sup>151</sup> for equacionada, não poderá deixar de ser posta de parte já que a PBE nunca conhece os valores máximos de práticas frequentes (apenas no "namorar fora das vizinhanças" consegue superar o 01, não chegando a superar os agentes da PBTE<sup>152</sup>).

QUADRO XVI — Passear na cidade, segundo o sexo do agente  
(valores percentuais)

Sexo	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Masculino	58,1	19,4	22,6	100
Feminino	36,2	31,9	31,9	100
Total	44,9	26,9	28,2	100

Fonte: Inq. VTL

<sup>151</sup> Foram consideradas como práticas públicas de sociabilidade urbana o "passear na cidade", a "ida à feira" e a "ida a festas e romarias" — lazer urbano festivo.

<sup>152</sup> Atente-se que nesta prática se considerou "o namorar fora" enquanto prática de sociabilidade e não tanto como critério de origem do parceiro(a).

Os índios e a Vida Selvagem

QUADRO XVII — Passear na cidade, segundo o grupo etário do agente  
(valores percentuais)

Grupos etários	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
15 aos 24 anos	60	26,7	13,3	100
25 aos 54 anos	54,6	18,2	27,3	100
55 aos 64 anos	38,5	30,8	30,8	100
Mais de 65 anos	17,6	41,2	41,2	100
Totais	44,9	26,9	28,2	100

Fonte: Inq. VTL

QUADRO XVIII — Passear na cidade, segundo a fracção de classe do agente  
(valores percentuais)

Fracções de classe	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP	0	0	100	100
BEP	100	0	0	100
PBTE	62,5	37,5	0	100
PBPR	20	30	50	100
PBP	0	0	100	100
PBE	45,2	28,6	26,2	100
OI	57,1	14,3	28,6	100
OP	0	100	0	100
Totais	44,9	26,9	28,2	100

Fonte: Inq. VTL

Atente-se, por outro lado, que no respeitante às *práticas de sociabilidade urbana* retidas, somente "passear na cidade" consegue encontrar valores superiores a 40%, o que revela um tipo de investimento nos espaços/tempos públicos extra-locais pouco elevado, e ainda assim nitidamente marcado pelo sexo masculino, pela juventude, pela PBTE e pelo OI (conforme se pode confirmar pela leitura dos quadros), tecendo-se, portanto, um cenário que nada modifica aquele que caracteriza os investimentos nas sociabilidades locais.

### 3.6. Estigmatização e (des)investimento no espaço/tempo público local — Breve tentativa de interpretação sociológica

A identidade *virtual*<sup>153</sup> "selvagem" dos habitantes da Vitória é o resultado da acumulação das consequências práticas do exercício de um prolongado "efeito projector" <sup>154</sup> sobre a vida local. Este efeito sedimenta hoje um forte processo de estigmatização social — homogeneizante e unívoco nos atributos que designa - marcado sucessivamente por várias características.

Ainda que tenha por enquadramento um cenário de profunda desqualificação, o imaginário "índio" e "selvagem" da Vitória começou por ser uma afirmação identitária *positiva*, compreensível no âmbito de uma arte de (re)criação "táctica" do relacionamento quotidiano dos agentes sociais locais e do uso intenso por estes feito do espaço/ tempo público. Contudo, rapidamente este imaginário se tornou alvo de uma rotulação — hetero imposta — *negativa*, num movimento em que as primeiras marcas estigmatizantes terão sido a prostituição e a vida instável decorrente da pobreza, a que se terá acrescentado, nos últimos anos, a venda e o consumo de

---

<sup>153</sup> Goffman distingue duas identidades sociais para retratar uma das dimensões da atribuição (auto e hetero imposta) de sentido — a dimensão aqui em causa passa pela análise das "(...) tácticas do Eu que procura preservar, mesmo nas condições mais adversas, um pouco da sua identidade" — a identidade social *virtual* e a identidade *real*. "A identidade social *virtual* é a personalidade que lhe imputam aqueles com quem o indivíduo está em contacto. Esta identidade é construída a partir das informações de que dispõem os indivíduos que com ele estão em interacção: a sua aparência física, a sua reputação, o seu modo de falar, de se vestir, de se apresentar... A identidade social *real* é a personalidade deste indivíduo, definida a partir dos atributos que efectivamente são os seus". O processo de estigmatização da identidade passa pelo facto de alguns dos atributos terem efeito de "descrédito" sobre aquele que os apresenta ou que é suposto apresentá-los. Cfr. Herpin, Nicolas — *A Sociologia Americana*, Porto, Afrontamento, 1982, p. 85. GOFFMAN, Erving — *Stigmate. Les Usages Sociaux des Handicapés*, Paris, Minuit, 1975.

<sup>154</sup> "(...) Poder-se-á concluir que o processo de marginalização social não se produz senão pela redução da identidade da minoria aos atributos desfavoráveis, como seja a sua 'agressividade', 'perigosidade' e 'estranheza de comportamentos' (...) Esta operação de redução e destaque parece-nos, de facto, possuir semelhanças com a função de um projector face a um palco de representação e espectáculo, conduzindo o olhar do público". Conceito desenvolvido por Walter Rodrigues, decorrente de uma aplicação do conceito de "efeito de universalização/ normalização" de P. Bourdieu. Cfr. RODRIGUES, W. — "Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade", *Sociedade e Território*, 8, 1989, p.100 e Bourdieu, Pierre — "Sobre o poder simbólico", *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 7-16.

drogas <sup>155</sup>. Assim, e progressivamente, também o imaginário local se foi transformando: ser "índio" designará hoje jovens muito mais *perigosos* e *instáveis* do que os das primeiras gerações, de tal maneira que os "índios" mais velhos não aplicam uma tal rotulação com grande à vontade aos seus filhos e netos reservando-lhe um tom evocativo e glorioso somente quando falam da *sua* juventude <sup>156</sup>.

Materializando uma relação ideológica com o domínio público, o imaginário dos "índios da Vitória" não é, no entanto, lido univocamente por parte da generalidade dos habitantes locais, estando mesmo este último movimento quase totalmente circunscrito aos agentes da PBTE e do OI, na prática os únicos que ainda vão tendo os espaços/ tempos públicos como um dos quadros preferenciais das suas interações.

Se no caso do OI o gosto pelo colectivo e pelas sociabilidades públicas não será, face ao actual estado do conhecimento sociológico, fenómeno inexplicável — a entender no âmbito da sua relação com o espaço doméstico e com o território envolvente <sup>157</sup> —, já o mesmo, no entanto, não poderemos afirmar a propósito da PBTE, uma vez retida sua "boa vontade cultural" e a sua procura de distinção das restantes fracções da PB mediante uma pretensão à "distinção burguesa" <sup>158</sup>. Contudo, uma das principais características da PBTE (identificada com as "novas pequenas burguesias" de que fala Bourdieu) é a diversidade de trajectórias sociais que nela estão presentes. Ora, a atenção a um tal fenómeno permite-nos comprovar não só a configuração da PBTE local, mas também verificar que o empenhamento em tais sociabilidades é acompanhado quase sempre pela maximização da imagem "bairrista" da Vitória, (consciencializando mas) tentando também

---

<sup>155</sup> De resto, esta é uma transformação identificável na própria análise dos artigos de jornal produzidos sobre a Vitória. A este propósito convirá reter que a "(...) estigmatização, que é sem dúvida involuntária e resulta do próprio funcionamento do campo jornalístico, estende-se para além dos acontecimentos que a provocam e marca estas populações mesmo quando estas estão fora dos seus bairros". Cfr. CHAMPAGNE, Patrick — "La vision médiatique", in Bourdieu, Pierre (org.) — *La Misère du Monde*, pp.62-79.

<sup>156</sup> Sempre que falávamos sobre este assunto com os nossos informantes havia uma nítida tentativa de marcar a diferença entre os "nossos tempos" e "agora", identificando-se neste último a impossibilidade de "se fazer uma juventude como a nossa, infelizmente!" (Carlos, Sindicalista).

<sup>157</sup> No caso dos habitantes da Vitória pertencentes ao OI pensamos que se mantém válido considerar que estes atribuem menos "importância ao alojamento do que às possibilidades de autonomia do seu pequeno grupo familiar específico, oferecidos pelo conjunto bairro-alojamento". Este é contudo um comportamento modificado, no sentido identificado por P. Belleville, à medida que estes agentes vão saindo da Vitória para habitar as periferias urbanas do Grande Porto. Cfr. a propósito BELLEVILLE, Pierre — *Op. cit.*, pp.93-102.

<sup>158</sup> Cfr. BOURDIEU, Pierre — *La Distinction*, pp. 409-422.

manter à distância a imagem "desviante" — legitimando tal comportamento com o alerta para o facto de "podendo sair, terem decidido ficar" e de só assim se "manter o modo de vida que herdámos dos nossos pais e que está quase a acabar". Acrescente-se que muitos destes agentes acabam por possuir várias posições (formais e informais) de liderança local, tornando ainda mais compreensível o seu "bairrismo", reiterado numa utilização mais intensa do que o comum dos espaços/ tempos públicos <sup>159</sup>.

Por último, a transformação sentida pelos agentes sociais locais e integrada na proeminência dos valores individuais e consumistas que "conquistaram a freguesia" <sup>160</sup> não poderá deixar de ter em conta o predomínio local da PBE e o seu *ascetismo* <sup>161</sup>, e neste a preocupação com a exibição de uma "boa vontade cultural" (e "material" — a procura de um "parecer levar uma vida melhor") que transforma o PBE no "homem do prazer e do presente diferidos" <sup>162</sup>. Não espantará, por isso, que as preocupações com o colectivo e público, tido pelo *pequeno-burguês de execução* como "desviado" e valorizado negativamente, se desvanesçam.

Uma vez retido o modo como as sociabilidades da Vitória se estruturaram no domínio público, importará verificar as modalidades da sua concretização no espaço-tempo semi-público.

#### 4. DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS / TEMPOS SEMI-PÚBLICOS LOCAIS

##### 4.1. Uma proposta de análise

A reprodução das vivências quotidianas da Vitória, das representações a seu propósito e das sociabilidades que as materializam tem passado não só pelo domínio público mas também pelo que podemos qualificar

---

<sup>159</sup> Visível nos cumprimentos diários e nos comentários para o lado que se lhe seguem: "— É chefe de uma fábrica, é uma pessoa importante!".

<sup>160</sup> A este propósito um dos nossos informantes comentava da seguinte forma a mudança "no modo de viver das pessoas daqui: (...) sabe qual é o problema disto tudo? Eu acho que nós, ou melhor, todos aqueles que recebem um salário e trabalham por conta de outrem são proletários. O problema é quando as pessoas são proletárias e têm alma de burguesas e julgam-se burguesas porque têm uma lata que não podem sustentar à porta de casa. A partir de dada altura vivem para ela e já se julgam os maiores, não falam com mais ninguém. Eu sou da classe baixa, não tenho muitas dúvidas, olhe para onde eu vivo e para a minha vida, mas pelo menos falo com aqueles que conheço, coisa que esta gente às vezes não faz (...)" (ANTÓNIO, Reformado, ex-motorista).

<sup>161</sup> Cfr. BOURDIEU, Pierre — *Op. cit.*, pp. 404-409.

<sup>162</sup> *Idem*, p. 407.

como pertencendo ao domínio semi-público. Resultantes da estruturação de práticas que revelam um carácter *intermediário* entre a família e o trabalho, os espaços/ tempos semi-públicos têm no acesso socialmente diferenciado ao seu interior regionalizado de interações (resultante de barreiras materiais e simbólicas) o seu principal vector de definição <sup>163</sup>.

Enquanto conceito o espaço/ tempo semi-público define-se como dotado de plasticidade operatória, o que permite a sua aplicação a realidades produzidas de acordo com lógicas diferenciadas <sup>164</sup>.

Assim, se algumas das lógicas e representações que presidem à (re)produção e apropriação (e às prováveis relações de homologia envolvidas) dos espaços/ tempos semi-públicos podem ser pouco formalizadas, ou aparentemente invisíveis, outras há, no entanto, que apresentam graus de formalização que tornam o seu acesso quase totalmente mediatizados pela participação na lógica de um campo do social<sup>165</sup>.

A aplicação da postura analítica aqui envolvida implica a descoberta de uma realidade necessariamente heterogénea. Os principais tipos de espaço/ tempo semi-público implícitos em tal heterogeneidade decorrem de lógicas diferenciadas e ocupam categorias de agentes igualmente diversos. A nossa análise das sociabilidades semi-públicas locais dirigiu-se, por isso, para as três principais configurações de espaço/ tempo intermediário aqui identificáveis: a que deriva dos tascos, cafés e pubs, a que passa pelas colectividades e pelo universo "associativo" local e, noutro nível, a decorrente da frequência das Igrejas.

É, portanto, à análise destas configurações, complementada com informação relativa ao modo como os agentes sociais nelas investem relacionamente e ainda às representações e atribuições de sentido naquelas implícitas que nos dedicaremos de seguida.

---

<sup>163</sup> O conceito de "espaço semi-público" ou "intermediário" podemos encontrá-lo definido em RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane — *La Ville et l'Urbanisation*, Genbloux, Duculot, 1974, p. 102.

<sup>164</sup> O conceito possui um alcance analítico relativamente vasto, sendo susceptível de aplicação a locais tão diferenciados quanto o café — onde o consumo obrigatório ou o *reservar do direito de admissão* funcionam como barreiras à entrada —, o cinema — onde o pagamento do visionamento do filme "escolhido" representa o acto mais visível do desencadear de muito prováveis relações de homologia (de gosto) entre o(s) agente(s) que procura(m) e o sector do *campo* cultural que lhe(s) "oferece" o filme —, passando, inclusivamente, pelas que têm por motivação a entrada numa Igreja ou sala de culto religioso, em que a participação na lógica do campo predispõe para formas determinadas de relacionamento.

<sup>165</sup> Para um aprofundamento da génese do conceito de campo Cfr. BOURDIEU, Pierre — *O Poder Simbólico*, pp. 59-73.

**Situação IV: "Tasco é sempre tasco!"**

"(...) Havia aqui muito mais tascas do que hoje. Fechavam à meia-noite. Quando estivemos na Junta arranjàmos maneira de elas fecharem às 10 horas da noite... Aquilo era só barulhos, indivíduos alcoólicos, cenas, pancadarias. Assim, hoje fecha tudo às 10 da noite e ninguém se chateia. Há ali tascas que ainda são a mesma coisa, mas as outras eram todas mal amanhadas e havia outras que eram 'casas de tia' — ali a tasca da Modesta era uma delas. Nunca frequentei uma tasca e nunca vou. Gosto de entrar num snack-bar, confeitaria, pastelaria, e se quiser lanchar, lanche no balcão e não permaneço. Posso ir tomar café, mas venho logo embora. Só paro algum tempo no 'Piolho'".

Raimundo, Proprietário de empresa.

"Eu nunca frequentei um tasco. Um tasco é sempre um tasco. Se era bom ou mau só os homens o poderão dizer. As mulheres que iam eram as que iam. As que hoje também concerteza irão, aquelas que iriam lá beber um copo. Talvez hoje não sejam tantas, talvez se tenha modificado.

Hoje alguns dos tascos já são cafés e estão um bocadinho modernizados e aí já é diferente. De resto, sempre se ouviu dizer que uma senhora séria não ia a um tasco, porque o tasco era só de homens e acho que hoje continua a ser a mesma coisa".

Antónia, cozinheira, reformada.

"Não sei. Não posso compreender. Aqui não há aquela assistência... Os próprios pais metem-se nas tabernas e está tudo estragado. Antigamente até havia mais tabernas do que há agora, mas era outro viver. Nós chegávamos às 10 horas da noite e cada um ia para sua casa... Lá se bebia o seu copito. Agora não. Agora nem bebem vinho, bebem cerveja... Cerveja com pastilhas e é novos, é velhos... Eu ia à taberna... A gente e pessoas com mais elevada categoria frequentava ali uma taberna à beira da Cadeia — até chefes de empresas boas estavam ali habituados e iam para ali — estávamos ali, bebíamos o nosso copito e chegava à hora de ir comer e íamos embora, já não se saía mais à noite... Ao outro dia tinha que se ir trabalhar".

João, Artesão, reformado.

#### 4.2. Tabernas: do beber em grupo como transgressão e outros fenómenos alvo de estigmatização

Espaço/ tempo intermediário por excelência, as tabernas têm sido um dos núcleos de sociabilidades dotado de maior "extensão" (permanência no espaço/ tempo, segundo a terminologia de Giddens) na configuração social definida na Vitória — tendo também por isso ganho uma auréola de polémica.

A explicação/ compreensão do lugar cimeiro ocupado pelas tabernas e pelas suas *vidas* nas vivências quotidianas locais não pode, contudo, deixar de recorrer à formulação teórica que tem presidido a esta pesquisa e evitar que a sua análise se deixe envolver por uma vertente exclusivamente microsociológica <sup>166</sup>. Não podemos, deste modo, deixar de referenciar enquanto "carácter" <sup>167</sup> da taberna (factor que permite, por exemplo, o visionamento mais vasto dos agentes nela envolvidos) o facto de o seu quotidiano ser atravessado e protagonizado por agentes sociais diferenciados (o "taberneiro", familiares e empregados, por um lado, e os "clientes", por outro) que nela encontram terreno fértil (e socialmente significativo) de sociabilidades.

Segundo Pedro de Andrade, as práticas envolvidas pelo "carácter" da taberna não podem deixar de ser compreendidas no interior de uma vertente *táctica de consumo/produção*, tendo por horizonte uma estruturação erigida "por meio de manhas, dispersa, (...) movendo-se por entre as malhas das tecnologias instituídas" <sup>168</sup>.

Perante um contexto sócio-económico (que explica a própria presença de número ainda elevado de tabernas na Vitória) pleno de incidências no seu interior, as sociabilidades tabernais reúnem "face-a-face, o taberneiro e os bebedores seus clientes, precisamente através dos actos concretos que

---

<sup>166</sup> Tivemos já ocasião de evidenciar, ainda que sumariamente, a necessidade da análise do nascimento do café e da vida de café na cidade do Porto, durante os séculos XVIII e XIX, não poder deixar de referenciar a homologia estabelecida entre a burguesia comercial e financeira da época — à procura da sua *distinção* — e a importação do modelo de café francês, burguês, citadino — numa palavra, *distinto*. Assim, a análise da taberna não poderá dispensar uma análise que a perspetive também enquanto espaço/ tempo onde se conjugam lógicas do tipo "macro/ micro". Cfr. PEREIRA, Virgílio Borges — "Os dias cinzentos, práticas de sociabilidade nos Domingos da Baixa portuense", *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia*, pp.393-395.

<sup>167</sup> Cfr. ponto 1 deste texto e especificamente o desenvolvimento da noção de "carácter" e o seu papel na Teoria da Estruturação de Giddens.

<sup>168</sup> Cfr. ANDRADE, Pedro de — "A taberna mediática", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 1991, p. 271.

circunscrevem o *beber interactivo*"<sup>169</sup> (a que na Vitória podemos acrescentar também o *comer interactivo*): todos bebem mas nunca separadamente, o "acto de beber *em grupo* é um acto de beber de grupo", em que todos os agentes se empenham, inclusive o próprio taberneiro, promotor do *fiado* — "táctica local de resistência sócio-económica" que torna possível a sobrevivência de uns e de outros"<sup>170</sup>.

É, no entanto, neste beber colectivo, permitido pelo taberneiro e levado a cabo pelos homens frequentadores da taberna — a masculinidade é seu atributo principal —, associado à *transgressão dos limites* "do são viver" que começa a história das rotulações negativas associadas à "vida de tasco" (a que não é alheio o nascimento do café burguês, distinto e "controlado" nos excessos que permite"). Na Vitória esta mesma vida viu desde muito cedo as suas paredes atravessadas não só pelo álcool derramado e pelas conversas de fim-de-tarde ébrias de vinho, mas também, em alguns casos, a sua transformação em "casas de meninas" — materializando-se uma dupla transgressão: "— O terrível comércio do álcool e do sexo...", na expressão de um habitante.

Contudo, ao que podemos ver, o problema actual das tabernas ou tascos da Vitória passa não tanto pela prostituição mas pelas suspeitas de tráfico de droga no seu interior — suspeitas estas frequentemente levantadas pelos agentes sociais locais. Permanece, no entanto, como estigma principal — e, portanto, como principal atributo da "identidade virtual" dos homens envelhecidos que os frequentam - o facto de aquele ser um sítio onde potencialmente "só param bêbedos!", ainda que, quando jovens, os mais velhos aí tivessem ido frequentemente ("— Mas eram outros tempos, não havia televisão... E a malta era séria", António, motorista reformado), "só não existindo mais problemas hoje porque fecham cedo devido a ordens do Governador Civil".

Coloca-se, assim, um problema: a recusa ideológica do tasco de um modo generalizado como espaço/ tempo intermediário dos habitantes da Vitória (que no Inquérito efectuado respondem na totalidade nunca o frequentarem), mas a verificação empírica, por observação directa, da intensidade das suas sociabilidades.

Quem serão os seus frequentadores? "De fora", como muitas das prostitutas e "drogados"? Ou, então, serão os velhos que vivem nas camaratas? Ou ainda, os "jovens desgraçados da freguesia"?

A resposta não será unívoca e a constatação dos ritmos quotidianos que o atravessam revela muitos "vitorianos de gema" ou "vindos com a cheia" no seu interior. Acontece, contudo, que a transformação *snacki-*

---

<sup>169</sup> Idem, p. 272.

<sup>170</sup> ídem.

zante<sup>171</sup> de que muitos foram alvo nos últimos anos (o apagamento que tiveram enquanto tasco e o seu renascimento como *café*) provocou uma transferência de valores não negativos, à partida, para esta nova categoria de espaço/ tempo intermediário, tornando menos complicado justificar a sua frequência<sup>172</sup>.

### 4.3. A Vitória vista através dos seus cafés

#### 4.3.1. Uma leitura das transformações sofridas pelo *café* na Baixa Portuense

A natureza intermediária do café inscreve-se de um modo explícito na história. De tal forma é esta inscrição forte que a proliferação dos cafés pode ser considerada um dos indicadores da urbanização burguesa das cidades, em ruptura com as formas de sociabilidade intermediária características das classes populares — de que a vida das tabernas é exemplo — e da nobreza — onde pontua a cultura de salão.

O nascimento do café associa-se aos efeitos de "emergência de um reconhecimento ao direito de iniciativa privada e ao direito de reunião" nascidos com o século XVII, aí se sediando muitos dos "laços privilegiados em troca de propósitos políticos e económicos que não deixaram de ter efeitos no exterior"<sup>173</sup>. Em torno do local vivo e pleno de sociabilidades que os séculos XVIII e XIX institucionalizaram como plenamente burguês e masculino, vemos desenvolverem-se formas organizadas de acção, concertada e edificada nas tertúlias literárias que os cafés concentraram, dando origem a um universo de discussão e de crítica que reuniu nos mesmos espaços a aristocracia e os intelectuais burgueses em (maior ou menor) ascensão.

---

<sup>171</sup> Enquanto "tipo ideal" o *snack-bar* representa o desenvolvimento exagerado do funcionalismo aplicado ao espaço. Assumido frequentemente sob formas pouco dignificadoras da presença humana (um elemento que conflui para a alienação de que falava Marx referindo-se a outras polémicas?), e por um calculismo económico preocupado exclusivamente com o lucro, sempre capaz de minimizar o tempo de permanência do sujeito no espaço, quer por estratégias dissimuladas (grande balcão, menor número de mesas e cadeiras), quer por estratégias directas (como convidar a pessoa a sair logo que "consome", como que *robotizando* a relação entre patrão/ empregado e cliente). Enquanto tipo ideal o atributo principal do *snack-bar* é a abolição potencial da *comunicação* no seu interior, funcionalizado como está. A presença *snack* na Vitória não pode deixar de ser conceptualizada tendo em conta a tradição taberna da zona e o modo como a *snackização* a atravessou, transformando, mas também reproduzindo, os traços tabernais.

<sup>172</sup> "— Vai-se lá tomar um copito, aquilo é um *snack-bar*!"

<sup>173</sup> RÉMY, Jean; VOYÉ, Lilliane — *Ville: Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981, p. 81.

No caso, portuense, a realidade distinta e "fechada" (do ponto de vista classista) do café burguês da Baixa transforma-se sob o efeito conjugado do crescimento das (novas) classes médias e da entrada feminina no mercado de trabalho\_ (no âmbito de uma transformação da apropriação a que a Baixa estará sujeita), abrindo-se a novas classes sociais, *democratizando-se* e perdendo a distinção que possuía.

Parte dessas transformações devem-se ainda a uma dinâmica interna à produção do espaço/ tempo café: a mudança tendencial de um modelo do tipo francês/ burguês de café para um modelo tipicamente americano, *snackizante* que se difunde amplamente e que só pontualmente será combatida por um *novo modelo de café*, inspirado na confluência entre as artes e as letras num espaço pequeno (a lembrar os *pub 's*).

#### 4.3.2. A *snackização* das tabernas, os pequenos "cafés populares" e os "novos cafés urbanos".

A característica principal da *snackização* passa pela maximização do seu interior como espaço/ tempo intermediário marcado pelo consumo, em detrimento da sua existência como espaço/ tempo intermediário, onde a comunicação e o consumo se interrelacionam alicerçados na disponibilidade de presença que subjaz às estações de co-presença efectivamente constituídas.

Enquanto modelo, a *snackização* e os atributos que a compõem (predominando em espaços pequenos, com grandes balcões — que favorecem, sobretudo, as interacções com quem está do outro lado e menos com quem está ao lado —, pequeno número de mesas, com incentivos vários à curta permanência acompanhada de elevado consumo) encontraram um terreno fértil para a sua implantação não só na Baixa portuense, mas também nos núcleos antigos da cidade. Aqui esta fez-se quer pela transformação das tabernas aí existentes em "novos" espaços/ tempos intermediários ("tabernas *snackizadas*"), quer através da criação de espaços/ tempos intermediários caracterizados por uma certa hibridez: misto da Casa de Pasto e do *Snack-Bar*.

No caso da Vitória, a *snackização* da taberna manteve esta última sob uma nova fórmula (é, de resto, a esta que quase toda a gente se refere quando se fala das tabernas da Vitória, poucas se definem segundo o modelo antigo, pleno de madeiras e de pipas de vinho...), mas onde a *snackização* revelou maior incidência foi ao nível da hibridez produtora do que podemos classificar como "pequeno café popular". Só que se, à partida, devido à configuração do espaço e do tempo das sociabilidades (idênticos na pequenez, disposição do mobiliário e no horário de abertura aos *snacks*

da Baixa), estivermos inclinados para ver aqui o triunfo de um peso acrescido das barreiras à sua materialização como espaço/ tempo de comunicação e consumo intensos, teremos, uma vez analisadas as práticas que aqui decorrem, de abandonar tal hipótese e verificar a estruturação de "estações" de co-presença plenamente vividas — um raciocínio que não podemos deixar de aplicar, como já tivemos ocasião de ilustrar, às tabernas (snackizadas) da Vitória, ainda que possuindo características diferentes destes pequenos cafés.

Contudo, tal como as tabernas, os pequenos cafés da Vitória "não são um lugar onde se vai para beber mas um lugar onde se vai para beber *em companhia* e onde se pode instaurar relações de familiaridade (...): por oposição ao café ou restaurante burguês ou pequeno-burguês onde cada mesa constitui um pequeno território separado e apropriado (...), o café popular é uma companhia (...) na qual as pessoas se integram. Tem por centro o balcão, onde as pessoas se encostam depois de terem apertado a mão ao 'dono' (...) e por vezes mesmo a todos os presentes" <sup>174</sup>.

A este propósito, a familiaridade destas relações nos pequenos cafés da Vitória é evidente ao longo do dia, desde o período em que, pelo início da manhã, aparecem os primeiros "clientes" a caminho do trabalho, até ao fim do dia, com o regresso dos que de manhã partiram. Sendo sobretudo adultos do sexo masculino, os protagonistas destas sociabilidades, reflectoras das pendularidades diárias que atravessam a Vitória, contrastam com aqueles que durante o resto do dia pontuam no interior dos cafés: os jovens e os idosos.

Os jovens são sobretudo do sexo masculino e nas suas conversas reflectem a situação desempregada, a "baixa" momentânea, ou a falta de projectos de quem não sabe o que vai fazer. Uns alimentam sonhos e perspectivas características daqueles que querem mudar de vida, outros estão apenas à espera de "mais uma oportunidade" e, todos, entretanto, brincam e conversam sobre os últimos feitos de um craque de futebol ou de mais um conflito com um vizinho. Por vezes, estão ali sem consumirem, pois as amizades com o dono ou a dona permitem-no. O mesmo se passa com os idosos e os adultos de meia-idade, frequentemente do sexo feminino, que aqui encontramos, igualmente, na conversa (ora sobre tempos passados, ora sobre as reformas e os dinheiros disponíveis, ora sobre as amizades e as inimizades que se geram, ou simplesmente sobre quem pagará a despesa...), a ler ou apenas a olhar o que vão podendo ver lá fora. Ao contrário dos jovens, permanecem menos tempo, sobretudo quando são mulheres e se adivinha a necessidade de cumprir as tarefas de casa ainda por fazer.

---

<sup>174</sup> BOURDIEU, Pierre — *La Distinction*, p. 204.

Em alguns destes cafés é ainda possível, não só ver o desenrolar de muitos jogos (como o dominó e as cartas) protagonizados pelos homens mais velhos — muitos dos mais novos que com o fim de tarde chegam aos cafés, ocupam o tempo "a matar a fome", de um dia passado a trabalhar, com os petiscos "fortes" que só ali se encontram —, mas também as conversas e presenças de agentes que não são da Vitória, mas que aqui estudam ou trabalham. De resto, a única possibilidade de o "estranho" à Vitória passar despercebido nos cafés da zona passa por ser identificado com um dos agentes da Polícia Judiciária ali instalada, um empregado comercial, ou por ser um estudante, já que de outro modo, será rapidamente "descoberto" como "não sendo daqui", uma vez retido que tudo ali passa pelo reconhecimento e pela familiaridade.

Uma familiaridade diferente e diametralmente oposta à que podemos encontrar nestes cafés é aquela que é característica dos cafés que no núcleo antigo da Vitória concretizam o "novo" modelo de café, misto de artes e letras aplicadas a um ambiente musical que se pretende "in" na reabilitação que faz do "típico" urbano. Na Vitória, mais propriamente na Rua Dr. Barbosa de Castro, situam-se alguns dos exemplos destes cafés que com a noite se transformam em pubs e bares. Durante o dia albergam (nos seus almoços ou lanches, "passerelles" e conversas) um bom número de estudantes e professores provenientes dos estabelecimentos de ensino superior que se situam nas proximidades. Acrescentam-se a estes advogados, juizes e funcionários do Palácio da Justiça, mas nunca, ou quase nunca, um habitante da Vitória: a característica destes espaços/ tempos intermediários, no que aos habitantes da Vitória diz respeito, é a do seu quadro de interacção estar nitidamente afastado e transformado, durante o dia, numa quase impossibilidade de aí se deslocarem — por mais que o preço de um café pouco difira do praticado nos outros cafés locais. Assim, não admira que, salvo as excepções dos que possuem o capital simbólico *necessário* à frequência destes cafés sem sentirem as violências decorrentes da presença sem "à vontade", ou pura simplesmente porque a superaram sem grandes problemas (é raro, mas é possível), a grande maioria dos agentes sociais locais não entra nestes cafés.

Contudo, a passagem do dia para a noite opera, frequentemente, algumas transformações nos públicos destes cafés, mais propriamente, naqueles que têm uma vocação maior para a actividade nocturna, como é o caso daqueles que funcionam também como pubs. Com efeito, não é invulgar encontrar nestes locais muitos jovens da Vitória, o que tendo em conta a sua não frequência dos novos cafés (durante o dia) pode revelar-se surpreendente. No entanto, o aprofundamento das razões de tais comportamentos descobre aqui o "incentivo" que os proprietários destes espaços dão à pre-

sença dos jovens locais, revelando com isto a procura simultânea de relações de boas vizinhanças (meio de evitar problemas com os habitantes) e de protecção (meio de empenhar os jovens na segurança da casa), visível na presença no seu interior sem pagamento de bebidas, para uns, ou sem necessidade de consumo obrigatório, para outros <sup>175</sup>.

#### 4.3.3. Algumas notas relativas aos investimentos sociabilitários nos cafés da Vitória

A análise do investimento sociabilitário nos cafés da Vitória não deixa de confirmar as leituras de que anteriormente demos conta.

QUADRO XIX — Frequência de café local, segundo o sexo do agente (valores percentuais)

Sexo	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Masculino	64.5	19.4	16.1	100
Feminino	34	19.2	46.8	100
Totais	46.2	19.2	34.6	100

Fonte: Inq VTL

QUADRO XX — Frequência de café local, segundo o grupo etário do agente (valores percentuais)

Grupo etário	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
15 aos 24 anos	40	46.7	13.3	100
25 aos 54 anos	69.7	12.1	18.2	100
55 aos 64 anos	46.2	7.7	46.2	100
Mais de 65 anos	5.9	17.7	76.5	100
Totais	46.2	19.2	34.6	100

Fonte: Inq VTL

<sup>175</sup> O inquérito efectuado à população local revelou esta prática como masculina, jovem e bastante frequente quer nos agentes da PBTE, quer nos da PBE.

QUADRO XXI — Frequência de café local, segundo a fracção de classe do agente (valores percentuais)

Fracção de classe do agente	Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP		0	0	100	100
BEP		100	0	0	100
PBTE		37.5	50	12.5	100
PBPR		30	10	60	100
PBP		0	0	100	100
PBE		50	16.7	33.3	100
Oí		57.1	21.4	21.4	100
OP		0	0	100	100
Totais		46.2	19.2	34.6	100

Fonte: Inq VTL

Um primeiro eixo de leitura revela na frequência dos cafés locais uma marca masculina atenuada por algumas presenças femininas: sendo uma das práticas de sociabilidade mais escolhida pelos habitantes inquiridos — logo a seguir à "ida às compras numa loja das vizinhanças"<sup>176</sup> — a ida e a permanência no café regista a preferência de 64.5% dos homens e 34% das mulheres.

Por outro lado, regista-se, no que respeita à composição etária destes homens e mulheres, um predomínio dos jovens e dos adultos-jovens: à medida que a população com idade superior a 54 anos vai envelhecendo regista-se a tendência para abandonar o café, sendo, portanto, um grupo restrito de idosos aquele que vamos vendo circular pelos cafés, e, como são poucos aqueles que encontramos nas restantes práticas de sociabilidade semi-pública locais (e urbanas), adivinha-se aqui já uma forte domesticidade das suas sociabilidades.

Quanto à apropriação classista de que os cafés são alvo não deixa de continuar a ocupar lugar cimeiro a posição do Oí (57,1%), sendo agora a PBE (50%) que mais se aproxima desta, marcando aqui a PBTE um afastamento ligeiramente maior do que aquele que manifestava relativamente ao espaço público (37,5% dos seus agentes deslocam-se frequentemente aos cafés locais, enquanto 50% dizem fazê-lo mais raramente), o que não pode

<sup>176</sup> Uma prática feminina onde a PBTE, a PBPR e a PBE, respectivamente, manifestam os maiores investimentos.

deixar de ser interpretado como uma atitude de "prudência face ao que se passa nalguns destes cafés, até porque não se pode estar sempre a gastar dinheiro. Conheço gente que ganha menos do que eu e está sempre aqui, a comer e a beber do melhor, eu não posso nem o quero fazer; tenho outras preocupações!" (Fernando, Encarregado empresa material eléctrico). Uma preocupação de índole material (tanto do ponto de vista monetário como de tempo disponível) que está certamente na origem da recusa da PBPR em participar das sociabilidades dos cafés da Vitória.

Atente-se, por outro lado, no facto de tudo indicar que a grande maioria dos que se deslocam (de modo frequente) aos cafés locais ter tal prática como diária, verificando-se alguma preferência pelo fim-de-semana como tempo de sociabilidades no café privilegiado. De um modo geral, são sobretudo os homens e os grupos de adultos jovens que têm a ida ao café como prática diária — comportamento repetido pela maioria dos agentes pertencentes às fracções de classe que manifestam a ida ao café como prática mais ou menos regular.

Em termos globais, podemos assim afirmar que os pequenos cafés da Vitória reúnem nas suas práticas quotidianas um conteúdo significativo que passa necessariamente pelo beber e comer mas que, de modo aproximado à taberna, possui um atributo interactivo forte que dá à sua vivência a marca da procura "de contactos, de trocas que atraem, complementam ou compensam as relações quotidianas impostas pelo trabalho, os deveres familiares ou sociais"<sup>177</sup>.

QUADRO XXII — Ir ao café fora das vizinhanças, segundo a fracção de classe (valores percentuais)

Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
<b>Fracção de classe</b>				
BDP	0	0	100	100
BEP	100	0	0	100
PBTE	62.5	0	37.5	100
PBPR	10	20	70	100
PBP	0	0	100	100
PBE	40.5	33.3	26.2	100
01	28.6	14.3	57.1	100
OP	0	0	100	100
Totais	35.9	23.1	41	100

Fonte: Inq VTL

<sup>177</sup> DUMAZEDIER, Joffre — *Sociologie Empirique du Loisir*, Paris, Seuil, 1974, p. 109.

Não deixa, por isso, de ser compreensível — dado o seu relacionamento "distanciado" com algumas dimensões da vida local — que apenas os elementos da PBTE manifestem uma clara preferência pela "ida aos cafés fora das vizinhanças", num contexto em que somente a PBE possui uma apetência próxima, ainda que longínqua, da que caracteriza a PBTE por estes espaços — compensando o seu desinvestimento no espaço das vizinhanças por uma maior empenhamento um pouco maior no exterior. Facto assinalável é, igualmente, a quase ausência da ida ao "café fora das vizinhanças" enquanto prática dotada de tempos específicos para a PBPR, o que comprova o seu potencial empenhamento e ocupação no trabalho (e em actividades domésticas), uma vez retidos os valores pouco elevados de práticas públicas e semi-públicas de sociabilidade que quase sempre regista.

Retidos os principais traços dos investimentos sociabilitários nos cafés do núcleo antigo da Vitória podemos interrogar uma das outras "estações" tradicionalmente reconhecida como importante foco das sociabilidades locais: as *colectividades populares*.

#### 4.4. As colectividades populares da Vitória

##### 4.4.1. "Vocação" e fragilização do tecido associativo local

Outra das imagens que um retrato sobre as sociabilidades do núcleo antigo da Vitória não pode deixar de equacionar é a que decorre das vivências associativas locais<sup>178</sup>.

Existem aqui cinco colectividades formalizadas e duas com pequeno grau de formalização. Destas sete apenas uma tem aquilo que os agentes locais designam como vocação "cultural" — o *Rancho Douro Litoral*, que se encontra situado já em território da freguesia de Miragaia, embora a grande maioria dos sócios seja da Vitória — enquanto as restantes possuem vocação "desportiva" — o *Vitória Sport Clube* e o *Grupo Desportivo Lindouro* — e o que localmente se define como vocação "social" — os grupos de bem-fazer da *Cruzada dos Amigos de S. Fiel* e da *Vitória*. As duas pequenas colectividades com pequeno grau de formalização representam quer a tentativa dos antigos membros da *Casa de Juventude* criada pela

---

<sup>178</sup> Segundo Graça índias Cordeiro, "sendo as organizações formalizadas, espontaneamente criadas por grupos de indivíduos e caracterizadas pela voluntariedade de pertença dos seus membros, estas associações voluntárias proporcionam a existência de 'núcleos importantes de sociabilidade de bairro'". Cfr. CORDEIRO, Graça índias — "Bases éticas para práticas lúdicas", in O'NEIL, Brian; Brito, Joaquim Pais de (org.s), *Lugares d'Aqui*, Lisboa, D. Quixote, 1991, p. 204.

Paróquia, e entretanto destruída, de desenvolverem o que designaram por *Juventude de S. Miguel* — clube de futebol com o nome de uma rua próxima do sítio onde para já se reúnem <sup>179</sup> — quer o aproveitamento, por parte de alguns habitantes da Rua das Taipas, de uma pequena sala para prosseguir contínuos jogos de cartas.

No entanto, por mais vigoroso que o tecido associativo possa parecer, ele está profundamente atravessado por vectores de fragilidade. Em primeiro lugar, por mais sócios que cada colectividade possua (o *Rancho* tem 200, sensivelmente o mesmo que o *Vitória*, e o *Lindouro* 80) nenhum consegue viver somente das quotizações destes, nem dos "apuros" do bar que todas possuem, estando, por isso, dependentes dos subsídios dados pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal. Acrescente-se ainda o facto dos clubes desportivos, devido à ausência de equipamentos desportivos na freguesia, se verem obrigados a pagar elevadas somas pelo aluguer de recintos desportivos (e pelas deslocações para estas). Identificam-se, deste modo, os constantes vectores de fragilização que atravessam as associações locais: os problemas financeiros e os "naturais" conflitos decorrentes da sua resolução, ambos produtores de Direcções continuamente "demissionárias".

A fragilidade dos meios disponíveis é tal que os próprios Grupos de Bem-Fazer dependem quase exclusivamente dos donativos da Junta de Freguesia para, nas épocas festivas, poderem entregar os "bodos aos pobres" —, actualmente, a sua única actividade anual de benfeitoria.

Não admira que nalguns casos mais complicados as colectividades cheguem mesmo a fechar portas, dada a proporção dos conflitos gerados por todos os problemas que as atravessam.

***Situação V: O nascimento das colectividades locais actualmente mais visíveis***

*"O Rancho Douro Litoral nasceu a propósito dum concurso que houve na cidade há 54 anos atrás (...) a propósito dos vestidos de chita: foi um festival de folclore e de vestidos de chita entre todas as freguesias da cidade... Cada freguesia mandava um grupo, a sua representação, o seu grupo de folclore... Cultural! Desfilaram todos aqui na Cordoaria e quem ganhou foi o rancho aqui da freguesia. Foi uma quadra de euforia aqui por ter ganho o nosso rancho, mas qual o espanto de todos nós, o Presidente da Junta da circunstância dissolveu o Rancho da Vitória... Foi uma confusão! Ganhou o melhor rancho enquadrado em doze freguesias (na altura eram doze!) e dissolveu o rancho?! Eu tinha quatorze anos e lembro-me bem, foi uma grande polémica.*

---

<sup>179</sup> A casa de pasto *O Rei dos Galos* é o local onde estes jovens se costumam encontrar.

*A maneira de resolver o problema foi o antigo ensaiador do rancho e mais um grupo de dissidentes da Junta, em conversa, terem decidido criar o Rancho, um rancho com vocação cultural... O Zeca Afonso, o ensaiador, tratou de tudo e pediu ao meu pai para eu fazer parte. A primeira grande reunião fez-se ali numa adega atrás que ainda hoje existe, a Adega Oliveira. Eram doze, doze elementos e o meu pai ficou como Tesoureiro, só que ele não ligava nenhuma e eu é que o representava...*

*Mas a alma do rancho era o Zeca Afonso, ele era o braço esquerdo e direito de tudo e, é claro, foi ele quem arranjou e descobriu ali em Belmonte dois escritórios de advogado que conseguiu transformar em sede. Chorava, ria, fazia tudo pelo rancho, era... Como nunca tínhamos dinheiro, fizemos as obras a pedir aqui e acolá. Depois quando se formou o corpo cénico, o grupo cultural, era preciso dezenas e dezenas de metros de tecido e lá fomos nós pedir para as fiações... Precisámos de peúgas?! Fomos na mesma... Como os componentes precisavam de socos e chinelos também fomos à procura e arranjámos tudo de graça. Só as botas e alguns chinelos é que tivemos de comprar.*

*Quando tudo ficou pronto fez-se uma grande inauguração da sede, uma grande festa para apresentação oficial do rancho com as autoridades civis e religiosas. Para apresentar os futuros membros do Rancho vestiu-se um casal, um rapaz e uma rapariga... O rapaz era eu! Era para ver se gostavam da farda!*

*Na altura não faltava gente, a casa estava sempre cheia, faziam-se festas ao fim-de-semana, tudo. Hoje funciona com grandes dificuldades, às vezes nem tem Direcção, é preciso Comissões Administrativas e se não fosse a Junta da Vitória e de Miragaia aquilo quase não sobrevivia".*

*Américo, Caldeireiro reformado.*

*"Nunca me esqueço disso... Eu jogava no Porto e às cinco da tarde vinha jogar para o Vitória, Sempre houve uma grande tradição desportiva na Vitória, e o primeiro Vitória foi muito grande no boxe. Não tínhamos sede nem nada, reuniamo-nos aqui e ali e chegámos a ter grandes campeões de boxe, rapazes que chegaram à categoria de profissionais e, coitados, hoje estão velhos ou já morreram... Não havia partida de boxe no Palácio onde o Vitória não estivesse representado. Só que, depois, acabou... Foi há quarenta anos. Este Vitória formou-se passado alguns anos, mas era um clube popular, não fazia campeonatos de amadores, não fazia nada. Jogava ao domingo de vez em quando. Agora treinam todos os dias, menos à*

*sexta-feira, e têm uma preparação como um clube da Distrital, embora joguemos na 1." Divisão Amadora.*

*Mas isto já não é como dantes. Temos aqui uma boa equipa, mas ninguém quer saber disto. Actualmente estamos com uma Comissão Administrativa e eu é que trato da Polícia, da Associação de Futebol... Vamos conseguindo umas ajudas daqui e dali e a Junta apoia-nos muito, porque senão então era impossível".*

*João, Artesão reformado, ex-jogador do F. C. Porto.*

*"O Vitória é a colectividade mais antiga da Vitória, porque é a única que há mais tempo existe aqui dentro da freguesia. Foi criada como continuação do Sport Lisboa e Vitória, filial do Benfica que se extinguiu e foi formado por uma nova geração de moradores em 16/08/1958.*

*A motivação do Vitória como clube era nitidamente desportiva, porque cultural já existia o Douro Litoral, e para além disto tentou-se sempre proporcionar a celebração de festividades de forma a criar aspectos mais recreativos para os sócios e isto porque esta é sempre uma maneira dos associados e das pessoas da freguesia, das famílias, se juntarem todas e de brincarem um bocado. Conviver é sempre um aspecto salutar".*

*Adriano, Presidente da Comissão Administrativa do Vitória Sport Clube*

*"O Lindouro foi fundado em 1980. O clube é recente, as pessoas é que não. São quase todos também sócios de uma outra colectividade: o Rancho Douro Litoral. Isto porque cerca de 10 sócios do Rancho lembraram-se de criar uma colectividade desportiva dentro do rancho, só que os estatutos não o permitiam e nós tínhamos de desenvolver uma vertente desportiva noutra colectividade. Foi o que fizemos... No início reuniamo-nos em casa dos associados e chegámos a dar cem escudos por semana de quota. Andámos nisto cerca de dois anos e depois alguém falou aqui com o 'Ti Meço' que era senhorio aqui do imóvel e lá o convenceram a alugar esta garagem. Os sócios com o trabalho de dois trolhas melhoraram isto e isto foi crescendo. Somos federados no Futsal nas camadas jovens e somos candidatos a um bom lugar na fase final".*

*Presidente da Assembleia Geral do Lindouro, Vendedor.*

*"Quando no Rancho combinaram fazer um clube de jogo vieram ter comigo e com dois ou três rapazes já com um bocado mais de idade a ver se tomávamos conta disto. Fizemos clube e eu é que era o Tesoureiro. E claro que não tínhamos casa e já naquela altura a primeira quota semanal foi de trinta escudos e sempre a aumentar... Eu é que guardava o dinheiro e não havia recibos nem nada. Eu trazia um papelinho comigo onde dizia os nomes (Francisco Soares, Zé Pinho...) e ao fim-de-semana andava atrás deles de papelzinho na mão. Oh pá, já me chamavam o 'azeiteiro' deles. Ao fim de um ano comprámos os equipamentos e depois falaram com o meu tio e viemos para aqui... "*

*Presidente do Lindouro, Caldeireiro residente nas Antas.*

#### 4.4.2. Efervescência, conflitualidade e interconhecimento nas práticas de sociabilidade das colectividades da Vitória

Salvo no caso do rancho folclórico, em que devido às competências musicais e de dança exigidas nem sempre se encontra localmente toda a gente indispensável ao seu funcionamento, a origem daqueles que frequentam as colectividades da Vitória é predominantemente local.

Como nos cafés a marca de forte interconhecimento é acompanhada por predominância masculina, sendo mais uma vez o Rancho que mais se destaca no que respeita à composição feminina (sobretudo em noite de ensaio).

Tanto nos muitos homens como no menor número de mulheres identificam-se indivíduos de meia-idade, somente complementados pela "gente nova que tanta falta cá faz" (como nos dizia um frequentador do Rancho) nos dias de maior actividade associativa — no caso dos clubes desportivos, o Sábado e o seu fim-de-tarde depois dos jogos; no caso do rancho, na noite de ensaio.

Assim, excepto nos dias onde avultam actividades específicas das colectividades e ao Domingo à tarde (altura em que as mulheres dos associados mais frequentam as colectividades <sup>180</sup>), as colectividades são frequentadas por homens de meia idade, não deixando de existir alguma influência da proveniência social no tipo de configuração assumido por cada uma. Assim, se, segundo o Presidente do Vitória, a origem operária do clube e de muitos dos seus sócios não levanta muitas dúvidas, para o

---

<sup>180</sup> Onde devemos excluir a Cruzada de Bem-Fazer dos Amigos de S. Fiel por apenas abrir ao fim-de-semana e raramente as mulheres aqui entram.

Lindouro a marca da PB nas suas variantes *proprietária* — quantas vezes residente já fora da freguesia — e de *execução*, não deixa muitas dúvidas ao observador atento, o mesmo se passando com os elementos do Rancho donde estes são originários.

No entanto, as diferenças sociais e de vocações específicas (e de que cada membro de colectividade é defensor acérrimo, até como forma de evitar competições ainda mais acrescidas entre estas) parece não materializar-se quando captada do ponto de vista das práticas quotidianas que aí decorrem (a não ser o dia específico das práticas de cada uma, pareceriam todas iguais): "(...) uma fervilhante actividade de jogo, de cartas (...)", de matrecos, "a ocupação da sala de televisão, a conversa mais ou menos ruidosa, mais ou menos regada no espaço do bufete"<sup>181</sup> é o que nos é dado a ver no "noite-a-noite" das colectividades da Vitória<sup>182</sup>.

Ao fim-de-semana, nomeadamente ao Sábado, os prazeres culinários aumentam à medida que o entardecer avança e muitos sócios aqui se dirigem em busca de mais um *petisco*, de uma cerveja ou mesmo de um copo de *whisky*.

Pontualmente, por altura do Carnaval, da data de aniversário da colectividade ou do S, João, as colectividades vivem a azáfama do extraordinário feito de celebrações, de almoços e jantares comemorativos, de festivais, de grandes torneios de *sueca* ou de *garujo* intersócios e intercolectividades<sup>183</sup>, de discursos de "sócios número Um"... E, se a solenidade do discurso tem poder para romper com a discórdia e reunificar o grupo, não se pode nunca esquecer a conflitualidade que logo a seguir se pode desencadear.

Caracterizadas por um respeito (feito de muita oficialidade) dos "cargos de responsabilidade", não faltam a todas as colectividades importantes "organigramas", havendo estatutariamente que cumprir sempre os desígnios da posse de um Presidente da Colectividade, um Presidente da Assembleia Geral, um Presidente do Concelho Fiscal e vários Directores. Estes dividem entre si as responsabilidades pela resolução dos problemas que atravessam a colectividade: o grau de complexidade da gestão dos fundos, os concursos a subsídios, a gestão do bar e das equipas ou diferentes agrupamentos obrigam a um controle de recursos muito apurado, sendo, por vezes, esta atenção constantemente exigida às Direcções que desmotiva os associados a

---

<sup>181</sup> CORDEIRO, Graça índias — *Op. cit.*, p. 207.

<sup>182</sup> A maioria das colectividades abre durante a semana apenas à noite, e à tarde e à noite ao fim-de-semana.

<sup>183</sup> Sob impulso da Junta de Freguesia têm sido criadas novas modalidades de concursos intercolectividades que têm conhecido grande sucesso local, como os torneios de pesca, "onde até aparece gente que nunca põe os pés nas colectividades".

tomarem iniciativas do género de "constituir uma lista": "— Cai sempre tudo em cima do Presidente, é terrível e estou um bocado farto disto; prefiro ser Tesoureiro, acaba por ser mais fácil!" (dizia-nos o Presidente do Lindouro). Não espantará, por isso, que muitos dos actuais presidentes das colectividades locais sejam pessoas que há muito não vivem na freguesia e que aproveitam "os bons lugares" dos sítios onde trabalham, "os meus conhecimentos" para "pedir um subsídio a um, um favor a outro..."<sup>184</sup>.

A conflitualidade<sup>185</sup> de que falámos passa assim por uma luta, nem sempre silenciosa, entre as "ordens" da Direcção e os "desrespeitos" da lei por parte dos associados — frequentemente identificados como sendo "devidos à inconsciência dos mais jovens"<sup>186</sup>. De resto, não fossem *os problemas da juventude da Vitória* e a necessidade de os responsabilizar e empenhar nas actividades associativas — sempre presente no discurso dos dirigentes associativos locais — e, concerteza, estes conflitos poderiam ser bem menos fáceis de resolver do que normalmente são, e isto porque actualmente o mesmo empenhamento juvenil (visível, por exemplo, na prática desportiva dos clubes locais) é muito reduzido<sup>187</sup>.

#### ***Situação VI: O que são as colectividades?***

*"O Vitória vive da contribuição dos associados. Pagam duzentos escudos por mês, o que é uma quota um bocado elevada para clubes deste género. Se não fossem as despesas do bar, os convívios e os*

---

<sup>184</sup> M. Agulhon não deixa de interrogar e confirmar, do ponto de vista histórico, a importância das presenças "letradas" das burguesias e das pequenas burguesias na *impulsão* do associativismo popular. Cfr. AGULHON, M. — "Sociabilité populaire et sociabilité bougeoise au XIX siècle", in POUJOL, G.; LABOURIE, R., *Op. cit.*.

<sup>185</sup> A compreensão desta conflitualidade não pode deixar de ser entendida como resultado da marca "familiar, cerrada aos estranhos e extremamente preocupada em garantir valores tão importantes como o decoro e a decência." Cfr. CORDEIRO, Graça índias — *Op. cit.*, p. 215.

<sup>186</sup> Numa das nossas incursões numa colectividade local deparámos com uma gigante discussão entre o Vice-Presidente e um conjunto de associados. Estes últimos, a brincar com uma bola de matreco, tinham partido uma lâmpada. A discussão existia porque enquanto os associados alegavam um acidente o Vice-Presidente alegava a inconsciência de quem não tem responsabilidade: "(...) se as pessoas não têm responsabilidade, fecha-se outra vez e vamos todos para casa. Para que é que estivemos com o trabalho de reabrir isto de novo?"

<sup>187</sup> "o Vitória tem uma equipa que nunca julguei que o Vitória pudesse reunir aqui; nós temos pelo menos sete jogadores que andam na Universidade; de uma educação! Não é como antigamente. Estão aí dois que se formam este ano... Daqui é que já só temos uns cinco ou seis, quando dantes era a maioria...", confidenciava-nos um associado do clube. No caso do Rancho é, por exemplo, frequente verificar que muitos dos seu elementos são provenientes de outras zonas da cidade, mesmo os bailarinos, até há pouco tempo recrutados localmente.

*contributos da Junta não poderíamos sobreviver. O subsídio mensal da Junta dá para pagarmos a renda do aluguer dos balneários que temos: setenta e três contos. O subsídio de sessenta contos da Junta já nem chega! Pagamos uma renda baixa por causa da nossa sede ser alugada há muito tempo à Confraria de N. ° Senhora da Silva e isso é que nos salva...*

*Acho que sempre que é preciso, mesmo quando há problemas, os sócios estão dispostos a colaborar para que o clube não tenha a imagem de que deve dinheiro a toda a gente. Fala-se aqui e toda a gente contribui...*

*Parece-me que devido ao modo como se vive aqui, com dificuldades habitacionais, as pessoas não podem e não querem falar com a mulher e os filhos em casa, têm problemas... As pessoas o que fazem? Vêm para a rua e depois para o Vitória...*

*O Vitória é um cano de escape... As vezes das próprias dificuldades que a gente tem na nossa vida e aqui extravasamos os nossos problemas em conjunto; depois há também aqueles que encaram isto de ânimo leve, de ânimo bom, não se zangam com ninguém, bebem uma cerveja e ficam sempre amigos e... Isso é bom! Julgo que é bom vir ao Vitória e ser dirigente do Vitória porque é uma boa escola, uma escola onde se aprende a dirigir, a conviver, até a conhecer melhor os problemas da comunidade, é sempre uma escola da vida ser dirigente de um clube como o Vitória ".*

*Presidente do Vitória.*

*"As funções desta casa são essencialmente cultura. A partir daí fazemos ténis de mesa (também é cultural), bilhares, matreco que se jogam todos os dias, principalmente pela juventude, e os nossos torneios intersócios e intercolectividades (...) Fazemos um intercâmbio para haver um pouco mais de camaradagem porque a zona é má. É a droga e a prostituição... Foi um problema. Há trinta anos com as Festas Dançantes chegamos a ter aqui problemas com a prostituição, há pouco tempo tivemos aqui pessoas que fumavam e se injectavam... Nós procurámos sanar estas coisas daqui, mas é incontrolável, nós nunca vimos aqui ninguém a injectar-se, por mais que suspeitemos não podemos ter a certeza.*

*Com as nossas acções procuramos encaminhar os jovens. Essa é uma das funções desta casa, pelo menos enquanto eu estiver à frente dela! Por causa disso houve um período de quinze-vinte dias em que fechámos o Rancho e isso foi benéfico, porque os mais indesejáveis deixaram de aparecer. Hoje, para evitar problemas, temos já um Director*

*no balcão, para controlar melhor tudo à sua volta, o balcão, o quarto de banho... A partir de agora não há mais santos aqui — só eu de nome — quando acontecer alguma coisa de errado suspendemos o associado! Isto porque uma coisa que nos preocupa nesta casa é a disciplina. Esta e o folclore são as funções desta casa. Os problemas existem porque à noite está quase tudo fechado aqui e isto tem bar, mas eu já disse e digo sempre, há vinte e cinco anos, que esta casa consegue sobreviver só com o folclore. O bar ajuda preciosamente a casa, mas se o bar fechar, o folclore sobrevive sozinho! O folclore não pode acabar!*

*Santos, Presidente do Rancho Douro Litoral.*

*"Aqui o Lindouro é a única colectividade que não aceita mulheres. Não é porque sejamos machistas, as mulheres entram aqui, só que um dos grandes problemas que nós tínhamos no Rancho eram as mulheres...*

*As mulheres quando estão com os maridos nas colectividades criam problemas, não pela maldade, mas pela forma delas viverem as situações todas. Isto vem do Douro Litoral. As mulheres metiam-se nos contos e ditos, o que arranjava alguns problemas entre os homens (...) Havia homens que iam para casa e contavam o que se tinha passado na reunião e a outra ia dizer ao marido dela, e vice-versa. Ao outro dia o mais sigilos o sabia-se. As mulheres ultrapassavam aquilo que nós achámos que era a privacidade da Direcção. As mulheres podem participar nas actividades, só não podem ser sócias, quanto a isso não há discussão. As pessoas que fundaram isto é que idealizaram tudo. Hoje no Douro Litoral as mulheres só levantam problemas e eles estão numa fase má... "*

*Presidente da Assembleia Geral do Lindouro.*

#### 4.4.3. O investimento sociabilitário nas colectividades da Vitória

Falar com muitos dos agentes que mais investem relacionalmente nas vizinhanças a propósito das colectividades locais não deixa de levantar a ideia, nostálgica, do *antigamente bom* que estas terão tido — num movimento também aplicável a outras práticas —, só que normalmente este raciocínio é intercalado por uma crítica forte "ao que lá se passa". De tal modo que a negatividade atribuída às colectividades é um dos traços característicos das atribuições de sentido mais frequentes da Vitória. Para algu-

Os índios e a Vida Selvagem

mas colectividades a melhor forma de escapar a este tipo de visões é mesmo adoptar comportamentos que apelem aos *bons costumes*, como nunca abrir à noite ou só o fazer ao fim-de-semana.

QUADRO XXIII — Frequentar colectividades populares locais, segundo o sexo do agente (valores percentuais)

<b>Sexo</b>	<b>Frequentemente</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>	<b>Total</b>
Masculino	51.6	6.5	41.9	100
Feminino	8.5	6.4	85.1	100
<b>Totais</b>	<b>25.6</b>	<b>6.4</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXIV — Frequentar colectividades populares locais, segundo o grupo etário do agente (valores percentuais)

<b>Frequência</b> <b>Grupo etário</b>	<b>Frequentemente</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>	<b>Total</b>
15 aos 24 anos	33.3	20.3	46.7	
25 aos 54 anos	39.4	7.7	57.6	
55 aos 64 anos	15.4	0	76.9	
Mais de 65 anos			100	
<b>Totais</b>	<b>25.6</b>	<b>6.4</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXV — Frequentar colectividades populares locais, segundo a fracção de classe do agente (valores percentuais)

<b>Frequência</b> <b>Fracção de</b>	<b>Frequentemente</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>	<b>Total</b>
BDP	0	0	100	100
BEP	0	0	100	100
PBTE	25	12.5	62.5	100
PBPR	30	0	70	100
PBP	0	0	100	100
PBE	23.8	7.1	69.1	100
OI	35.7	7.1	57.1	100
OP	0	0	100	100
<b>Totais</b>	<b>25.6</b>	<b>6.4</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXVI — Empenhamento em actividades associativas locais, segundo a fracção de classe (valores percentuais)

^^^^_^^^ Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Fracção de				
BDP	0	0	100	100
BEP	0	0	100	100
PBTE	25	0	75	100
PBPR	10	10	80	100
PBP	0	0	100	100
PBE	16.7	2.4	81	100
O1	14.3	7.1	78.6	100
OP	0	0	100	100
Totais	15.4	3.9	80.8	100

Fonte: Inq VTL

São, sem dúvida, estas representações e a desmotivação a estas associada — rematada com um universal "Só jogam e bebem, não fazem mais nada!" — que estão na origem da forte recusa da frequência de colectividades manifestada pelos habitantes inquiridos (68%).

A minoria que demonstrou ter na ida às colectividades uma prática de sociabilidade semi-pública frequente confirma, contudo, ser do sexo masculino. Confirma-se ainda o protagonismo assumido pelos jovens e, principalmente, pelos indivíduos de meia-idade, não havendo registo de nenhum idoso <sup>188</sup>. Verifica-se ainda serem os agentes do OI (35,7%) aqueles que mais vão às colectividades. Seguem-se-lhes os agentes da PBPR (30%) e da PBTE (25%) — revelando-se quase sempre nestes duas últimas fracções o preenchimento de cargos de direcção, onde o seu capital económico e simbólico funciona, quer como forma de resolver eventuais problemas financeiros, quer como um autêntico "interface" entre a colectividade e instituições exteriores. De resto, numa outra questão do inquérito efectuado à população local verifica-se serem exactamente os agentes da PBTE aqueles que mais se empenham em tarefas associativas locais, como as actividades partidárias ou paroquiais. A PBE, de todas as fracções que frequentam colectividades, regista o menor

<sup>188</sup> A observação que tivemos ocasião de fazer do quotidiano associativo local apenas deu a conhecer dois indivíduos com mais de 65 anos como habituais frequentadores das colectividades.

valor de frequências repetidas — manifestando mais uma vez um relacionamento muito problemático com este núcleo importante das sociabilidades locais.

Assim, e em síntese, não podemos deixar de qualificar o relacionamento quotidiano dos agentes sociais da Vitória com as suas colectividades como amplamente deficitário, reforçando este desinvestimento os vectores de fragilização que estas possuem. Ora, sendo este um dos núcleos de sociabilidade local sempre apontados como dos mais importantes, podemos aferir como também estes elementos são um indicador do cenário de desinvestimento relacional local que parece vir a generalizar-se em toda a Vitória.

#### 4.5. Uma breve referência aos investimentos nas práticas religiosas

A muito elevada concentração de Igrejas na Vitória é tal que não poderíamos deixar de interrogar o relacionamento que os habitantes mantêm com a religião e, especificamente, o modo como este se concretiza na frequência das igrejas. Contudo, o mesmo relacionamento debate-se, desde logo, com algumas dificuldades. Uma primeira passa pelo próprio carácter semi-público das igrejas (e pelo facto de para além das barreiras simbólicas também existirem barreiras materiais ao seu acesso) e pela circunstância de quase todas estarem fechadas. Apenas duas abrem frequentemente as suas portas, a Paroquial e a do Convento de S. Bento da Vitória. Uma segunda dificuldade possui a marca do relacionamento entre a população e o padre da Paróquia, uma marca conflitual para uns ("uma pessoa de que não se gosta, é por isso que nunca vou à missa dele"), uma marca consensual para outros ("uma pessoa que merecia melhor sorte com a Paróquia que tem...").

QUADRO XXVI — Ir à missa nas vizinhanças, segundo o sexo do agente  
(valores percentuais)

Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
Sexo				
Masculino	16.1	29	54.8	100
Feminino	29.8	19.2	51.1	100
Totais	24.4	23.1	52.3	100

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXVII — Ir à missa nas vizinhanças, segundo o grupo etário do agente  
(valores percentuais)

Grupo etário	Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
15 aos 24 anos		13.3	26.7	60	
25 aos 54 anos		9.1	33.3	57.6	0000
55 aos 64 anos		30.8	15.4	53.9	0000
65 anos		58.8	5.9	35.3	
Totais		24.4	23.1	52.6	100

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXVIII — Ir à missa nas vizinhanças, segundo a fracção de classe do agente  
(valores percentuais)

Fracção de classe	Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP		100	0	0	100
BEP		0	100	0	100
PBTE		25	12.5	62.5	100
PBPR		0	30	70	100
PBP		0	0	100	100
PBE		26.2	23.8	50	100
01		28.6	21.4	50	100
OP		100	0	0	100
Totais		24.4	23.1	52.6	100

Fonte: Inq VTL

A leitura dos quadros relativos à frequência da missa na Vitória revela que mais de metade da população local (52,6%) a recusa como prática, num todo em que poucos a têm quer como prática frequente (24,4%), quer como prática ocasional (23,1%). Sendo o valor das práticas ocasionais construído em função de momentos especiais (casamentos, baptizados, funerais), podemos considerar como verdadeira a conclusão evidenciada pela observação directa destas práticas: o volume de missalizantes da Vitória, daqueles que vão à missa da Igreja Paroquial ou ao Convento Beneditino, é, globalmente, baixo. A reter, contudo, alguns dos indicadores fornecidos pelas respostas ao inquérito ficamos com uma imagem de como se revestem algumas dimensões da "relação com o sagrado". Assim, veri-

fica-se ser a assistência frequente (semanal) à missa característica das mulheres (29.8%), no âmbito de uma produção etária bastante idosa (mais de 50% dos missalizantes tem mais de 65 anos) e de uma produção classista marcada pelo O1 (28,6%). Verifica-se, contudo, que não obstante este predomínio do O1, a maioria das fracções não vai à missa ou, se o faz, procura outra igreja fora do espaço residencial local<sup>189</sup>.

Não podemos, no entanto, concluir que o universo religioso esteja longe dos habitantes locais. A reter a existência do que F. A. Isambert identifica como *religião popular*<sup>190</sup> estaremos na Vitória perante práticas que cristalizam no quotidiano uma dimensão que não é senão uma das múltiplas faces de um fenómeno cultural mais extenso<sup>191</sup>. É precisamente esta expressão do fenómeno religioso que não se materializa necessariamente em "idas à missa", que encontra expressão nos adágios, nas crenças, nas festividades locais, que não devemos esquecer quando se procura conhecer as eficácias simbólicas implícitas ao relacionamento com o sagrado.

#### **4.6. As práticas semi-públicas de sociabilidade urbana e os investimentos nas sociabilidades domésticas**

Embora o objecto central deste estudo sejam as apropriações dos espaços/ tempos públicos e semi-públicos locais, julgamos ser útil prosseguir o retrato das trajectórias dos agentes sociais da Vitória mediante uma análise, muito sumária, dos seus investimentos sociabilitários em práticas de lazer específicas que não encontrem expressão pública e semi-pública local. Falamos sobretudo das actividades definidas por Norbert Elias como "de jogo" ou "miméticas" e que definimos, de modo abrangente, através da sua

---

<sup>189</sup> No caso dos agentes pertencentes à PBTE que tivemos ocasião de entrevistar era corrente estes frequentarem uma igreja fora do seu espaço residencial.

<sup>190</sup> Já referenciámos a ambiguidade original do termo "popular" quando o atribuímos à noção de cultura; retê-lo aqui só poderá passar, então, por uma "abertura a formas religiosas não categorizadas nem qualificadas previamente pelo seu conteúdo". Deste modo, "deixar-se-iam de lado as categorias do 'pagão' e do 'cristão' e do 'autêntico', para tentar compreender os sistemas de crença com os critérios de unidade que lhes são próprios; a posição social onde eles se situam poderia servir não mais para explicar os seus desvios ou para valorizar o seu enraizamento mas para tornar inteligível o 'suspiro da criatura', como nas alegrias colectivas". ISAMBERT, François André — *Le Sem du Sacré, Fête et Religion Populaire*, Paris, Minuit, 1982, p. 122.

<sup>191</sup> Cfr a propósito os textos reunidos na colectânea organizada por LACROIX, Benoit; BOGLINIS, Pietro — *Les Religions Populaires*, Colloque International 1970, Quebeque, Les Presses de l'Université Laval, 1972.

complexificação interna em várias categorias de que aqui damos conta sob os títulos genéricos de *práticas semi-públicas de sociabilidade urbana* e de *práticas de sociabilidade doméstica*<sup>192</sup>. Os objectivos de um tal procedimento passam pela tentativa de identificação de alternativas claras ao cenário de desinvestimento relacional local generalizado na Vitória. Serão essas alternativas as práticas de lazer, globalmente definidas como de *participação expressiva*<sup>193</sup> e produzidas fora das vizinhanças, ou antes um claro investimento na esfera privada? São estas interrogações que procuraremos ver resolvidas seguidamente.

QUADRO XXIX — Ir ao futebol, segundo o sexo do agente  
(valores percentuais)

Freqüência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
<b>Sexo</b>				
Masculino	45.2	25.8	29	100
Feminino	6.4	4.3	89.4	100
Totais	21.8	12.8	65.4	100

Fonte: Inq VTL

QUADRO XXX — Ir ao futebol, segundo o grupo etário do agente  
(valores percentuais)

Freqüência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
<b>Grupo etário</b>				
15 aos 24 anos	40	20	40	100
25 aos 54 anos	24.2	18.20	57.6	100
55 aos 64 anos	15.4	5.9	84.6	100
Mais de 65 anos	5.9		88.2	100
Totais	21.8	12.8	65.4	100

Fonte: Inq VTL

<sup>192</sup> Cfr. Anexo 1 com "grelha" de análise de sociabilidades na óptica do tempo livre e do lazer.

<sup>193</sup> Os pressupostos analíticos desta categoria podem ser obtidos em EPINAY, Christian Lalive d'; *et al* — *Culture de Masse et Cultures de Classes Aujourd'hui*, Paris, Pierre-Marcel Favre, 1983.

Os índios e a Vida Selvagem

QUADRO XXXI — Ir ao futebol, segundo a fracção de classe do agente  
(valores percentuais)

^~"^^^ Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP	0	0	100	100
BEP	0	100	0	100
PBTE	25	12.5	62.5	100
PBPR	10	10	80	100
PBP	0	0	100	100
PBE	23.8	11.9	64.3	100
OI	28.6	14.3	57.1	100
OP	0	0	100	100
Totais	21.8	12.8	65.4	100

Fonte: Inq VTL

Uma primeira dessas práticas tidas por muito frequentes na generalidade dos habitantes é a da assistência a jogos de futebol. Esta, mais uma vez, é uma imagem cujo carácter típico é negado pelas respostas do inquérito efectuado. Com efeito, a grande maioria dos agentes não vai ao futebol (65,4%), sendo apenas uma minoria que o faz frequentemente (21,8%) — onde encontramos um predomínio masculino, jovem e OI<sup>194</sup>.

QUADRO XXXII — Passear de automóvel, segundo a fracção de classe do agente  
(valores percentuais)

^^\^^ Frequência	Frequentemente	Raramente	Nunca	Total
BDP	0	0	100	100
BEP	100	0	0	100
PBTE	37.5	50	12.5	100
PBPR	40	20	40	100
PBP	100	0	0	100
PBE	38.1	23.8	38.1	100
OI	21.4	35.7	42.9	100
OP	0	0	100	100
Totais	35.9	26.9	37.2	100

Fonte: Inq VTL

<sup>194</sup> De resto, esta é uma configuração visível noutras práticas de sociabilidade semi-pública urbana, como os jogos de bilhar.

Das restantes práticas de participação expressiva apenas o "passear de automóvel" parece assumir um peso acrescido (35,9%). Passando normalmente por uma deslocação em família, o passear de automóvel — que não implica posse de automóvel — passa, contudo, por ser mais frequente nos agentes mais dotados de capital económico: a PBPR (37,5%), a PBTE (37,5%) e a própria PBE (38,1%). Não deixa de ser significativo que a PBTE manifeste a sua diferença relativamente às restantes fracções, fazendo do passeio de automóvel algo mais raro, "que só se faz quando não há mesmo nada para fazer e se quer dar uma volta".

Práticas de participação expressiva, como o pescar (e o caçar) quase não conhecem efectivos, o que, lembrada a importante relação com o rio até há muito pouco tempo mantida, se afigura como um elemento novo.

Mesmo as discotecas e as danças, que se poderia pensar como podendo envolver a grande maioria dos jovens, não o fazem, sendo apenas os jovens da PBE aqueles que manifestam uma maior apetência por estas práticas, só não se indo mais vezes "porque não se pode ir todos os dias, nem sempre há dinheiro" <sup>195</sup>.

E, se as práticas de participação expressiva revelam uma "saída" da Vitória para prosseguir práticas de lazer reduzida, as *práticas espectaculares informativas*, como a outrora tão marcante "ida ao cinema", em nada alteram um tal panorama.

Face a um tal cenário terá todo este desinvestimento uma contrapartida num efectivo investimento sociabilitário na esfera doméstica? Os elementos que nos foi possível coligir através da observação das práticas de sociabilidade domésticas dos habitantes locais e a reunião dos elementos obtidos através de entrevistas permite dar como resposta a esta questão um sim muito efectivo.

Os vectores de ocupação do tempo assim definidos clarificam as razões de muitos dos comportamentos anteriormente identificados. Desde logo, a explicação para a ausência feminina dos domínios público e semi-público local passa obrigatoriamente, para além da estigmatização a que estes estão sujeitos, por reter a intensidade forte dos seus tempos domésticos, ocupados com a resolução dos "problemas da casa". Curiosamente, este predomínio feminino parece inverter-se — dando origem a um predomínio masculino — nas *práticas de abandono* em que principalmente os jovens da PBE se envolvem. É, no entanto, nos *lazer receptivos* que se materializa uma boa parte das sociabilidades (não só domésticas) locais. Estas possuem algumas características específicas (não obstante se tratar de um lazer gene-

---

<sup>195</sup> Às vezes, a própria roupa que se leva, "porque não se pode repetir quando vamos mais vezes!", troca-se entre os companheiros que vão juntos, domingo a domingo, às discotecas da cidade e arredores.

realizado): para além de ter uma marca nitidamente feminina, é muito mais frequente na população idosa do que na população jovem local, tudo indicando ser bastante preferido pela PBE e muito menos na PBPR. Atente-se ainda na necessária heterogeneidade da composição dos programas televisivos consumidos, assim como na importância diferenciada de que se revestem objectos domésticos como a televisão ou o vídeo — a PBE salienta-se na centralidade atribuída às "comodidades domésticas", justificativas dos "sacrifícios" por que se passa para as obter <sup>196</sup>, demonstrando que não tem nas suas sociabilidades domésticas uma predominância dos *lazer*s domésticos comunitários, como acontece com as famílias da PBTE e do 01 local.

#### **4.7. O prolongamento das atribuições desviantes e estigmatizantes aos espaços/ tempos semi-públicos locais — sistematização**

Num esforço de síntese, podemos resumir vários eixos caracterizadores das "formas" de sociabilidade semi-pública que se identificam no núcleo antigo da Vitória.

Tal como acontece com os espaços/ tempos públicos, também os espaços/ tempos intermediários são apropriados como possuindo *traços desviantes e/ou estigmatizantes* por uma boa parte dos agentes sociais locais.

Numa primeira leitura, esta pode ser uma das razões fortes que explicam a desigualdade dos investimentos sociabilitários nos espaços/ tempos mencionados. Só que, como se evidencia mediante a formulação anterior, a desigualdade pressupõe que uns agentes investem mais do que outros e é precisamente isso que nos é dado a ver na Vitória e nos seus espaços/ tempos semi-públicos masculinos, jovens e adultos-jovens. A materialização destas desigualdades implica ainda verificar que, contrariamente ao que se podia esperar, os investimentos sociabilitários nos espaços/ tempos intermediários locais possuem muito mais a marca da PBTE e, principalmente, do 01 — localmente minoritários — do que a da PBE — localmente majoritária<sup>197</sup>.

A compreensão destas práticas não pode evitar o confronto com atributos "culturais" (incorporados nos habitus de classe dos referidos agentes).

Assim, o investimento sociabilitário preferencial da PBTE nos espaços/ tempos intermediários dotados de maior componente institucional

---

<sup>196</sup> Neste aspecto, o 01 e a PBPR assemelham-se bastante na sua proximidade ao estritamente necessário, ainda que a PBPR local leve vantagem sobre o 01.

<sup>197</sup> Somente na ida ao café a PBE parece demonstrar um investimento relacional local próximo do 01.

reveste-se de uma marca de "mediação" entre o local e o "exterior": modo de se distinguirem (já que podendo partir, decidiram ficar) mas também meio de "lutar por uma Vitória melhor!". Do mesmo modo, a sua presença menos efectiva nos cafés deve ser entendida no âmbito da necessidade que sente de se distanciar de algumas práticas menos de acordo com os critérios de "racionalidade" pelos quais pauta as suas condutas.

Por outro lado, a "ausência relativa" de investimentos sociabilitários nos locais semi-públicos da Vitória com origem na PBE deve ter em conta os "critérios de moralidade" de que estes agentes fazem revestir as regras da "sã convivência" nas vizinhanças: regras que, com o envelhecimento e a passagem de um "ascetismo optimista a pessimismo regressivo", se vêem transformadas em "fêrreos" códigos de conduta <sup>198</sup>.

Da mesma forma, o predomínio do investimento sociabilitário do 01 deve ser compreendido no âmbito de um "universo dos possíveis fechado", onde o *princípio da conformidade* <sup>199</sup> "à situação que se vive" é pleno de efeitos práticos e torna a vivência dos espaços públicos e semi-públicos pouco problemática: "desde que não haja misturas não há problemas!".

Atente-se especialmente no facto de tanto as mulheres da PBE como as do 01 (as da PBTE nunca investem nos espaços públicos e semi-públicos locais sem ser na companhia dos maridos e, mesmo assim, raramente) estarem tradicionalmente vedadas a uma vivência pública e semi-pública local intensa, definido-se as suas práticas muito mais por vectores funcionais de ocupação do tempo livre (como os que derivam da ida às compras) do que por actividades de lazer nitidamente "sociáveis" — à presença feminina na rua estão associados, muito mais do que a prostituição (já que há muito esta foi "interiorizada" como um elemento local e as "distâncias" entretanto marcadas), valores de "coscuvilhice e contos e ditos que nada honram as pessoas".

Assim, uma vez que são somente os jovens e os membros da PBTE aqueles que mais conseguem manter práticas continuadas de sociabilidade urbana (manifestando os jovens a procura de lazeres específicos que não encontram localmente — embora não se possa aqui falar de uma "grande qualificação simbólica" de tais procuras —, e os agentes da PBTE, a "liberdade de movimentos" que lhes é possível empreender), temos de reconhecer na Vitória um cenário de profunda privatização.

---

<sup>198</sup> Atente-se que segundo Bourdieu a própria "ascensão" social que frequentemente caracteriza o trajecto de muitos agentes da PBE está na origem dessa transformação do ascetismo optimista num pessimismo regressivo à medida que a idade justificativa de todos os sacrifícios, desvanece os "sonhos da vida". Cfr. BOURDIEU, Pierre — *La Distinction*, pp. 404-409.

<sup>199</sup> BOURDIEU, Pierre — Op. cit., p. 443.

## 5. OS HABITUS DE CLASSE LOCALIZADOS NO NÚCLEO ANTIGO DA VITÓRIA

### 5.1. Reactualização metodológica

Como temos vindo a demonstrar, tratar as questões relativas à apropriação dos espaços/ tempos públicos e semi-públicos envolve muito mais do que uma atenção exclusiva ao carácter micro das situações sociais nestes implícitas. Analisar sociologicamente a vivências quotidianas dos agentes sociais da Vitória não pode deixar de recorrer à análise das práticas que as (re)produzem e, simultaneamente, dos "códigos" que enformam os seus modos de vida.

Estudar sociabilidades implica, portanto, o recurso a uma análise dos gostos, das representações, em suma e de um modo abrangente, o prosseguimento da análise da apropriação sócio-cultural de uma dimensão do espaço/ tempo local onde "os comportamentos e as regras de conduta" <sup>200</sup> assumem um carácter vinculante e elucidativo das próprias práticas até agora analisadas.

Como assinala P. Bertrand, "para compreender as práticas quotidianas privilegiamos aqui a hipótese" segundo a qual estas são "determinadas por um sistema de valores, de representações, uma simbólica, elas próprias produzidas pelas condições de vida"<sup>201</sup>. Seguindo o metodologia analítica de localização de habitus de classe que temos vindo a tentar operacionalizar<sup>202</sup> podemos tentar evidenciar alguns dos principais traços característicos dos modos de vida da Vitória. Sendo um todo integrado constituído por uma interrelação dinâmica entre um domínio material, um domínio de apropriação do espaço/ tempo e um conjunto articulado de normas e de valores, os habitus de classe, implícitos em cada modo de vida, designam *ethos* e *gostos*. Ora, sendo estes últimos as "fórmulas geradoras que estão na origem dos estilos de vida" — "conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos sub-espacos simbólicos, mobiliário, roupas, linguagem ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva" <sup>203</sup> — torna-se obrigatório sistematizar a referenciação das modalida-

---

<sup>200</sup> GROOTAERS, Dominique — "La culture une construction cohérente", *Culture Mosaïque*, pp. 10-11.

<sup>201</sup> BERTRAND, P. — "Trois époques disent un présent", in GROOTAERS, Dominique, *Op. cit.*, pp.66-78.

<sup>202</sup> Exemplificada nos trabalhos sobre a classe operária e a pequena-burguesia de execução de BERTRAND, P. — *Op. cit.*, pp. 66-78 e em TILMAN, F. — "La culture de Pemployé", *Op. cit.*, pp. 97-107.

<sup>203</sup> BOURDIEU, Pierre — *La Distinction*, p. 193.

des da sua realização entretanto iniciada tendo por referência os espaços/ tempos públicos e semi-públicos.

Assim, estamos não só em condições de identificar e reatualizar alguns dos principais movimentos de reprodução/ transformação que atravessam o núcleo antigo da Vitória, como também encontraremos terreno para localizar os principais eixos estruturadores dos diferentes habitus de classe em presença. Resumindo as características desta sistematização podemos atribuir-lhe uma dimensão hipotética e uma outra agregadora. Com a sua dimensão hipotética procura-se assumir um conjunto de proposições abertas à refutação e à renovação à medida que o conhecimento sobre o terreno seja aperfeiçoado. Na dimensão de agregação está em causa a interligação de diferentes elementos de índole teórico-metodológica no âmbito da relação estabelecida entre a sociologia da vida quotidiana e as Teorias da Prática e da Estruturação.

Procuremos, então, localizar os habitus de classe da Vitória.

## **5.2. Bairrismos (prudentes): depois de pensar partir... Ficar**

Estando as presenças Burguesas, outrora mais evidentes, praticamente extintas, a posição social dominante e mais proeminente no núcleo antigo da Vitória é ocupada pelos agentes da PBTE que decidiram — porque não puderam, em virtude da idade avançada, da falta de dinheiro, ou porque não quiseram, visto "já estarmos habituados aqui" — não partir com a "debandada geral da freguesia"<sup>204</sup>.

Tal como verificaremos com a PBE, há algumas dificuldades em conceber de modo homogéneo o habitus de classe envolvido na PBTE local. Isto porque se muitos dos agentes (a maioria) desta fracção possuem este lugar de classe devido ao esforço de promoção no posto de trabalho por si desenvolvido (nascendo como membros de famílias da PBE e do 01), outros há (uma minoria) que o tiveram mediante a aquisição de algum capital escolar e reproduzindo lugares de classe herdados dos pais.

Não é pouco frequente encontrar nestes agentes uma forte identificação com o território, auto-retratando-se quase como a marca dos "outros tempos da freguesia" em que, ao lado da pobreza e das "más vidas", "sempre existiu boa gente e entreajuda". Por efeito desta preocupação em "proteger a face", materializada na defesa "do modo de vida que julgamos bom para as pessoas daqui", os agentes (masculinos) da PBTE são parte importante dos que mais investem na imagem "bairrista" — ainda que plena de problemas sociais — da Vitória. Também por isso, e aqui buscando os

---

<sup>204</sup> Uma "debandada" que segundo o Presidente da Junta de Freguesia "tem levado os melhores elementos da freguesia".

"relacionamentos" que possuem "fora", são os que mais depressa ocupam cargos associativos locais.

No entanto, este seu investimento relacional local é nuanciado e, de modo algum, assume uma efeverscência plena. Conscientes da importância do "não exagero" refugiam-se numa vivência familiar intensa — a que não é alheia a quase *naturalidade* das "comodidades" possuídas em ambiente tão difícil - onde as suas mulheres investem plenamente. A este propósito não se pode deixar de verificar a recusa destas em investirem nas sociabilidades locais como os maridos, num movimento em que são rapidamente acompanhadas pelos filhos, plenos da "ânsia de sair daqui": os estudantes universitários originários nesta fracção que tivemos oportunidade de conhecer manifestavam a este propósito uma notória ausência das vizinhanças ("embora cumprimente toda a gente!") e um claro investimento exterior.

Qualificados, em maior ou menor grau, vivendo "fora" uma boa parte do dia são os agentes que mais sentem o "estigma" desviante que atravessa a Vitória. Muito provavelmente por efeitos desse estigma são os agentes que mais se referem aos restantes habitantes como "outros" com quem é preciso "saber lidar para conseguir alguma coisa". E se os "outros" são aquilo que, à partida, podemos qualificar como os agentes instáveis da *lumpenpequena-burguesia*, não estaremos muito longe da realidade se considerarmos que este esforço de demarcação se acrescenta à generalidade dos agentes sociais locais.

Entre um investimento calculado nas sociabilidades locais e um investimento assumido nas sociabilidades e vivências domésticas, a PBTE local incorpora o conflito entre o "ficar" e o "partir" <sup>205</sup>. Decidindo ficar, trata de se assumir como "vitoriana de gema", invocando os imaginários de uma socialização fortemente marcada pelo espaço/ tempo público — aqui se fazendo sentir os conflitos decorrentes da origem geográfica longínqua de alguns agentes — e de levar a cabo a *transformação* da Vitória, representando-a como difícil, mas, ainda assim, como "nossa", com boa gente...

### 5.3. Resignações: "A minha vida é aqui... Em casa!"

Como assinalam vários autores, analisar o modo de vida da Pequena-Burguesia de Execução é uma tarefa complexa<sup>206</sup>. As dificuldades decorrentes de uma tal tarefa residem na impossibilidade de se designar esta frac-

---

<sup>205</sup> Nem sempre um tal conflito tem o desfecho que teve o de um conhecido habitante da Vitória que, recém-casado vivendo em Paranhos e não aguentando mais a ausência da Cordoaria e dos amigos, colocou à esposa a seguinte hipótese: "Ou voltamos para a Vitória, ou divorciamo-nos!" — Estavam casados há três meses e voltaram.

<sup>206</sup> Cfr. TILMAN, F. — *Op. cit.*

ção da PB como homogénea: facto que advém da origem operária ou camponesa de muitos dos seus agentes, e da composição heterogénea do agregado familiar que nem sempre vive de uma correspondência de posições entre o lugar de classe da mulher e do homem (na Vitória a menor visibilidade, ainda que dominante, das famílias da PBE é daqui decorrente). Acrescente-se a estes factores os vectores de qualificação/ desqualificação que definem a composição do trabalho de *empregado*, e estaremos ainda perante uma maior heterogeneização desta fracção de classe.

A análise da "condição empregada" defronta-se na Vitória com aquilo que tem sido identificado como uma global degradação das condições de trabalho, transformando frequentemente o empregado (de um modo análogo ao movimento de desqualificação do trabalho operário) num mero "auxiliar da máquina"<sup>207</sup>. O rendimento (monetário) dos empregados acaba por reflectir esta degradação das condições de trabalho, e uma vez lembrado o nível acrescido das aspirações daqueles que "estudaram um pouco mais para poder ter uma vida melhor" (como afirmava um empregado de escritório da Vitória) não é de espantar que também aqui os constrangimentos se façam sentir numa depreciação da capacidade de consumo. Tratando-se os consumos de práticas dotadas de importância crucial na árdua tarefa quotidiana de "procurar levar uma vida melhor" e de ser diferente do OI e da própria *Lumpenpequena-burguesia* local, rapidamente o ascetismo optimista do jovem empregado (solteiro, dado a consumos, por vezes, ostentatórios) se transforma — à medida que ele (motorista, empregado de armazém ou empregado de livraria) vai envelhecendo e tem de suportar os encargos familiares — num ascetismo pessimista<sup>208</sup>. Atente-se, por outro lado, na incapacidade de qualquer aspiração se concretizar plenamente quando o trabalho é ainda menos qualificado, como no caso dos muitos trabalhos de execução femininos (de que são exemplos os "part-times" num shopping, ou os trabalhos de "repositora" num qualquer hipermercado da periferia).

Não podemos esquecer, igualmente, as formas de contratação instáveis implícitas em muitas das modalidades do emprego de execução, ameaçando de insegurança qualquer projecto de futuro<sup>209</sup>. Não espantará por isso

---

<sup>207</sup> Idem, p. 99.

<sup>208</sup> O ascetismo pessimista conhece um factor de propulsão considerável no próprio individualismo da relação salarial — que transforma o salário, e com ele a sua degradação, "em assunto tabu", causa de conflitos e rivalidades cada vez mais prementes quanto maior é a idade e menor a promoção hierárquica no trabalho.

<sup>209</sup> A própria origem da PBAP, que absorve familiarmente parte dos agentes da PBE, não pode deixar de ser interpretada como uma tentativa de contrapor ao futuro incerto uma iniciativa individual susceptível de trazer "melhor sorte" do que aquela que se teve num primeiro emprego.

afirmar que a "condição de empregado" se assemelha à "condição operária": "desqualificação do trabalho, relativa fraqueza dos rendimentos e do capital cultural e social", ainda que o seu capital escolar e o seu ambiente profissional difiram plenamente do operário<sup>210</sup>.

Devido às características das sociabilidades públicas e semi-públicas locais, com focos desviantes a evitar (para muitos dos agentes — sobretudo os mais velhos — da PBE), muitas das sociabilidades destes agentes passam por um investimento no local de trabalho, ao ponto de "muitas pessoas só quando se reformam é que começam a parar mais por aqui, (...) sem que haja misturas!"<sup>211</sup>, obviamente. No entanto, o investimento no trabalho reveste-se sobretudo de um carácter *instrumental* — "temos de ganhar dinheiro para viver, isso não quer dizer que se goste do trabalho..." — transformando o investimento na família no "mais verdadeiro"<sup>212</sup>. Materialização da "felicidade possível", a "família deve dar a felicidade que não se pode encontrar nem no trabalho, nem numa larga rede relacional", constituindo-se assim num local refúgio, onde as sociabilidades e os laços "devem ser calorosos"<sup>213</sup>.

Dada a importância atribuída à família, os Pequenos-Burgueses de Execução investem muito mais nas sociabilidades domésticas. Fazem-no, contudo, com domínio dos lazeres receptivos, não espantando, por isso, todo o valor atribuído à posse e uso de objectos domésticos "de qualidade", onde as televisões e os vídeos ocupam lugares centrais<sup>214</sup>. Estas preocupações com a gestão da imagem estão também na origem da preocupação extrema dos homens e mulheres da PBE com a compra "da melhor roupa possível", porque "eu só uso roupas novas, nem que para isso eu tenha de me empenhar no Marques Soares..." (dizia-nos uma jovem empregada comercial). Retido o grau de desinvestimento relacional da PBE no domínio público (local ou urbano) poder-se-ia atribuir um carácter paradoxal a uma tão grande preocupação com a indumentária, contudo, mesmo que não lhe dessem importância no trabalho (o que não acontece), nunca se poderia "passar pelos vizinhos a parecer mal".

---

<sup>210</sup> TILMAN, F. - *Op. cit.*, p. 101.

<sup>211</sup> Diz-nos um empregado comercial reformado.

<sup>212</sup> Embora não sejam aqui reproduzidos os dados do inquérito relativos aos investimentos sociabilitários domésticos, o exame que deles pudemos fazer revelaram ser a PBE a fracção de classe que mais tem a "casa" como local privilegiado de ocupação de tempo livre e de lazer.

<sup>213</sup> TILMAN, F. — *Op. cit.*, p. 104.

<sup>214</sup> Estes objectos ocupam um lugar extremamente importante na economia das trocas simbólicas locais, ao ponto das diferenças entre os habitantes serem frequentemente aferidas através da sua posse.

Como já tivemos ocasião de alertar, não se pode esquecer que, para além dos fenómenos de desvio, a pobreza da Vitória atravessa, potencialmente, muito mais a PBE do que qualquer outra fracção de classe local — elementos passíveis de comprovação analítica mediante a compreensão das aspirações de consumo procuradas e não realizadas, e, sobretudo, mediante a retenção da instabilidade dos vínculos laborais associados às baixas qualificações incorporadas nestes agentes. Atente-se que no caso dos idosos a reprodução das baixas qualificações em baixas pensões torna a sua exclusão social (e o seu isolamento, quando filhos ou instituições públicas não asseguram o seu acompanhamento) mais do que provável — sobretudo no caso das mulheres, economicamente, fisicamente e culturalmente incapazes (devido às valorizações negativas que atribuem aos domínios público e semi-público) de romperem com os ciclos de fechamento empobrecido em que se encontram.

Assim, e em suma, não podemos deixar de retratar a PBE local, dominante em número, como dotada de alguma heterogeneidade interna. Não obstante tal facto, esta assume-se como uma fracção definida por uma nítida recusa das sociabilidades locais, e por um maior investimento doméstico (tanto maior quanto é o seu envelhecimento) por mais "miúdos de rua" que um dia possam ter sido...

#### **5.4. Fechamentos: "Não sei de nada, primeiro está o trabalho e a família..."**

Historicamente, a PBPR terá sido das fracções de classe mais representadas da Vitória. Se admitirmos, com Bachelard, que o espaço é tempo concentrado<sup>215</sup>, perceberemos o porquê da configuração espacial deste núcleo habitacional, com os seus rés-do-chão (antigamente) ocupados por lojas e andares ocupados por uma família: a apropriação comercial de que se revestia a habitação a isso obrigava, comprovando o peso local dos artesãos e comerciantes.

A reter a expressão de Bourdieu, estaremos na Vitória perante uma PBPR nitidamente "em declínio"<sup>216</sup>, feita de pequenos artesãos e pequenos comerciantes, bastante envelhecida, mas que continua, em muitos casos, a trabalhar muito para além dos limites etários previstos.

Como assinala o mesmo P. Bourdieu, "pouco providos de capital escolar (...) manifestam em todas as suas preferências disposições regressivas" que enformam grande parte das suas vivências quotidianas<sup>217</sup>: é assim

---

<sup>215</sup> BACHELARD, Gaston — *La Poétique de l'Espace*, Paris, PUF, 1981, pp. 17-50.

<sup>216</sup> BOURDIEU, Pierre — *Op. cit.*, p. 398.

<sup>217</sup> Idem, pp. 398-403.

que, "em reacção contra todas as inclinações para o modernismo ou para o conforto que lhes aparecem como abandonos laxistas, fazem, em tudo o que se relaciona com a arte de viver quotidiana, escolhas que podemos afirmar regressivas uma vez que estão muito próximos das dos operários, ainda que não estejam sujeitos ao mesmo grau de necessidade"<sup>218</sup>.

Desprovida de capital cultural — de que procura dotar os filhos, embora nem sempre os "negócios" da família permitam "o tempo necessário para os estudos" — a PBPR (em declínio) da Vitória transporta consigo a marca do investimento total no "trabalho por conta própria", que se vê obrigada a prosseguir "até ao fim da vida", devido às "reformas que são pequenas"<sup>219</sup>.

Trabalhando frequentemente mais de 14 horas por dia, estes pequenos comerciantes e artesãos vêem o *ordinário* do seu quotidiano eventualmente interrompido por algum acontecimento *extraordinário*: quase sempre um casamento ou baptizado para que são convidados e que passa a ser minuciosamente registado na memória da vida, tão marcante foi. Não espantará assim que o investimento sociabilitário destes agentes, frequentemente oriundos dos campos e só episodicamente libertos das influências do "sotaque" original (que evita diariamente a sua definição como *vitorianos*), se desloque quase sempre entre o trabalho e a (por vezes coincidente no mesmo espaço físico) família. Estamos, por isso, perante uma vivência que, mesmo constringida a relacionar-se (por motivos de negócio e de exposição ao público) com os agentes sociais locais, manifesta um nítido investimento na família e nas sociabilidades domésticas<sup>220</sup>. É na família que se encontra "a melhor escola de virtudes" e na rua "os perigos da má formação".

### 5.5. Conformismos: "É necessário andar por aí..."

Em termos numéricos, o menor peso do Operariado Industrial no núcleo antigo da Vitória já nos tinha alertado para a necessidade de conceber as vivências quotidianas locais como não podendo designar uma homologia perfeita entre produtores e protagonistas operários e manifestações (apropriações) culturais "populares", normalmente tidas como frequentes em regiões urbanas como aquela que nos ocupa.

---

<sup>218</sup> Idem, p. 403.

<sup>219</sup> A este propósito um caldeireiro reformado comentava a necessidade de continuar a trabalhar: "Nunca aprendi outra coisa, nunca ganhei muito dinheiro; nasci no meio do cobre, como é que eu podia agora mudar de vida?!"

<sup>220</sup> Que, motivadas pela idade e pelas falhas de capital cultural, se resumem a muitas recepções de sentido.

Havíamos, simultaneamente, assinalado não só a presença da PBTE como também, e sobretudo, o domínio da PBE. Domínio que obrigou a perspectivar movimentos de reformulação teórica aptos a conceber a cultura popular como uma realidade plural e só sustentável se aberta a composições classistas diferenciadas que nem por isso deixam de registar os custos da *dominação* — só assim se evitando a ambiguidade original do termo "popular, perdido algures entre o pessimismo conservador ou o optimismo revolucionário"<sup>221</sup>.

Uma vez retidas as práticas da PBE, o primeiro dos dois grandes protagonistas das culturas populares locais — que vimos não investir de um modo efectivo nas sociabilidades públicas e semi-públicas locais, antes se demarcando destas —, importa analisar os contornos de que se reveste a localização do habitus de classe do Operariado Industrial<sup>222</sup>.

Uma das características do Operariado da Vitória é a sua relativa qualificação. No entanto, sabe-se como a posse de qualificações profissionais neste sector de actividade nem sempre significa boas condições de trabalho e bons rendimentos. Define-se, portanto, nesta inserção laboral o princípio de todas as necessidades a que o OI da Vitória está sujeito: fraco capital económico e social, reproduzidor de um fraco capital cultural; fracas condições de trabalho, ainda que se encontrem episódios de alguma qualificação.

Concebendo as determinações do mundo laboral na esfera da reprodução social, estaremos perante a configuração daquilo que podemos denominar como "imperativo da escolha do necessário": submissão "na origem de todas as escolhas da existência quotidiana", que "condenas as gentes 'simples' e 'modestas' a gostos 'simples' e 'modestos'"<sup>223</sup>. Ao afastar o OI dos "grandes devaneios consumistas", o "gosto do necessário" induz um *princípio de conformidade* responsável pelo *fechamento do universo dos possíveis*: assim se compreende a "tradicional" divisão sexual do trabalho, atribuindo à mulher as tarefas domésticas e conferindo ao homem a liberdade de "fazer o que quiser".

Não deixa de ser sob o âmbito deste princípio de conformidade que se define para os membros do OI a grande importância atribuída aos relacionamento e às sociabilidades públicas e semi-públicas: num quadro em que o empobrecimento das importantes sociabilidades laborais e um maior enfraquecimento das relações de vizinhança provocaria um refúgio na família tão forte como o da PBE. De resto, na Vitória é ainda esta importância dada a

---

<sup>221</sup> Cfr. Bourdieu, P. — *Op. cit.*, pp. 433-453. Cfr. igualmente o ponto 2.5. deste texto.

<sup>222</sup> A PBTE, ainda que invista nas práticas de sociabilidade local, demarca-se perfeitamente da "dominação" a que a PBE e o OI estão sujeitos; enquanto a PBPR se aproxima do OI em várias dimensões do seu modo de vida.

<sup>223</sup> Cfr. BOURDIEU, P. — *Op. cit.*, pp. 438, 441.

uma vida relacional muito intensa que dá à classe operária a maior margem de manobra possível nos espaços/ tempos públicos locais (tidos como desviados e perigosos para a maioria dos agentes da PBE). Atente-se ainda que este relacionamento que ultrapassa as marcas desviantes dos referidos espaços/ tempos tem uma parte da sua origem no facto de as "relações" para os operários "só existirem pela *frequência* e pelo *contacto directos*"<sup>224</sup>.

Marcadamente masculinas — as mulheres mantêm-se em casa — as sociabilidades públicas e semi-públicas acabam por conseguir do OI o empenhamento mais efectivo, alicerçado "no prazer de se divertir, de estar bem junto (...)" impondo-se, sempre que necessário, "uma actividade mediadora" tida "frequentemente como suporte do entretenimento comum": as partidas de cartas, um desafio de futebol... — "práticas escolhidas como pretexto para o encontro, muito mais do que um fim em si" <sup>225</sup>. Assim, o próprio investimento nas sociabilidades domésticas acaba por confirmar um predomínio dos lazes comunitários, o que identifica, para além dos limites próprios do "utilitário" de que as vivências familiares não escapam, a importância de uma "*troca afectiva intensa*, como que para conjurar o peso e a necessidade" <sup>226</sup>.

Resultando a dominação a que o Operariado está sujeito da sua inserção no mundo do trabalho, e sendo esta instável, não podemos deixar de identificar nas suas vivências quotidianas as marcas de instabilidade por aquele produzidas, definindo a sua cultura como *equilíbrio provisório*.

Sem "consciências revolucionárias", com grupos de amigos não obrigatoriamente operários, mas reflectindo quase sempre um forte protagonismo de "pares iguais", as intensidades sociabilitárias destes agentes acabam por reflectir a "ausência de futuro" que os obriga a viver o presente: o futuro é das suas crianças, mas estas, tal como muitas outras da Vitória, continuarão a brincar na rua, também ela incerta, como "índios" cercados por vidas mais ou menos selvagens...

## 5.6. Os "índios" e a "vida selvagem": modalidades de recreação de um *imaginário*

Enquanto esforço sintético de introdução à leitura de um texto, o seu título funciona como espaço de reflexão e, sem dúvida, de algum mistério.

Tratar, como nos propusemos, as sociabilidades públicas e semi-públicas no núcleo antigo da Vitória passou necessariamente por uma pro-

---

<sup>224</sup> Cfr. TILMAN, F. — *Op. cit.*, p. 91.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Idem.

blematização de vectores dotados de incidência prática nas vivências quotidianas locais que as ultrapassa, sem que, no entanto, deixassem de nelas estarem activos e presentes.

Adoptámos, por isso, uma postura teórico-metodológica apta a sistematizar as diferentes apropriações dos espaços/ tempos locais. Fazê-lo cedo descobriu os atributos "selvagens" com que muitos dos agentes identificavam a vida local, em movimentos de produção ideológica que manifestavam uma familiarização diferenciada com os seus protagonistas... Mito e realidade, os bêbados, as prostitutas, os drogados, por um lado, e os velhos empobrecidos e isolados, por outro, transformaram-se na face (in)visível destes "selvagens" (mais ou menos pacíficos) que concretizam uma Vitória "como freguesia degradada do centro histórico".

No interior de uma tal configuração, os "índios" surgem como construção ideológica "táctica", marca da importância do domínio público na socialização "de todos os que nasceram e foram aqui criados". A diferença está, no entanto, no facto de alguns cedo terem deixado o "modo de vida" dos personagens do filme Aniki-bóbó, que um dia todos viram, enquanto outros permaneceram "assim e muito pior pela vida fora". Uns transformaram-se em "índios bons", que na rua viram uma "boa escola da vida" (quantas vezes útil para as migrações que se seguiram), enquanto outros ganharam uma aura de "maus", instáveis e de percursos perigosos.

Hoje, a expressão "índios da Vitória" ou da "Cordoaria" reveste-se da ambiguidade da interrelação das valorizações positivas de um passado difícil — intenso e pleno de solidariedades, ainda que atravessado por instabilidades (mais ou menos) resolvidas durante as vidas que se seguiram — com as conotações negativas das vidas instáveis, não dos miúdos que brincam sempre na rua — isso ainda é uma constante —, mas daqueles que se vão "desgraçando"... Convirá, no entanto, reter que este imaginário é sustentado positivamente apenas pelos agentes da PBTE e do 01. As restantes classes e fracções não só se distanciam dele, como parece ser frequente com a PBPR, como, sobretudo, parecem retratá-lo sempre negativamente, em função do momento presente, como é o caso da PBE.

## **6. UMA PESQUISA EM ABERTO**

Problemática em aberto, a análise (da localização dos habitus e) das vivências quotidianas encerra em si, para além da matriz de acompanhamento de eventuais processos de intervenção urbana, a urgência da reformulação das diferentes posturas analíticas que designa e que neste trabalho procurámos concretizar.

Importaria, por isso, reter contra as (re)produções evidentes do senso comum (mais ou menos "culto"), o modo como as importantes dimensões de exclusão social e de desvio actuam na Vitória, assim como as modalidades do relacionamento do (heterogéneo) tecido social local com estas dimensões, concretizando, especificamente, a relação entre a dominante PBE e os vectores de instabilidade social.

Face a um tal alinhamento analítico, revelar-se-ia crucial perspectivar as diferentes expressões das sociabilidades locais no que elas têm de excluídas e de desviantes, no âmbito da atenção a manter aos desenvolvimentos que novas atriculações entre o racional e o real poderão proporcionar.

## ANEXO I *Grelha de Análise de Sociabilidades*

### na Óptica dos Tempos Livres e do Lazer \*

1. Rotinas do tempo livre (atributos de espaço-tempo não exclusivamente domésticos):
  - a) Provisão rotineira das necessidades biológicas;
  - b) Governo da casa e rotinas familiares;
  
2. Actividades intermediárias de tempo que servem, principalmente, necessidades de formação e, ou também, auto-satisfação e auto-desenvolvimento (atributos de espaço-tempo não exclusivamente domésticos):
  - a) Trabalho não profissional
    - i) Trabalho voluntário; ii) Trabalho para si próprio (auto-formação); iii) Trabalho para si próprio (autoformação sem o carácter especializado de ii)).
  - b) Actividades religiosas
  
3. Actividades de lazer:
  - a) Lazers domésticos
    - i) Expressivos; ii) Receptivos; iii) Comunitários.
  - b) Actividades de abandono (atributos de espaço-tempo não exclusivamente domésticos)
  - c) Actividades de lazer sociáveis: lazers públicos e semi-públicos
  - d) Actividades de jogo ou "miméticas": lazers públicos e semi-públicos
    - i) Expressão artística;
    - ii) Expressão desportiva;
    - iii) (espectaculares de) Participação expressiva;
    - iv) Espectaculares informativos.

---

\* A presente "grelha" possui um carácter hipotético e resulta do cruzamento das propostas de análise dos tempos livres e dos lazers produzidas por Norbert Elias e Christian Lalive d'Epinay. Para uma ilustração dos eixos que nos serviram de guia cfr. ELIAS, Norbert — *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992; ÉPINAY, Christian Lalive d'; *et ai.* — *Culture de Masses et Culture de Classes Aujourd'Hui*, Paris, Pierre-Marcel Favre, 1983.

## ANEXO II

### **Categorias e práticas de tempo livre e de lazer consideradas no inquérito efectuado no núcleo antigo da Vitória**

#### *Sociabilidades Domésticas*

1. Rotinas de tempo livre:
  - a) Provisão rotineira das necessidades biológicas
  - b) Governo da casa e rotinas familiares
    - Tratar animais
    - Trabalhos domésticos
2. Actividades intermediárias de tempo
  - a) Trabalho não profissional
    - i) Trabalho voluntário ii) Trabalho para si próprio (auto-formação)
      - Estudar
    - iii) Trabalho para si próprio (auto-formação sem o carácter especializado de ii)
  - b) Actividades religiosas
3. Actividades de lazer
  - a) Lazer domésticos
    - i) Expressivos
      - Coleccionar objectos
      - Jogos de vídeo
      - Fazer renda/ tricotar
      - Fazer trabalhos manuais
    - ii) Receptivos
      - Ver TV
      - Ouvir rádio
      - Ouvir música
      - Ler jornais
      - Ler revistas
      - Ler livros
    - iii) Comunitários
      - Receber amigos
      - Jogar cartas
      - Namorar
      - Conversar
4. Práticas de abandono

*Sociabilidades Públicas Locais*

3. Actividades de lazer:
  - c) Actividades de lazer sociáveis
    - Falar com amigos(as) na rua
    - Passear
    - Namorar
  - d) Actividades de jogo ou miméticas
    - ii) Expressão desportiva
      - Praticar desporto
    - iii) (espectaculares) participação expressiva
      - Jogar às cartas no jardim

*Sociabilidades Sem-Públicas Locais*

1. Rotinas do tempo livre
  - b) Governo da casa
    - Ir às compras
2. Actividades intermediárias de tempo
  - a) Trabalho não profissional
    - i) Trabalho voluntário
      - Participação em actividades associativas
  - b) Actividades religiosas
    - Ir à missa
3. Actividades de lazer
  - c) Actividades de lazer sociáveis
    - Ir ao café
    - Ir a pub/bar
    - Almoçar/jantar fora
    - Frequentar colectividades
    - Frequentar centro de dia para idosos
    - Frequentar centro de convívio

*Sociabilidades Públicas Urbanas*

3. Actividades de lazer
  - c) Actividades de lazer sociáveis
    - Ir a festas/romarias — passível entendimento como participação expressiva
    - Ir à feira
    - Passear na cidade — passível entendimento como participação expressiva
    - Namorar
    - Pescar
    - Caçar
    - Passeios na natureza

## Os índios e a Vida Selvagem

### *Sociabilidades Semi-Públicas Urbanas*

1. Rotinas do tempo livre
  - b) Governo da casa e rotinas familiares
    - Ir às compras — passível de entendimento como lazer sociável
2. Actividades intermediárias de tempo...
  - b) Actividades religiosas
    - Ir à missa
3. Actividades de lazer sociáveis
  - c) Actividades de lazer sociáveis
    - Ir ao café
    - Ir a pub/bar
    - Almoçar/jantar fora
  - d) Actividades de jogo ou "miméticas"
    - i) Expressão artística
      - Dançar
    - ii) Expressão desportiva
      - Praticar desporto
    - iii) Participação expressiva
      - Ir ao futebol
      - Ir à discoteca
      - Jogar bilhar
      - Jogar máquinas
    - iv) Espectaculares informativos
      - Ir ao cinema
      - Visitar museus

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. Ferreira de — *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS, 1986;  
----- *et ai* — "Famílias, estudantes e universidade, painéis de observação sociográfica",  
*Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 1988, pp. 11-44;  
----- *et ai.* — "Estudantes e amigos, trajetórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, 105-106, 1990, pp. 193-221;  
----- *et ai.* — *Exclusão Social*, Oeiras, Celta, 1992;  
ALVARENGA, A.; MALTCHOFF, J. — "L'espace social, nouveau paradigme?", *Espaces et Sociétés*, 15, 1980;  
ANDRADE, Pedro de — "A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 1991.  
ARIES, Ph.; DUBY G. — *História da Vida Privada*, V, Porto, Afrontamento, 1990;  
BACHELARD, Gaston — *La Poétique de l'Espace*, Paris, PUF, 1981;  
BALANDIER, Georges — "Essai d'identification du quotidien", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXXIV, 1983;  
BENAVENTE, Ana; *et ai.* — *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Teorema, 1991;  
DOMINGOS, Ana Maria; *et ai* — *A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988;  
BERTAUX, D. — *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes, 1979;  
BOURDIEU, Pierre — *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genebra/ Paris, Droz, 1972;  
----- "Remarques provisoires sur la perception sociale du corps", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, 1977;  
----- *La Distinction*, Paris, Minuit, 1979;  
----- "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, 1979;  
----- *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit, 1980;  
----- *O Poder Simbólico*, Lisboa., Difel, 1989;  
----- (Org.) — *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1993;  
BURGESS, Robert G. — *Field Research: A Sourcebook and Field Manual*, London, Allen and Unwin, 1982; CARDOSO, Ana; e outro — "A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização", *Sociedade e Território*, 10, 1989;  
CAUQUELIN, Anne — *La Ville la Nuit*, Paris, PUF, 1977;  
CERTEAU, Michel — *L'Invention du Quotidien, I, Arts de Faire*, Paris, Gallimard-Folio, 1990;  
Cordeiro, Graça índias — "Bases éticas para práticas lúdicas", O'NEIL, Brian; BRITO, J. Pais de (orgs.), *Lugares d'Aqui*, Lisboa, D. Quixote, 1991; COSTA, A. Firmino — "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 1984;  
----- *O Trágico e o Contraste*, Lisboa, D. Quixote, 1984;

- "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 1984;
- DUBET, François — "Conduites marginales des jeunes et classes sociales", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987;
- DUMAZEDIER, Joffre — *Sociologie Empirique du Loisir*, Paris, Seuil, 1974; ELIAS, Norbert — *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992; EPINAY, Ch. Lalive d' — "Persistence de la culture populaire dans les sociétés industrielles avancées", *Revue Française de Sociologie*, 1, 1982;
- "La vie quotidienne. Essai de construction d'un concept sociologique et anthropologique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXXIV, 1983;
- *et ai — Temps Libre: Culture de Masse et Cultures de Classes Aujourd'Hui*, Paris, Pierre-Marcel Favre, 1983;
- FERNANDES, António Teixeira — *O Conhecimento Sociológico*, Porto, Brasília Editora, 1983;
- "Espaço social e suas representações", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2, 1992;
- GHIGLIONE, R.; Matalon, B. — *O Inquérito*, Oeiras, Celta, 1992;
- GIDDENS, Anthony — *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson University Library, Londres, 1973;
- *La Constitution de la Société*, Paris, PUF, 1987;
- GOFFMAN, Erving — *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne II: Les Relations en Public*, Paris, Minuit, 1973;
- *Les Rites d'Intéraction*, Paris, Minuit, 1974;
- *Stigmaté. Les Usages Sociaux des Handicapés*, Paris, Minuit, 1975;
- Grignon, Claude; Passeron, Jean-Claude - *Le Savant et le Populaire*, Paris, Gallimard/Le Seuil, 1989;
- GROOTAËRS, Dominique (Org.) — *Culture Mosaïque*, Bruxelles, Vie Ouvrière, 1984; GROS, Marielle Christine — "Estratégias identitárias num território desqualificado", *Dinâmicas Culturais, Desenvolvimento e Cidadania, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia 1-3 de Abril de 1993*, Lisboa, APS, 1994, pp. 471-494. GUERRA, Paula — "Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2, 1992, pp. 145-175.
- HABERMAS, Jiirgen — *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984;
- HAGUETTE, Teresa Frota — *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Vozes, 1987;
- HELLER, Agnés — *História y Vida Cotidiana*, Barcelona, Grijalbo, 1972;
- *Sociologia de la Vida Cotidiana*, Barcelona, Grijalbo, 1977;
- HERPIN, Nicols — *A Sociologia Americana*, Porto, Afrontamento, 1982;
- ISAMBERT, François-André — *Le Sens du Sacré, Fête et Religion Populaire*, Paris, Minuit, 1982; JAVEAU, Claude — "Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXVIII, 1980, pp. 31-45; KNORR-CETINA, Karin — "The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology", KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, A. V. (org.s) — *Advances in Social Theory and Methodology. Towards an Integration of Micro and Macro-Sociologies*, London, Keegan-Paul, 1981;

- LEFEBVRE, Henri — *Critique de la Vie Quotidienne*, II, Paris, L'Arche Éditeur, 1968;  
----- *Du Rural à l'Urbain*, Paris, Anthropos, 1970;  
----- *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos, 1972;  
----- ; REGULIER, Catherine — "Essai de rythmanalyse des villes méditerranéennes, *Peuples Méditerranéennes*, 37, 1986, pp. 4-15;  
MACHADO, F. LUÍS — "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", *Sociedade e Território*, 3, 1985;  
MAFFESOLI, Michel — *La Conquête du Présent*, Paris, PUF, 1979; MARQUES, Hélder et al. — *Porto. Percursos nos Espaços e Memórias*, Porto, Afrontamento, 1991; Martinaud, Claude — "Rapport sur le text de Pierre Sansot: 'Ritualisation de l'espace urbain et de la vie quotidienne à travers le concept d'appropriation'", *Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, Paris, Centre de Recherche de l'Urbanisme, 1980, pp. 511-514; MEIRELES, Miguel et al. — "Ribeira-Barredo: operação de 'renovação urbana'", *Sociedade e Território*, 2, 1985; MOZZICAFREDO, Juan — "Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, pp. 5-46;  
MUMFORD, Lewis — *La Cite à Travers l'Histoire*, Paris, Seuil, 1964; NAZARETH, J. Manuel — *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988;  
NUNES, A. Sedas — *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1982;  
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de — *Festividades Cíclicas*, Lisboa, D. Quixote, 1983;  
----- *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1993;  
PACHECO, Hélder — *Tradições Populares do Porto*, Lisboa, Presença, 1991;  
PAIS, José Machado — "Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana", *Análise Social*, 90, 1986, pp. 7-57;  
----- "Nas rotas do quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 1993, pp. 105-115.  
PINÇON, Michel — *Besoins et Habitus, Critique de la Notion de Besoin et Théorie de la Pratique*, Paris, CNRS, 1978; PINTO, José Madureira — "Questões de metodologia sociológica". *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 2, 3, 1984, 1985;  
----- *Ideologias: Inventário Crítico de um Conceito*, Lisboa, Presença, 1978;  
----- *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1985;  
----- "Considerações sobre a produção de identidades sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 1991;  
----- ; SILVA, Augusto Santos (Org.s) — *A Metodologia nas Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1989;  
PORTELA, José — "Reflexões sobre a observação participante", *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 1985;  
POUJOL, G.; LABOURJE, R. (Org.s) — *Les Cultures Populaires*, Toulouse, Privat, 1979;  
RÉMY, Jean; VOYÉ, L. — *La Ville et l'Urbanisation*, Genbloux, Duculot, 1974;  
----- *La Ville: Ordre et Violence*, Paris, PUF, 1981;  
REYNAUD, Pierre — "L'appropriation impossible?", *Informations Sociales*, 2, 1982, pp. 6-17;  
RODRIGUES, Walter — "Comunidade caboverdiana: marginalização e identidade", *Sociedade e Território*, 8, 1989, pp. 96-103;

## Os índios e a Vida Selvagem

- SANSOT, Pierre — "Ritualisation de l'espace urbain et de la vie quotidienne à travers le concept d'appropriation", *Vie Quotidienne en Milieu Urbain*, Paris, Centre de Recherche de l'Urbanisme, 1980, pp. 501-510; SANTOS, Boaventura Sousa - "Conflitos urbanos no Recife", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 1983, pp. 11-59;
- *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989;
- SCHWARTZ, Olivier — "Zones d'instabilité dans la culture ouvrière", *Autrement, Ouvriers, Ouvrières. Un continent morcelé et silencieux*, 126, 1992; SILVA, Augusto Santos — *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento, 1994; SILVA, Francisco Ribeiro da — *A Criação das Paróquias de S. Nicolau e de N.ª S. da Vitória (1583). Aspectos sócio-económicos e religiosos da época*, Porto, Edições Paroquiais da Vitória, 1984;
- SILVA, Manuela *et ai* — *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa., Caritas Portuguesa, 1989;
- TAP, Pierre — *Identités Collectives et Changements Sociaux*, Toulouse, Privat, 1986; WHYTE, William F. — *learning From the Field*, Londres, Sage, 1989; WOLF, Mauro — *Sociologias de la Vida Cotidiana*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1982; ZILHÃO, Adriano *et ai*. — "Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação". *Sociedade e Território*, 2, 1985.